

www.betaconcursos.com

Direito Constitucional

Beta Concursos

Simulado

Direito Constitucional 01

01 Efeito vinculante e eficácia contra todos decorrem das decisões definitivas de mérito do STF:

- A) nas ações diretas de inconstitucionalidade
- B) nas causas referentes a tratado ou lei federal
- C) nas ações declaratórias de constitucionalidade
- D) na arguição de descumprimento de lei fundamental
- E) quando contrariado dispositivo constitucional

02 A Emenda Constitucional poderá ser proposta pelo

- A) Presidente da República
- B) Presidente do Senado Federal
- C) Presidente da República, exclusivamente
- D) Presidente da República e do Senado
- E) Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados

03 A inconstitucionalidade por omissão compreende:

- A) omissões ocorridas no texto legal
- B) falta de quorum
- C) omissão da iniciativa do poder competente
- D) omissão de medida para tornar efetiva a norma
- E) omissão de formalidade substancial

04 A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta pelo (pelas)

- A) Presidente da República e o Procurador-Geral, conjuntamente
- B) Presidente da República ou pelo Procurador-Geral da República
- C) Mesas do Senado e da Câmara, conjuntamente
- D) Conselho Federal da OAB
- E) Mesas das Assembleias Legislativas

05 Assinale a assertiva correta.

- A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida em processo de controle abstrato de normas no plano estadual.
- B) A cautelar concedida em ação direta de inconstitucionalidade tem o condão de restaurar provisoriamente a vigência do direito revogado pela norma impugnada.
- C) A Constituição Federal veda, expressamente, a instituição, pelo Estado-membro, da ação direta de inconstitucionalidade por omissão e da ação declaratória de constitucionalidade.
- D) A decisão proferida em sede de controle abstrato de normas somente terá eficácia após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.
- E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não cabe concessão de cautelar em ação declaratória de constitucionalidade.

06 Assinale a assertiva correta.

- A) A Constituição de 1988 consagra um regime de democracia representativa absolutamente incompatível com qualquer forma de democracia direta ou de identidade
- B) A Constituição de 1988 não impede que o legislador ordinário crie um tipo de recall para cassar o mandato do representante infiel às teses programáticas assumidas durante o processo eleitoral.
- C) A filiação partidária não constitui condição de elegibilidade no sistema constitucional brasileiro.
- D) A fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato, lei complementar poderá estabelecer outras hipóteses de inelegibilidade, além daquelas já previstas na Constituição Federal.
- E) Nos termos da Constituição Federal, os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público.

07 Assinale a assertiva correta.

- A) A Constituição Federal não impede que o legislador ordinário federal opte por um sistema eleitoral que, nas eleições parlamentares, combine o sistema proporcional com o sistema majoritário-distrital.

- B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o cômputo dos votos brancos como votos válidos para efeito de obtenção do quociente eleitoral revela-se incompatível com a Constituição Federal.
- C) Nos termos da Constituição Federal, os Estados não dispõem de autonomia para disciplinar o sistema eleitoral a ser adotado para as eleições estaduais e municipais.
- D) Realizada a distribuição inicial das cadeiras pelo sistema proporcional, optou a Constituição brasileira, no caso de necessidade de distribuição de vagas remanescentes, pelo critério de maior resto.
- E) Será considerado eleito Presidente o candidato que, computados os votos brancos e nulos, obtiver a maioria absoluta de votos.

08 Assinale a assertiva correta.

- A) O Distrito Federal constitui uma autêntica unidade federada, dispondo de amplo poder de auto-organização em relação à sua estrutura administrativa e à organização dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- B) A Constituição do Estado-membro pode condicionar a eficácia de convênio celebrado pelo Poder Executivo à aprovação pelo Poder Legislativo local.
- C) Na ordem constitucional brasileira, o Estado-membro, no âmbito do seu poder de auto-organização, está impedido de instituir um Poder Legislativo bicameral e um regime parlamentar de Governo.
- D) Dentro do poder de conformação da sua ordem constitucional, pode o Estado-membro estabelecer quorum para a aprovação de emenda constitucional mais rígido do que o previsto na Constituição Federal.
- E) Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, o Estado-membro pode adotar modelo de revisão constitucional simplificado, tal como previsto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

09 Assinale a assertiva correta.

- A) No sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se assegure ao servidor a ampla defesa.
- B) Em caso de extinção do cargo, o servidor estável será colocado em disponibilidade com proventos integrais.
- C) A lei pode estabelecer limites para as pensões por morte diferentes daqueles existentes para os próprios vencimentos ou remuneração.
- D) Nos termos da Constituição Federal, é lícita, em qualquer hipótese, a acumulação de proventos de aposentadoria em cargo público com os vencimentos de outro cargo obtido mediante concurso.
- E) A Constituição brasileira não admite as formas derivadas de provimento de cargo público.

10 Assinale a assertiva correta.

- A) Nos termos da Constituição Federal, os projetos de lei deverão ser aprovados, necessariamente, pelo plenário da Câmara e do Senado Federal.
- B) Decisão do Congresso Nacional no sentido de sustar a eficácia de ato normativo que exorbite dos limites do poder regulamentar pode ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado no âmbito do Supremo Tribunal Federal.
- C) No processo de reforma constitucional, o Senado Federal atua como Casa revisora.
- D) Na hipótese de superação do veto parcial, a disposição vetada de um projeto de lei sancionado pelo Presidente da República entrará em vigor com eficácia retroativa.
- E) A comissão representativa do Congresso Nacional, em funcionamento no período de recesso, dispõe de todos os poderes típicos do órgão legislativo, podendo deliberar inclusive sobre emenda constitucional e sobre a cassação de deputados ou de senadores.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 02

01 Assinale a alternativa correta

- A) As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.

- B) A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
- C) A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- D) A Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
- E) A comissão representativa do Congresso Nacional, que deve atuar no período de recesso, dispõe de poderes para emendar a Constituição o decretar a perda de mandato de parlamentares.

02 Assinale a alternativa correta

- A) A criação de territórios, bem como sua transformação em Estado serão disciplinadas em lei ordinária federal.
- B) A União, os Estados e os Municípios não estão impedidos de subvencionar cultos religiosos ou igreja.
- C) A outorga de tratamento diferenciado a cidadãos ou empresas do Estado-membro é perfeitamente compatível com a Constituição.
- D) Em determinados casos, a intervenção federal poderá realizar-se sem a designação de um interventor.
- E) No caso de não-execução da lei federal, a intervenção federal dependerá de provimento à representação formulada pelo Advogado-Geral da União.

03 Assinale a alternativa correta

- A) Na hipótese de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, serão chamados ao exercício da Presidência, sucessivamente, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados.
- B) O afastamento do Presidente e do Vice-Presidente do País há de ser precedido, em qualquer hipótese, da necessária licença do Congresso Nacional.
- C) O recebimento de denúncia ou queixa contra o Presidente da República, por prática de crime comum, implica suspensão do exercício de funções presidenciais.
- D) A vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente implica, em qualquer hipótese, a realização de eleições noventa dias após aberta a última vaga.
- E) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver maioria absoluta, computados os votos em branco.

04 Assinale a alternativa correta

- A) A Constituição de 1988 conferiu aos municípios a condição de autênticos integrantes da Federação.
- B) Os Estados-membros não estão impedidos de adotar medida provisória como espécie legislativa estadual.
- C) Nos termos da Constituição Federal, o Estado-membro não pode, em qualquer hipótese, legislar sobre matéria de competência privativa da União.
- D) A Constituição estadual deve instituir ação direta de controle de constitucionalidade de ato normativo tanto de direito estadual quanto municipal em face da Constituição Federal.
- E) Os Estados-membros não estão impedidos de celebrar tratados internacionais, desde que com a interveniência expressa da União.

05 Assinale a alternativa correta

- A) Os direitos sociais são considerados direitos de conteúdo meramente programático.
- B) A prova obtida de forma ilícita poderá ser utilizada em qualquer outro processo, vedada a sua utilização naquele para o qual foi originariamente produzida.
- C) Segundo a jurisprudência assente do Supremo Tribunal Federal, a interceptação telefônica somente poderá efetivar-se mediante autorização da autoridade judicial, nos casos expressamente previstos em lei.
- D) O princípio constitucional que assegura a ampla defesa e contraditório não permite que se realize o interrogatório do indiciado perante a autoridade policial na ausência do advogado.
- E) Segundo orientação dominante na jurisprudência, os direitos fundamentais passíveis de restrição mediante atividade legislativa podem ter seu âmbito de proteção reduzido de forma ilimitada.

06 Assinale a alternativa correta

- A) Segundo entendimento dominante na doutrina, os direitos fundamentais podem ser regulamentados por medida provisória.
- B) Os direitos constantes do catálogo de direitos individuais e coletivos estão elencados de forma exaustiva.
- C) Os direitos constantes de tratados internacionais são intangíveis, não podendo ser alterados sequer por emenda constitucional.
- D) Segundo a jurisprudência dominante, somente os direitos constantes do catálogo de direitos individuais gozam de proteção da cláusula pétrea.

E) No sistema constitucional brasileiro, os direitos previstos em tratado internacional são dotados de força de uma norma constitucional.

07 Assinale a alternativa correta

- A) Não cabe liminar em ação declaratória de constitucionalidade.
- B) Os atos de caráter regulamentar não podem ser objeto de impugnação em ação direta de inconstitucionalidade.
- C) Segundo a orientação dominante, os Estados-membros não podem adotar ação declaratória de constitucionalidade no seu âmbito.
- D) A decisão proferida em ação direta por omissão permite que o Supremo Tribunal Federal assum a posição de autêntico legislador positivo.
- E) Entre as técnicas de decisão utilizadas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle de constitucionalidade, assume relevo a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto.

08 Assinale a alternativa correta

- A) A Câmara dos Deputados atua como Casa revisora no que diz respeito a projetos de Emenda Constitucional aprovados pelo Senado Federal.
- B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal, a emenda parlamentar a projetos de iniciativa privativa do Executivo ou do Judiciário há de guardar relação de pertinência com a matéria objeto da proposta.
- C) A Constituição Federal não proíbe que se adote medida provisória na regulamentação de dispositivo cuja redação tenha sido alterada por emenda constitucional aprovada a partir de 1995.
- D) A alegação de lesão a normas constitucionais relativas ao processo legislativo não é suscetível de exame pelo Poder Judiciário em mandado de segurança.
- E) As chamadas questões interna corporis são passíveis de controle judicial.

09 Assinale a alternativa correta

- A) É pacífica a orientação em favor da edição de medida provisória em matéria relativa a direito penal.
- B) Nos termos da orientação dominante, medida provisória não pode dispor sobre matéria orçamentária.
- C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, matéria de lei complementar pode ser regulada por medida provisória desde que o Congresso Nacional a aprove por maioria absoluta de votos.
- D) Não se afigura legítima a revogação de medida provisória antes do decurso do prazo constitucionalmente fixado.
- E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode a Corte, em casos excepcionais, examinar a existência do pressuposto relativo à urgência para a edição de medida provisória.

10 Assinale a assertiva correta quanto ao Distrito Federal.

- A) No âmbito do Distrito Federal, a organização da Defensoria Pública e da Polícia Civil constitui tarefas de competência legislativa do Distrito Federal.
- B) Compete ao Distrito Federal, nos termos da Constituição Federal, a organização do Poder Judiciário local.
- C) O Distrito Federal dispõe de competência legislativa estadual e municipal.
- D) A Constituição não prevê a possibilidade de decretação de intervenção federal no Distrito Federal.
- E) A Constituição não proíbe a divisão do Distrito Federal em municípios.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 03

01 O contrato de compra e venda mercantil é perfeito e acabado logo que

- A) o comprador e o vendedor se acordam na coisa, no preço e nas condições.
- B) o comprador recebe do vendedor a coisa comprada.
- C) o vendedor recebe o preço e entrega a coisa vendida ao comprador.
- D) o comprador e o vendedor se acordam quanto à tradição da coisa vendida.

02 Assinale a alternativa que indica quais dos títulos de créditos abaixo admitem aceite

- A) Cheque e Nota de Crédito Comercial.
- B) Cheque e Nota Promissória.
- C) Duplicata e Letra de Câmbio.
- D) Nota Promissória e Cédula de Crédito Comercial.

03 A venda do faturamento de uma empresa a outra, que se incumbe de cobrá-lo, recebendo em pagamento uma comissão e cobrando juros quando antecipa recursos por conta dos recebimentos a serem feitos - é a definição de um contrato de

- A) Comissão mercantil.
- B) Factoring, ou faturização.
- C) Gestão mercantil de negócios.
- D) Concessão mercantil ou crédito documentado.

04 Na locação comercial,

- A) havendo sublocação total do imóvel, o direito à renovatória cabe apenas ao sublocatário.
- B) a venda do imóvel, no curso do contrato escrito de cinco anos, que preenche todos os requisitos necessários à propositura da ação renovatória, não rompe a locação, ficando garantida a renovação compulsória, mesmo contra o adquirente do prédio locado.
- C) proposta a ação renovatória, o locador tem o direito, na contestação, de pedir o imóvel para uso próprio, de descendentes ou ascendentes em qualquer grau, do cônjuge ou de parentes colaterais até o terceiro grau, desde que notifique o locatário com antecedência mínima de um ano do término do prazo contratual.
- D) expirado o prazo para a propositura da ação renovatória, o locador poderá, imediatamente, ajuizar ação de despejo por denúncia vazia, ou poderá aguardar o término do prazo contratual, hipótese em que deverá notificar o locatário da retomada imotivada com antecedência mínima de trinta dias.

05 Títulos emitidos por uma empresa de armazéns gerais e entregues ao depositante, que com eles fica habilitado a negociar a mercadoria depositada junto à emitente, passando a circular os títulos, ao invés da mercadoria por eles representadas. Dá-se a esses títulos o nome de

- A) Letras de Câmbio.
- B) Duplicatas de Circulação.
- C) Conhecimentos de Depósito.
- D) Cédulas de Crédito Comercial.

06 Entende-se por fusão, o ato pelo qual

- A) uma sociedade incorpora outra, assumindo seu ativo e seu passivo, sem que haja modificação em termos de razão social e composição do capital da incorporadora e da incorporada.
- B) duas sociedades dão origem a uma terceira, hipótese em que as duas primeiras deixam de existir e a nova assume os ativos e os passivos de ambas.
- C) parte do capital de uma sociedade é destacado e vendido a outra sociedade que, assim, torna-se sucessora de parte das obrigações da primeira, sem, contudo, interferir na sua continuidade e na sua administração.
- D) uma sociedade adquire o controle de outra sociedade, mediante a aquisição paulatina de suas ações no mercado de balcão, passando a deter o controle da primeira, de modo a assumir sua administração, incorporando-a, a seguir, ao seu grupo econômico, ou, simplesmente, extinguindo-a e assumindo seu ativo e passivo.

07 O endosso produz, em regra, dois efeitos:

- A) transfere a titularidade do crédito e interrompe o prazo prescricional para a sua cobrança.
- B) transforma o título em *ao portador* e suspende o prazo prescricional para a sua cobrança.
- C) transfere a titularidade do crédito e vincula o endossante ao pagamento do título, na qualidade de co-obrigado.
- D) transfere a titularidade do título e vincula o endossatário ao pagamento do crédito, na qualidade de co-obrigado.

08 Determinada financeira celebra com uma sociedade um contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia de um automóvel. Dois meses depois, a sociedade tem sua falência decretada e o automóvel é arrecadado. À financeira cabe o direito de

- A) habilitar seu crédito como quirografário, uma vez que a falência implica no vencimento antecipado do contrato.
- B) habilitar seu crédito como preferencial, pois tem garantia real do próprio veículo.
- C) propor ação de busca e apreensão, pois a falência não interfere no contrato, a não ser para caracterizar o seu vencimento antecipado.
- D) formular pedido de restituição do bem.

09 Durante a concordata preventiva, o concordatário

- A) perde a administração de seus bens, que será exercida pelo juiz da concordata, com o auxílio do comissário.
- B) perde a administração de seus bens, que será exercida pelo comissário.
- C) perde a administração de seus bens, que será exercida pelo conjunto de credores.
- D) pode praticar livremente quaisquer atos de administração de seus bens, com exceção da alienação de imóveis e constituição de garantias reais, sofrendo no mais a fiscalização do comissário.

10 A sociedade anônima

- A) tem sempre natureza mercantil, seja qual for o seu objeto social.
- B) pode ter natureza civil ou mercantil, conforme o seu objeto social.
- C) tem sempre natureza civil, seja qual for o seu objeto social.
- D) tem natureza híbrida, civil e mercantil, seja qual for o seu objeto social.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 04

01 Em face da Reforma Administrativa recém promulgada, pode-se dizer que:

- A) não pode o pensionista receber subsídios ou vencimentos.
- B) não pode o servidor acumular vencimentos com proventos.
- C) as hipóteses de acumulação de cargos continuam as mesmas.
- D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

02 A Reforma Administrativa determinou que a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será realizada por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Não tendo esta lei sido promulgada, pode-se entender que a inércia das autoridades responsáveis:

- A) não poderá ser suprida pelo mandado de injunção, visto tratar-se de edição de lei de iniciativa conjunta com o Presidente do STF.
- B) poderá ser suprida por mandado de injunção, medida hábil a instrumentar o exercício de direitos decorrentes da ausência de norma reguladora.
- C) poderá ser suprida por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a ser proposta por qualquer servidor público prejudicado pela ausência da lei.
- D) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

03 Em função da submissão da Administração ao princípio da legalidade, pode-se dizer que:

- A) todo regulamento de Chefe do Executivo é ato inferior, subordinado, e depende de lei.
- B) o Executivo não pode expedir normas que dêem operatividade a uma lei.
- C) a competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo aplica-se quando houver omissão da lei a respeito de algum assunto.
- D) seus regulamentos podem impor restrições à ordem privada, desde que medida provisória posterior assim o determine.

04 Quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da constituição antiga, mas continua válida pela teoria:

- A) da repristinação.
- B) da desconstitucionalização.
- C) da recepção.
- D) do poder constituinte subordinado.

05 É competência privativa do Presidente da República, sem possibilidade de delegação:

- A) nomear os diretores do Banco Central.
- B) prover cargos públicos federais.
- C) conceder indulto.

D) dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

06 Controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado:

- A) controle misto, adotado no Brasil, onde convivem harmonicamente os controles difuso e abstrato.
- B) controle abstrato, que tem como característica a discussão da lei em tese e como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.
- C) controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos erga omnes.
- D) controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos inter partes.

07 A omissão inconstitucional pode ser atacada por meio de:

- A) representação de inconstitucionalidade.
- B) ação direta de inconstitucionalidade em face de ato normativo.
- C) ação declaratória de constitucionalidade.
- D) mandado de injunção.

08 Afirma-se que o Poder Legislativo brasileiro é do tipo bicameral-federativo, pois:

- A) é integrado exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, que são entes federativos.
- B) é integrado por duas Casas Legislativas, uma delas composta por representantes do povo brasileiro e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- C) é integrado pela Câmara dos Deputados, composta por representantes do povo brasileiro, e pelo Senado Federal, composto por representantes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- D) a União e os Estados têm Poderes Legislativos próprios.

09 Em relação às garantias da magistratura, é correto afirmar que:

- A) a vitaliciedade é sempre adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo.
- B) a inamovibilidade pode ser afastada por motivo de interesse público.
- C) a irredutibilidade de subsídio torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- D) a vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juízes.

10 No exercício da competência legislativa concorrente,

- A) a União edita normas gerais e específicas.
- B) a União, os Estados e os Municípios legislam em sistema de cooperação.
- C) os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexistir lei da União fixando normas gerais.
- D) as normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 05

01 Constituem atos normativos primários:

- A) a lei.
- B) o decreto.
- C) a lei e a medida provisória.
- D) o projeto de lei complementar.

02 A Constituição vigente afirma o direito de livre entrada e saída do território nacional a

- A) qualquer pessoa.
- B) qualquer pessoa, em tempo de paz.

- C) aos brasileiros em geral.
- D) aos estrangeiros naturalizados brasileiros.

03 Estabelece a Constituição da República que a desapropriação de bens deve ser prévia, justa e, em regra, em dinheiro. É justa a indenização quando correspondente

- A) ao valor venal constante dos registros fiscais do Poder expropriante.
- B) ao valor de aquisição pelo expropriado acrescido de correção monetária apurada pelos índices oficiais.
- C) ao valor do bem no mercado.
- D) ao valor fixado na planta genérica de valores do Município respectivo.

04 Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito de veículos e pedestres é de competência

- A) exclusiva dos Municípios.
- B) exclusiva dos Estados federados e do Distrito Federal.
- C) exclusiva de União Federal.
- D) comum a todos esses Entes.

05 O direito à livre associação sindical é garantido

- A) ao servidor público civil.
- B) ao servidor público militar.
- C) aos servidores de ambas as espécies.
- D) somente aos empregados das empresas do Estado regidos pela CLT.

06 Compete privativamente à União legislar sobre

- A) produção e consumo.
- B) propaganda comercial.
- C) juntas comerciais.
- D) educação, cultura, ensino e desporto.

07 O controle sobre os atos e serviços auxiliares na Justiça, abrangidos os notariais e de registro no Estado de São Paulo, compete

- A) ao Plenário do Tribunal de Justiça.
- B) à Presidência do Tribunal de Justiça.
- C) à Corregedoria Geral da Justiça da mencionada corte.
- D) ao Colégio Notarial.

08 O Conselho Superior da Magistratura é composto

- A) pelos cinco Desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça.
- B) pelos cinco Desembargadores eleitos pelo órgão Especial.
- C) pelos cinco Desembargadores eleitos pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- D) pelo Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça.

09 Depende de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos, a investidura do agente público em

- A) cargo público ou função pública.
- B) cargo público ou emprego público.
- C) cargo público de provimento em comissão.
- D) função pública ou emprego público.

10 Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- A) o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministério-Chefe do estado Maior das Forças Armadas.
- B) o Presidente do Senado, o da Câmara e o do Supremo Tribunal Federal.
- C) o Presidente do Supremo, o do Senado e o da Câmara.
- D) o Presidente da Câmara, o do Senado e do STF.

Direito Constitucional 05

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 06

- 01 O alistamento eleitoral e o voto são
A) obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.
B) facultativos para os maiores de dezoito anos.
C) obrigatórios para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
D) facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos.
- 02 A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta
A) pelo Governador do Estado.
B) pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
C) pelo Procurador Geral da República.
D) pela Mesa da Assembleia Legislativa.
- 03 O projeto de lei submetido ao Presidente da República poderá
A) ser vetado, no todo ou em parte.
B) ser vetado relativamente a apenas parte de artigo.
C) ser sancionado somente depois de decorrido o prazo de 15 (quinze) dias.
D) ser vetado relativamente a apenas parte de parágrafo.
- 04 Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar
A) os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade.
B) os Desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade.
C) os membros dos Tribunais de Contas, apenas nos crimes comuns.
D) os membros dos Ministérios Públicos que oficiem perante tribunais.
- 05 A intervenção em município, desde que verificada uma das hipóteses que a possibilitem, compete
A) à União.
B) ao Estado em cujo território se localiza.
C) ao Supremo Tribunal Federal, se localizado em Território Federal.
D) à União e ao Estado em cujo território se localiza, concorrentemente.
- 06 Assinale a alternativa incorreta. A disciplina do Sistema Financeiro Nacional, tal como prevista no artigo 192 da Constituição da República,
A) no substancial, já havia sido instituída pela Lei no 4.595, de 1964.
B) não diz respeito apenas às instituições financeiras.
C) é de ordem eminentemente programática.
D) não pode ser alterada via de emenda constitucional.
- 07 Os direitos e garantias individuais elencados no artigo 5º da Constituição da República
A) podem ser objeto de emenda constitucional.
B) são exaustivos.
C) são imprescritíveis.
D) são irrenunciáveis.
- 08 O texto constitucional em vigor consagra
A) o princípio da liberdade sindical.
B) o princípio da unicidade sindical.
C) a proibição da interferência e da intervenção do Poder Público na organização sindical.
D) a dispensa do registro do sindicato no órgão competente.
- 09 No âmbito da legislação concorrente da União, Estados e Distrito Federal,
A) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
C) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
D) à falta de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
- 10 O princípio comumente chamado de quinto constitucional é de observância obrigatória
A) em todos os tribunais do país.

- B) nos tribunais estaduais de segundo grau.
- C) nos tribunais regionais federais.
- D) nos tribunais de segundo grau do Distrito Federal e Territórios.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 07

01 Consoante a doutrina, em uma Constituição considerada do tipo dirigente predominam normas constitucionais

- A) programáticas.
- B) de eficácia plena.
- C) portadoras de conceitos jurídicos indeterminados.
- D) de eficácia reduzida.
- E) de princípio instrutivo.

02 O Supremo Tribunal Federal tem declarado a inconstitucionalidade parcial de uma lei, sem redução do texto, utilizando o método de interpretação

- A) de presunção da constitucionalidade da lei conforme a princípio da razoabilidade.
- B) da Constituição conforme a lei.
- C) gramatical-constutivo
- D) da lei conforme a Constituição.
- E) lógico-sistemático.

03 Dentre os direitos sociais e os chamados direitos de terceira geração a Constituição brasileira e o ordenamento jurídico brasileiro asseguram e estabelecem garantias instrumentais específicas para a concretização da direito

- A) à cultura e ao lazer.
- B) à igualdade de salário entre homens e mulheres e à autodeterminação dos povos.
- C) à habitação e ao meio ambiente.
- D) ao livre exercício de qualquer profissão e ao desenvolvimento.
- E) ao trabalho e ao meio ambiente.

04 Ante a Constituição brasileira em Vigor, a realização de busca e apreensão domiciliar por autoridade administrativa, de natureza policial ou não, durante o dia e sem consentimento do morador

- A) somente pode ser realizada em caso de flagrante delito ou desastre ou para prestar socorro às vítimas.
- B) pode ser realizada independentemente de determinação judicial, desde que prevista em lei.
- C) decorre do exercício do poder de polícia e pode ser efetuada independentemente de previsão legal ou determinação judicial, tendo em vista a auto-executoriedade das decisões administrativas.
- D) depende de determinação judicial, salvo na hipótese de estado de sítio
- E) consiste ofensa à inviolabilidade do domicílio expressamente consagrada na Constituição, pelo que não pode ser realizada em qualquer hipótese.

05 É incorreto afirmar que, segundo jurisprudência dominante no Supremo Tribunal Federal, a Constituição Estadual pode

- A) estabelecer as regras de competências legislativas privativas da Poder Executivo de modo diverso do modelo constante na Constituição Federal.
- B) disciplinar o processo legislativo estadual independentemente do modelo consagrado na Constituição Federal.
- C) reproduzir norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados.
- D) sujeitar à aprovação da Assembléia Legislativa a nomeação de dirigentes de autarquias e universidades públicas.

E) estabelecer normas gerais e específicas autônomas sobre imunidades e impedimentos dos Deputados Estaduais

06 O pedido de intervenção federal no Estado por descumprimento, pela Assembléia Legislativa, de liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado num caso concreto deve ser Proposto

- A) exclusivamente pelo Procurador Geral da República e dirigido ao Supremo Tribunal Federal.
- B) pela parte e dirigido ao Presidente do Tribunal de Justiça que o encaminhará, se for o caso, ao Supremo Tribunal Federal.
- C) pela parte, diretamente ao Supremo Tribunal Federal.
- D) pela parte, diretamente ao Superior Tribunal de Justiça.
- E) ex officio pelo Tribunal de Justiça, diretamente ao Supremo Tribunal Federal.

07 Após o prazo constitucional de trinta dias, o Congresso Nacional rejeita parcialmente Medida Provisória, convertendo a parte não rejeitada em lei. No caso, a inobservância pelo Congresso Nacional do prazo constitucional para a apreciação da Medida Provisória gera a

- A) perda total da eficácia da medida provisória, com efeitos ex tunc.
- B) inconstitucionalidade material e formal da lei em questão.
- C) perda da eficácia, com efeitos ex tunc, apenas da parte da medida provisória não convertida em lei.
- D) perda total da eficácia da medida provisória, apenas a partir da promulgação da lei.
- E) inviabilidade jurídica da promulgação, pelo Executivo, da lei em questão.

08 Conforme a Constituição brasileira e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, dentre os atos sujeitos ao controle concentrado de constitucionalidade no Brasil incluem-se

- A) somente as leis e os atos normativos federais.
- B) a lei, ainda que meramente formal, e o decreto autônomo.
- C) as leis anteriores à Constituição, fulminadas pelo vício da inconstitucionalidade superveniente e os decretos normativos regulamentares.
- D) as leis municipais e os atos normativos municipais e estaduais.
- E) a medida provisória e as emendas à Constituição.

09 A decretação do Estado de Defesa pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional

- A) depende de autorização da maioria de dois terços do Congresso Nacional e poderá acarretar restrições ao exercício de quaisquer direitos e garantias fundamentais.
- B) depende de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional e poderá acarretar restrições à liberdade de imprensa, a suspensão da liberdade de reunião e a requisição de bens públicos ou privados.
- C) independe de autorização do Congresso Nacional e poderá acarretar restrições aos direitos de reunião, de sigilo de correspondência e de comunicação telefônica.
- D) independe de autorização do Congresso Nacional e somente poderá acarretar a obrigação de permanência em local determinado e restrições aos direitos de reunião e de inviolabilidade de correspondência.
- E) depende de autorização do Senado Federal e as medidas coercitivas que acarretar deverão ser definidas previamente em lei.

10 No Brasil, crime político é

- A) sempre julgado pelo Superior Tribunal Militar, em decisão irrecurável.
- B) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal originariamente.
- C) sempre julgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, em decisão irrecurável.
- D) julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinária.
- E) processado e julgado pelo Poder Judiciário Estadual, que tem competência exclusiva nesta matéria.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa D

01 A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada

- A) pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- B) pela lei brasileira se à sucessão concorrerem filhos brasileiros.
- C) pela lei pessoal do de cujus ainda que haja cônjuge ou filhos brasileiros.
- D) pela lei brasileira ainda que a lei pessoal do de cujus seja mais favorável para o cônjuge ou os filhos brasileiros.

02 A casa é asilo inviolável do indivíduo. Por isso, nela ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou

- A) para prestar socorro em caso de desastre ou para cumprir determinação judicial.
- B) desastre, ou para prestar socorro, ou, de dia ou à noite, por determinação judicial.
- C) desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- D) para prestar socorro, ou, em qualquer hora do dia ou da noite, mediante determinação judicial, necessária esta mesmo em caso de desastre.

03 O direito de propriedade goza de garantia constitucional. A autoridade competente, porém, no caso de iminente perigo público, poderá usar de propriedade particular,

- A) se tiver autorização do proprietário, que deverá ser indenizado antecipadamente.
- B) assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano em decorrência do uso.
- C) com ou sem autorização do proprietário, que não terá direito a indenização alguma, dada a função social que a propriedade deve observar.
- D) desde que a desapropriar, pagando ao proprietário prévia e justa indenização em dinheiro.

04 A Constituição Federal estabelece idades mínimas para o exercício de cargos públicos eletivos. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Vinte e um anos para Deputado Federal e para Deputado Estadual.
- B) Trinta anos para Governador de Estado.
- C) Trinta e Cinco anos para Presidente da República.
- D) Vinte e um anos para Vereador e para Prefeito.

05 A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão

- A) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.
- B) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, desde que referendado o resultado daquele pelas Câmaras Municipais desses municípios.
- C) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, desde que referendado o resultado daquele pelo Executivo e pelo Legislativo desses municípios.
- D) por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.

06 Se o Presidente da República vetar projeto de lei cuja votação foi concluída na Câmara dos Deputados, o veto

- A) será apreciado pela Casa em que a votação do projeto teve início, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento.
- B) será apreciado em sessão da Casa onde a votação foi concluída, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento.
- C) será apreciado pelo Senado Federal, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.
- D) será apreciado em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.

07 Leis que fixem ou modifiquem o efetivo das Forças Armadas ou que disponham sobre o regime jurídico dos militares daquelas são de iniciativa

- A) privativa do Senado Federal.
- B) privativa do Presidente da República.
- C) de qualquer membro do Congresso Nacional.
- D) de qualquer membro ou comissão de ambas as Casas do Congresso Nacional.

08 Os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal são processados e julgados, originariamente,

- A) pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns, e pelos Tribunais de Justiça a que pertençam, nos crimes de responsabilidade.

- B) pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, e pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns.
C) pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.
D) pelo Supremo Tribunal Federal, tanto nos crimes comuns, como nos de responsabilidade.

09 A propriedade de empresas jornalísticas, de radiodifusão sonora e de televisão é privativa

- A) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
B) de brasileiros natos.
C) de brasileiros natos ou naturalizados.
D) de brasileiros natos ou naturalizados há pelo menos cinco anos.

10 O Pantanal Matogrossense é patrimônio

- A) dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
B) do Estado de Mato Grosso.
C) nacional.
D) dos municípios cujos territórios são abrangidos por sua área.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 09

01 A titularidade do serviço público de saneamento básico (água e esgoto)

- A) é do Município, vista sob o prisma do interesse local, mas pode ser do Estado, quando se tratar de regiões metropolitanas.
B) impede a descentralização da sua execução.
C) é da competência concorrente de todos os Municípios.
D) pode ser delegada a concessionários mediante licitação.

02 O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade

- A) cuida apenas da inconstitucionalidade por ação.
B) apenas admite o controle concentrado.
C) atribui competência para processar apenas ao STF.
D) acolhe o critério de controle difuso por via de exceção.

03 A competência exclusiva do Congresso Nacional para convocar plebiscito deverá ser processada por

- A) resoluções do Congresso.
B) decretos legislativos.
C) regimentos internos.
D) leis complementares.

04 Uma Assembléia Legislativa, a pretexto de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, impede que o Tribunal de Justiça do Estado exerça livremente sua atividade judiciária. Nesta hipótese, poderá o Presidente da República expedir decreto de intervenção federal, desde que

- A) o decreto de intervenção nomeie interventor próprio.
B) o decreto de intervenção seja apreciado previamente pelo Senado Federal.
C) haja requisição do STF.
D) haja solicitação do Tribunal de Justiça coacto.

05 Se uma Emenda Constitucional diminuir a capacidade de auto-administração dos Estados-membros, poderá ela sujeitar-se ao sistema de controle de constitucionalidade?

- A) Sim, por caracterizar emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
B) Sim, por caracterizar emenda tendente a abolir o sistema de separação de poderes.
C) Não, porque se trata de poder constituinte derivado.
D) Não, porque esta matéria não se inclui nos limites constitucionais ao poder de reforma.

06 A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a competência legislativa concorrente entre os diversos entes federativos,

- A) reservou aos Municípios as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.
- B) permitiu que leis federais posteriores suspendam a eficácia de leis estaduais anteriores, ainda que respeitantes a normas específicas.
- C) permitiu que os Estados-membros exerçam a competência legislativa plena, inexistindo lei federal sobre normas gerais.
- D) limitou a competência dos Estados-membros a normas gerais.

07 Diz-se que a CPI do Judiciário, ainda que sob o fundamento do interesse público, não poderá colocar juízes em disponibilidade, porque

- A) o magistrado tem a garantia de vitaliciedade.
- B) a CPI não tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- C) o magistrado tem garantia de inamovibilidade, não podendo nunca ser removido.
- D) o ato de disponibilidade de magistrado depende de decisão do respectivo tribunal.

08 Poderá um estrangeiro, naturalizado brasileiro, candidatar-se ao Senado Federal?

- A) Sim, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros, em seu país de origem.
- B) Sim, não podendo apenas ser eleito presidente daquela casa.
- C) Sim, desde que o Regimento Interno do Senado não o proíba.
- D) Sim, desde que a Lei Eleitoral não faça distinção entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados.

09 Ilha fluvial que não se encontre em zona limítrofe com outro país, mas em rio que divide dois Estados-membros, é

- A) bem de propriedade privada.
- B) considerada terra devoluta.
- C) bem público de propriedade dos dois Estados-membros.
- D) bem público de propriedade da União.

10 A norma constitucional que garante a todos o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é norma

- A) de aplicabilidade plena e de eficácia redutível.
- B) de eficácia limitada.
- C) de eficácia plena.
- D) programática.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 10

01 Artistas que participaram de uma telenovela que, após exibição no Brasil, será reapresentada no exterior, encontram proteção à sua participação nos lucros, nas garantias constitucionais

- A) do direito adquirido.
- B) de proteção à reprodução da imagem e voz.
- C) da inviolabilidade das comunicações.
- D) do direito à liberdade de expressão da atividade artística.

02 Recentemente, um ex-prefeito de uma cidade paulista foi condenado pelo Tribunal de Justiça à suspensão dos seus direitos políticos, por ter usado dinheiro público para enviar cartas aos municípios, relatando obras que executou com o dinheiro arrecadado do IPTU. A decisão fundou-se no princípio

- A) constitucional que veda publicidade que caracterize promoção pessoal de autoridade.
- B) legal da imoralidade.
- C) constitucional da devida motivação dos atos administrativos.
- D) da capacidade econômica do contribuinte.

03 Determinado município, para obter financiamento do Banco Mundial (operação de crédito externo), após aprovação da lei autorizadora, necessita de autorização do

- A) Plenário da Câmara dos Vereadores.
- B) Congresso Nacional.
- C) Tribunal de Contas respectivo.
- D) Senado Federal.

04 Em procedimento disciplinar instaurado contra funcionário público em determinado órgão do Poder Executivo, o advogado do funcionário, ao apresentar defesa, emitiu opinião desfavorável a respeito da conduta do funcionário chefe do seu cliente. Sentindo-se ofendido em sua honra, o funcionário-chefe iniciou ação penal por crime de injúria contra o advogado. Habeas Corpus impetrado em favor do advogado trancou a ação penal, sob o fundamento

- A) da liberdade de expressão, independentemente de censura.
- B) da liberdade de manifestação do pensamento.
- C) da inviolabilidade do advogado por manifestações no exercício da profissão.
- D) da aplicação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

05 A inobservância, pelo Congresso Nacional, do prazo constitucional de 30 (trinta) dias para conversão de medida provisória em lei

- A) ocasiona perda ex tunc da eficácia da medida provisória.
- B) ocasiona perda ex nunc da eficácia da medida provisória.
- C) não ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que tenha havido explícita rejeição do projeto de conversão.
- D) ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que outra medida provisória tenha sido editada após 30 (trinta) dias da rejeição ou do prazo de 30 (trinta) dias para o Congresso se manifestar.

06 Deputados federais paulistas, para obterem o cumprimento do artigo 45, § 1º, da Constituição Federal (fixação do número de deputados por Estado),

- A) não têm legitimidade para propor ação fundada em ausência de norma do Congresso Nacional.
- B) devem impetrar Mandado de Segurança Coletivo.
- C) só podem propor ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- D) têm legitimidade para impetrar Mandado de Injunção.

07 Uma pessoa jurídica teve um financiamento bancário negado pelo Banco do Brasil sob o argumento de que seu nome estaria registrado no Serviço de Proteção ao Crédito, com empresa devedora. Como se tratava de erro, a empresa deverá

- A) ajuizar ação de reparação de danos contra o Serviço de Proteção ao Crédito, visto ser este uma pessoa jurídica de direito privado e Habeas Data só pode ser impetrado contra pessoa jurídica de direito público.
- B) impetrar apenas Mandado de Segurança, porque pessoa jurídica não tem legitimidade para ajuizar Habeas Data.
- C) apresentar requerimento de informações à entidade depositária do seu registro, pedir a retificação dos dados inexatos e, se não obtiver êxito, ajuizar pedido de Habeas Data perante o Judiciário.
- D) ajuizar Habeas Data contra o Banco do Brasil, visto ser esta entidade estatal (sociedade de economia mista).

08 Lei estadual autoriza menor de 18 anos a usar e conduzir veículo automotor. Esta lei

- A) é inconstitucional, porque nos termos do art. 23, XII, da Constituição Federal, União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência comum para estabelecerem e implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- B) é inconstitucional, porque a União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.
- C) é inconstitucional, porque cabe aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local.
- D) é inconstitucional, porque a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

09 Parecer normativo da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente da República,

- A) pode ser objeto de impugnação mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- B) não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, porque tem natureza administrativa.
- C) só pode ser objeto de controle de legalidade, não de constitucionalidade.
- D) só pode ser impugnado em controle difuso de constitucionalidade.

10 Empregados de uma sociedade de economia mista podem ser demitidos como qualquer empregado de empresa privada?

- A) Não, a não ser mediante compensação indenizatória.

- B) Sim, porque nos termos do art. 173 da Constituição Federal, sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas.
- C) Sim, porque as sociedades de economia mista não precisam realizar concurso público para contratar seus empregados.
- D) Não, é preciso a instauração de um processo regular, com direito à defesa, para apuração da falta cometida ou de sua inadequação às suas atividades.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 11

01 Emenda Constitucional deve ser promulgada

- A) pela Casa na qual tenha sido concluída a votação do projeto de emenda.
B) pelo Presidente da República.
C) pelo Presidente do Congresso Nacional
D) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

02 São garantias dos direitos coletivos:

- A) o mandado de segurança coletivo e a sindicalização.
B) o direito de greve e a ação popular.
C) o mandado de segurança coletivo, o mandado de injunção coletivo e a ação popular.
D) o mandado de segurança coletivo e a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.

03 Não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que

- A) tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial.
B) tiver reconhecida outra nacionalidade originária, por lei estrangeira.
C) adquirir outra nacionalidade para poder viajar a este país.
D) naturalizar-se em país que tenha tratado de reciprocidade de tratamento com o Brasil.

04 Nos princípios constitucionais do orçamento público

- A) enquadram-se os da exclusividade, da anualidade e da unidade.
B) não se enquadram os princípios da eficiência e da universalidade.
C) enquadra-se o princípio da vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
D) o princípio da legalidade é o único que se estende aos planos plurianuais.

05 O princípio da supremacia constitucional

- A) decorre da possibilidade de a União intervir nos Estados e Municípios.
B) requer a conformidade à Constituição apenas dos atos legislativos, visto que os atos administrativos devem ser conformes apenas à lei infra constitucional.
C) requer a conformidade de todas as situações jurídicas aos princípios e preceitos da Constituição.
D) não se impõe se houver omissão na prática de ato administrativo.

06 São objetivos fundamentais do estado brasileiro:

- A) a livre iniciativa e o pluralismo econômico.
B) a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza.
C) a cidadania e a redução das desigualdades sociais.
D) a soberania e a promoção do bem de todos.

07 A fixação dos subsídios dos deputados federais

- A) é da competência concorrente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
B) é da competência da Câmara dos Deputados.
C) é da competência exclusiva do Congresso Nacional.
D) depende da iniciativa privativa do Congresso Nacional.

08 O controle externo das contas do Chefe do Poder Executivo é função

- A)** das Câmaras Municipais, nos Municípios, com o auxílio dos respectivos Tribunais de Contas.
- B)** dos Tribunais de Contas, sujeito à prévia apreciação do Poder Legislativo.
- C)** exclusiva do Poder Judiciário.
- D)** de natureza jurisdicional, em face de caber ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o seu poder regulamentar. Ética Profissional e Estatuto

09 Advogado e cliente estabeleceram um acordo verbal visando à postulação, contra determinada empresa, de diversas verbas, entendidas como devidas, em face de despedida sem justa causa. Durante o curso da lide a empresa promoveu acerto direto com o ex-empregado, concordando com o pagamento de algumas verbas pleiteadas e dos valores do FGTS. O termo de acordo foi levado a juízo e devidamente homologado. Com exceção dos valores do FGTS, todos os demais foram depositados nos autos, bem como as guias para levantamento do FGTS em nome do empregado. Para levantar os valores depositados quer o advogado receber o percentual combinado, sobre todo o acordo, inclusive sobre os valores do FGTS, com o que não concorda o cliente. Para não incidir em infração ético-disciplinar, o advogado deverá

- A)** levantar os valores depositados e reter o percentual de honorários somente sobre os valores das parcelas do acordo judicial e aguardar que o cliente proceda ao saque do FGTS.
- B)** não levantar os valores depositados e informar ao juiz da causa que o cliente se recusa ao pagamento do percentual de honorários incidente sobre os valores do FGTS, requerendo o seu bloqueio.
- C)** levantar os valores depositados e repassá-los integralmente ao cliente, inclusive as guias de levantamento do FGTS e requerer ao mesmo juiz a cobrança de honorários.
- D)** levantar os valores depositados e repassá-los integralmente ao cliente, inclusive as guias de levantamento do FGTS, e propor ação de arbitramento de honorários no juízo cível.

10 Cícero executou serviços profissionais no foro judicial, tendo vencido a causa para seu cliente. Embora já tivesse efetuado a prestação de contas ao cliente, manteve guardados em seus arquivos vários papéis e documentos comuns ao advogado e cliente. Procurou o cliente para formalizar a entrega desse acervo e não mais o localizou. Pretende manter comportamento em consonância com a ética profissional, porém, tem dúvidas quanto a sua atuação. Marque a atitude mais correta para resguardar a conduta do profissional.

- A)** Desfazer-se dos papéis e documentos, em face da prestação de contas já feita e aceita pelo cliente, para que não corra o risco de uma eventual quebra do sigilo profissional.
- B)** Conservar os papéis e documentos comprobatórios em seus arquivos, sem qualquer limite de tempo.
- C)** Guardar os papéis e documentos comprobatórios em seus arquivos, pelo menos durante o lapso temporal necessário à ocorrência da prescrição de eventual ação de prestação de contas e/ou de cobrança.
- D)** Manter os papéis e documentos nos seus arquivos pelo prazo de quatro anos.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 12

01 O controle de Constitucionalidade no Brasil:

- A)** Ocorre sempre por via de exceção;
- B)** É difuso e sempre por via de exceção;
- C)** Obedece ao método concentrado mediante exclusividade de declaração do Supremo Tribunal Federal;
- D)** É jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado.

02 O Presidente da República perde o mandato:

- A)** Por ausência do País, por mais de oito dias, sem licença do Congresso Nacional;
- B)** Por ausência do País, por mais de quinze dias, sem licença do Congresso Nacional;
- C)** Por doença, que o impossibilite de tomar posse dentro de dez dias da data para isso fixada;
- D)** Por ausência do País, sem licença do Congresso Nacional.

03 A emenda à Constituição:

- A)** É permitida - para o Congresso Nacional - após cinco anos de vigência da Constituição de 1988, ex - vi artigo 3º das Disposições Transitórias;
- B)** É permitida apenas no caso de ser proposta do Presidente da República ou de um terço, pelo menos, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado;
- C)** Não será permitida proposta de emenda na vigência de intervenção federal em algum Estado da Federação;
- D)** Não será permitida Emenda Constitucional para introduzir no País a pena de morte ou o voto distrital.

04 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade:

- A)** No caso concreto o efeito é ex-tunc;
- B)** Na inconstitucionalidade de lei o efeito é ex-tunc;
- C)** No caso concreto o efeito é ex-nunc;
- D)** No caso concreto o efeito é erga-omnes.

05 Na declaração de inconstitucionalidade por omissão:

- A)** O Procurador Geral da República tem o dever de defender o ato ou o texto impugnado;
- B)** O Procurador Geral da República não se manifestará salvo em caso de convocação especial pelo Supremo Tribunal Federal;
- C)** O Advogado Geral da União será citado, previamente, para defender o ato ou o texto impugnado;
- D)** O Advogado Geral da União somente se manifestará se o Procurador Geral da República não for convocado.

06 O exame de conveniência e oportunidade do ato administrativo:

- A)** Escapa ao controle do Poder Judiciário algumas vezes;
- B)** Escapa sempre ao controle do Poder Judiciário;
- C)** É sujeito algumas vezes à apreciação judicial;
- D)** É sujeito sempre ao controle jurisdicional.

07 O regulamento tem objetivo bem definido, no campo do direito administrativo, a saber:

- A)** Inovar aspectos não cogitados pelo legislador;
- B)** Preencher as lacunas da lei, e ampliar-lhe o conteúdo, sendo pois prae ter legem;
- C)** Facilitar a aplicação da lei, ou seja, ser *secundum legem*;
- D)** Contrariar a lei, naquilo que com ela conflitar com o interesse comum.

08 Anulada a concorrência sem base legal:

- A)** Deve o vencedor conformar-se com a decisão por falta de recurso cabível;
- B)** Deve ser adjudicado o contrato ao vencedor;
- C)** Deve o vencedor pleitear nova concorrência;
- D)** Cabe ao vencedor indenização de perdas e danos.

09 A lei veda a impetração de Mandado de Segurança contra ato disciplinar:

- A)** Em todas as hipóteses;
- B)** Porque tal ato é vinculado;
- C)** Porque tal ato se insere na faixa do poder discricionário do Estado;
- D)** Salvo se praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

10 Mérito, no Direito Administrativo, é o aspecto do ato administrativo que diz respeito:

- A)** À oportunidade e à conveniência;
- B)** À legitimidade;
- C)** Ao interesse público e ao interesse social;
- D)** À utilidade pública e à necessidade pública.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 13

01 Diretor de sociedade de economia mista da qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada

- A)** em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País.
- B)** em ação popular proposta por qualquer cidadão.
- C)** apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.
- D)** em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

02 Autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível, nesse caso,

- A)** mandado de injunção.
- B)** habeas data.
- C)** mandado de segurança.
- D)** ação civil pública.

03 Assinale a afirmativa correta.

- A)** Todo eleitor é cidadão, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos.
- B)** Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores, desde que residentes no País há mais de dez anos.
- C)** O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos.
- D)** É condição de elegibilidade para Governador do Estado, a idade mínima de 21 anos.

04 A Constituição Federal assegura expressamente, em seu artigo 5º:

- I) o direito de herança;
- II) a impenhorabilidade do bem de família;
- III) ao preso, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.

Pode-se afirmar que estão corretos

- A)** apenas os itens I e II.
- B)** apenas os itens I e III.
- C)** apenas os itens II e III.
- D)** todos os itens.

05 As leis delegadas são elaboradas

- A)** pela Câmara dos Deputados.
- B)** pelo Congresso Nacional.
- C)** pelo Senado Federal.
- D)** pelo Presidente da República.

06 O prazo para aquisição, por usucapião, de imóvel urbano com área inferior a 250 metros quadrados, utilizado como moradia, é de

- A)** 5 anos.
- B)** 10 anos.
- C)** 15 anos.
- D)** 20 anos.

07 Em relação à política de desenvolvimento urbano, a Constituição Federal prevê que:

- I) será executada pelo Poder Público municipal;
- II) o plano diretor será obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes;
- III) observados determinados requisitos, o solo urbano não edificado poderá ser desapropriado com pagamento mediante títulos da dívida pública.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

08 Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes,

- I) o Poder Executivo não participa do processo legislativo;
- II) ao Poder Judiciário é vedada a prática de atos administrativos;
- III) cada um dos Poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.

Pode-se dizer que

- A)** apenas a afirmativa I é correta.
- B)** apenas a afirmativa II é correta.
- C)** apenas a afirmativa III é correta.
- D)** há mais de uma afirmativa correta.

- 09** No Estado de São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é composto
- A)** por representantes das Câmaras das Seções Criminal, de Direito Público e de Direito Privado.
 - B)** por todos os Desembargadores.
 - C)** pelos 25 Desembargadores de maior antiguidade.
 - D)** pelos Presidente, Corregedor Geral da Justiça e Vice-Presidentes.

10 Na proteção do meio ambiente, a Constituição Federal:

- I) condiciona a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a estudo prévio de impacto ambiental;
- II) veda a exploração, pelos particulares, dos recursos minerais;
- III) dá ao meio ambiente a natureza de bem de uso comum do povo.

Pode-se dizer que

- A)** apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B)** apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C)** apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D)** apenas uma ou todas as afirmativas são corretas.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 14

01 Assinale a opção correta.

- A)** Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle incidental perante os Tribunais exige que, toda vez que renovado pedido de declaração de inconstitucionalidade em relação à mesma lei, deve o órgão fracionário submeter a controvérsia ao plenário ou, se for o caso, ao órgão especial da Corte.
- B)** O direito pré-constitucional pode ser objeto de controle incidental ou abstrato de normas.
- C)** Declarada incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, pode o órgão fracionário de Tribunal de Justiça deixar de aplicar o referido diploma sem observância da chamada **reserva de plenário**.
- D)** O Senado Federal, após a suspensão da execução da lei inconstitucional, não está impedido de revogar ou modificar o referido ato de suspensão.
- E)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública não é instrumento idôneo para se obter, em qualquer hipótese, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

02 Assinale a opção correta.

- A)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal enfatiza que as disposições protegidas pelas cláusulas pétreas não podem sofrer qualquer alteração.
- B)** Segundo orientação dominante no Supremo Tribunal Federal, os direitos assegurados em tratado internacional firmado pelo Brasil têm hierarquia constitucional e estão ipso jure protegidos por cláusula pétrea.
- C)** Os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétrea são somente aqueles elencados no catálogo de direitos individuais.
- D)** Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, a introdução de um sistema parlamentar de governo ou do regime monárquico pode ser realizada por simples Emenda Constitucional.
- E)** Segundo o entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, normas constitucionais originárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

03 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a declaração de inconstitucionalidade pode ter efeito ex nunc ou ex tunc.
- B)** A liminar concedida em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia ex tunc.
- C)** O Supremo Tribunal Federal costuma declarar, freqüentemente, a inconstitucionalidade de lei sem a pronúncia da nulidade.

- D)** Os tratados internacionais não podem ser objeto de impugnação em sede de controle abstrato de normas.
- E)** A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, no que se refere ao direito federal, são instrumentos de caráter dúplice ou ambivalente.

04 Assinale a opção correta.

- A)** Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem sua sede material na disposição constitucional que determina a observância do devido processo legal.
- B)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode cogitar, em qualquer hipótese, de renúncia de direito fundamental no ordenamento constitucional brasileiro.
- C)** No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia hierarquicamente superior a fim de solver o conflito.
- D)** Não há limite constitucional expresso ou implícito para as chamadas **reservas legais simples**.
- E)** Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, os direitos fundamentais não têm aplicação às relações privadas.

05 Assinale a opção correta.

- A)** No direito constitucional brasileiro, o princípio do direito adquirido protege contra mudança das situações estatutárias ou dos regimes jurídicos.
- B)** As leis de ordem pública aplicam-se de imediato, independentemente da proteção ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.
- C)** A aplicação da lei que amplia os prazos de prescrição aquisitiva ou extintiva às situações em curso viola o princípio do ato jurídico perfeito.
- D)** A tentativa de alteração, mediante lei, de situação jurídica submetida a termo ou a condição insuscetível de ser modificada a arbítrio de outrem atenta contra o princípio constitucional do direito adquirido.
- E)** Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, o princípio do direito adquirido afirma-se inclusive em face de alteração introduzida mediante Emenda Constitucional.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Na fase do inquérito policial, a confissão do acusado na ausência de advogado deve ser considerada prova ilícita para todos os fins.
- B)** A denúncia genérica no processo penal configura lesão ao princípio da ampla defesa e do contraditório.
- C)** A lei penal mais benéfica, para fins estabelecidos na Constituição Federal, há de ser considerada tão-somente a lei que define ou suprime crime e estabelece ou reduz pena.
- D)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores, sem o conhecimento dos demais, constitui prova ilícita se utilizada em qualquer processo judicial ou administrativo.
- E)** A disposição do Código de Processo Penal brasileiro segundo a qual o silêncio do acusado pode ser interpretado em seu desfavor foi recebida pela ordem constitucional de 1988.

07 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o valor da prévia e justa indenização na desapropriação há de ser assegurado já por ocasião da imissão provisória na posse.
- B)** Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, a retrocessão, no caso de tredestinação ou adestinação do bem expropriado, configura simples direito pessoal que se resolve em perdas e danos.
- C)** A indenização da propriedade, no caso de desapropriação para fins de reforma agrária, não há de ser necessariamente prévia, uma vez que o pagamento do imóvel há de se fazer mediante entrega de títulos da dívida agrária.
- D)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as condições de uso, gozo e fruição da propriedade material ou imaterial não podem ser objeto de alteração mediante decisão legislativa superveniente.
- E)** A Constituição Federal autoriza a desapropriação pelo município de terrenos urbanos não edificadas, subutilizados ou não utilizados, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

08 Assinale a opção correta.

- A)** A liberdade sindical constitucionalmente assegurada não permite a criação de mais de um sindicato, representativo de uma mesma categoria profissional ou econômica, por base territorial.
- B)** A contribuição fixada pela assembléia geral para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva é obrigatória para filiados ou não-filiados.
- C)** A participação dos sindicatos nas negociações coletivas pode ser dispensada se os trabalhadores designarem diretamente os seus próprios representantes.

D) As normas que integram o capítulo referente aos direitos sociais são normas constitucionais programáticas.

E) A Constituição Federal assegura um direito de greve absoluto ou irrestrito.

09 Assinale a opção correta.

A) Os Estados-membros podem adotar, no âmbito do seu poder de conformação, o regime parlamentar de governo.

B) A não-aplicação pelo Estado-membro do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais configura violação a princípio constitucional sensível, podendo dar ensejo a representação para fins de intervenção federal.

C) Os Estados-membros podem dispor sobre o sistema eleitoral, sendo-lhes possível adotar, por exemplo, o sistema distrital misto nas eleições parlamentares estaduais e municipais.

D) A Câmara do Distrito Federal pode dispor sobre a organização do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, cabendo-lhe, se for o caso, definir a estrutura do controle direto de inconstitucionalidade no âmbito daquela Corte.

E) A competência legislativa concorrente disciplinada na Constituição Federal impõe que o Estado-membro somente atue supletivamente.

10 Assinale a opção correta.

A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, matéria objeto de medida provisória rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional pode ser objeto de nova medida provisória na mesma sessão legislativa.

B) A reedição de medida provisória não produz qualquer efeito jurídico relevante, uma vez que, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a fórmula adotada não evita uma solução de continuidade normativa.

C) Contribuição social instituída mediante medida provisória, sucessivamente reeditada, poderá ser exigida 90 (noventa) dias após publicação do ato normativo inaugural, independentemente de sua conversão em lei.

D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a cláusula de convalidação ou de ratificação de medida provisória, na hipótese de reedição.

E) A Constituição Federal proíbe a utilização de medida provisória pelo Estado-membro.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa E

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa D

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 15

01 Aos juízes federais compete processar e julgar:

A) os crimes contra a economia popular e o sistema financeiro;

B) os crimes praticados por estrangeiros;

C) os crimes ecológicos e os praticados contra indígenas;

D) os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da justiça militar;

E) todos os crimes independentemente de sua natureza.

02 A respeito dos direitos, garantias e remédios constitucionais, a opção CORRETA é:

A) a União pode propor ação popular;

B) o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Senado Federal;

C) o Habeas Data será concedido para assegurar conhecimento de informações, mas não para retificação de dados;

D) a prática do racismo constitui crime inafiançável e insuscetível de graça e anistia;

E) a lei penal pode retroagir para beneficiar o réu.

03 A CF/88 contempla Remédios Constitucionais destinados à proteção das Garantias Individuais. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A) qualquer brasileiro pode propor ação popular;

- B)** o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos um ano;
C) o Mandado de Injunção tem como pressuposto a existência de norma regulamentar;
D) o Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical em funcionamento há pelo menos dois anos;
E) O Habeas Corpus só pode ser impetrado por advogado.

04 São brasileiros, nos termos da CF/88:

I - os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, que estejam a serviço de seu país.

II - os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

III - os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil;

IV - os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira;

V - os portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros.

A opção verdadeira a respeito deste conjunto de afirmativas é:

- A)** nenhum item está certo;
B) somente um item está certo;
C) somente dois itens estão certos;
D) somente três itens estão certos;
E) todos os itens estão certos.

05 A Constituição Federal garante, em seu art. 5º, XXII, o direito de propriedade. O inciso XXIV do mesmo dispositivo constitucional, no entanto, prevê a possibilidade de desapropriação, que poderá ser exercida, ressalvados os casos previstos na Constituição:

- I) por necessidade ou utilidade social;
II) por interesse público;
III) mediante justa indenização em dinheiro;
IV) por interesse social;

Tendo em vista o que se declara acima, a alternativa incorreta é:

- A)** os itens I e II são falsos;
B) os itens III e I são falsos;
C) os itens II e o III são falsos e o item IV verdadeiro;
D) os itens I, II e IV são falsos e o item III verdadeiro;
E) o item IV é verdadeiro e o item III falso.

06 A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros:

- A)** sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus;
B) quando a celebração do casamento tiver ocorrido em território nacional;
C) na hipótese do último domicílio conjugal ter sido no Brasil;
D) apenas quando o de cujus tiver falecido no Brasil;
E) sempre que não haja testamento.

07 No que tange ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- A)** as atribuições administrativas e jurisdicionais dos Tribunais, com mais de vinte e cinco julgadores, que contarem com Órgão Especial (com um mínimo de onze e um máximo de vinte e cinco membros), serão exercidas por este, naquelas matérias da competência do Tribunal Pleno;
B) as decisões administrativas dos Tribunais serão tomadas por maioria absoluta de votos, tanto as decisões afetas ao Tribunal Pleno, quanto aquelas da competência do Órgão Especial, devendo, em qualquer caso, ser motivadas;
C) a Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura observará o princípio de que a promoção de entrada para entrada faz-se por antiguidade e por merecimento. Se por antiguidade, só se recusará o Juiz mais antigo pelo voto de dois terços dos membros do Tribunal; se por merecimento, rejeitar-se-á Juiz que tenha apenas dois anos de exercício na respectiva entrada e se situe na primeira Quinta parte da lista de antiguidade desta;
D) todas as decisões dos Tribunais do País, tanto dos Tribunais Superiores, quanto dos Tribunais Regionais, serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros, exceto as decisões administrativas, para as quais se exige maioria absoluta dos presentes;
E) na forma do art. 96, da Carta Federal, compete privativamente aos Tribunais eleger os seus órgãos diretivos e elaborar os seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes. Compete-lhes, também, organizar suas Secretarias e, em relação ao Supremo Tribunal Federal e aos Tribunais de Justiça, propor ao Poder Legislativo respectivo a criação e a

extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos, razão por que ali a matéria não poderá sofrer emenda.

08 A presunção de constitucionalidade de Lei Ordinária face à Constituição da República em Ação Direta de Inconstitucionalidade será defendida pelo:

- A)** Procurador Geral da República;
- B)** Advogado Geral da União;
- C)** Procurador Geral de Justiça;
- D)** Procurador da Câmara dos Deputados;
- E)** Consultor do Senado Federal.

09 Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição. Nestes termos, é CORRETO afirmar que:

- A)** a Constituição da República prevê o controle da constitucionalidade de lei por órgão misto, político e jurisdicional;
- B)** a declaração de constitucionalidade das leis pode ser feita por órgão fracionário de tribunal, sem a necessidade de observação do princípio da reserva de plenário;
- C)** havendo declaração de inconstitucionalidade em Ação Direta, caberá ao Senado a suspensão da execução da lei, sem o que a decisão do Supremo Tribunal Federal não poderá ser aplicada a todos (efeito erga omnes);
- D)** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pode propor Ação Declaratória de Constitucionalidade;
- E)** membro do Senado Federal pode propor Ação Direta de Inconstitucionalidade.

10 NÃO compete ao Supremo Tribunal Federal julgar:

- A)** nas infrações penais comuns, o membro do Congresso Nacional;
- B)** a ação em que todos os membros da Magistratura sejam direta ou indiretamente interessados;
- C)** em recurso ordinário, o Mandado de Segurança decidido em única instância pelo Tribunal Superior do Trabalho, se concessiva a decisão;
- D)** em Recurso Ordinário, o crime político decidido em primeira instância por juiz federal;
- E)** os conflitos de competência entre o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal Superior do Trabalho.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 16

01 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo entendimento pacífico do Supremo Tribunal Federal, qualquer alteração que afete os direitos fundamentais configura lesão expressa à cláusula pétrea.
- B)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não só as normas constantes do catálogo de direitos fundamentais, mas também outras normas consagradoras de direitos fundamentais constantes do Texto Constitucional podem estar gravadas com a cláusula de imutabilidade.
- C)** Os direitos previstos em tratados internacionais firmados pelo Brasil somente poderão ser alterados mediante emenda constitucional.
- D)** É vedada a alteração de disposições transitórias constantes do texto constitucional original.
- E)** Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é admissível a arguição de inconstitucionalidade de norma constitucional originária.

02 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade.
- B)** A ação direta de inconstitucionalidade por omissão permite que o Supremo Tribunal Federal expeça, provisoriamente, a norma que o legislador deixou de editar.
- C)** A Constituição autoriza expressamente que o constituinte estadual institua, no seu âmbito, a ação direta por omissão.

D) Nos termos da Constituição, o habeas-data destina-se exclusivamente à defesa dos direitos de eventual atingido em face de entidades estatais.

E) A Constituição estadual pode atribuir ao Chefe da Advocacia do Estado a competência para propor a representação interventiva contra os municípios.

03 Assinale a opção correta.

A) Mandado de segurança somente pode ser utilizado para a defesa de direitos e garantias individuais, sendo vedado o seu uso com objetivo de defender atribuições ou prerrogativas de órgãos públicos.

B) A decisão proferida em mandado de injunção supre plenamente a omissão legislativa.

C) O salário do trabalhador é irredutível, salvo disposição contida em acordo ou convenção coletiva.

D) A contribuição sindical, fixada pela assembléia geral, será descontada em folha de qualquer trabalhador independentemente de sua vinculação ao sindicato.

E) Lei complementar não pode estabelecer restrições ao direito de greve do servidor público.

04 Assinale a opção correta.

A) Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, não cabe liminar em ação declaratória de constitucionalidade.

B) A Constituição autoriza expressamente a instituição de ação declaratória de constitucionalidade no âmbito do Estado-membro.

C) A representação interventiva com objetivo de assegurar a execução de leis federais há de ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.

D) É cabível a propositura de recurso extraordinário contra decisão de Tribunal de Justiça estadual proferida em ação direta de inconstitucionalidade, desde que a norma estadual eleita como parâmetro de controle seja de reprodução obrigatória por parte do constituinte estadual.

E) Não cabe ação direta de inconstitucionalidade contra emenda constitucional.

05 Assinale a opção correta.

A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a proteção do direito adquirido impede mudanças no regime de um dado instituto jurídico.

B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as leis de ordem pública não de respeitar o princípio do direito adquirido.

C) O caráter de garantia institucional que se atribui ao direito de propriedade impede qualquer alteração legislativa de seu conteúdo ou configuração.

D) É legítimo invocar direito adquirido contra alteração no estatuto da moeda.

E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, pode-se invocar legitimamente direito adquirido em face de mudança de um estatuto jurídico como, por exemplo, o Estatuto dos Servidores Públicos.

06 Assinale a opção correta.

A) É legítima a extradição de brasileiro naturalizado.

B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é legítima a extradição de português beneficiado com o estatuto da igualdade.

C) A Constituição brasileira admite a extradição nos casos de crimes políticos ou de opinião.

D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite a extradição de pessoas que enfrentam, nos países requerentes, acusações que poderão acarretar a sua condenação à pena de morte.

E) O brasileiro naturalizado poderá ser extraditado no caso de comprovado envolvimento em tráfico de drogas.

07 Assinale a opção correta.

A) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, os direitos fundamentais não podem ser regulados por medida provisória.

B) Nos casos autorizados pela Constituição, pode o legislador ordinário alterar completamente a conformação de determinados direitos fundamentais.

C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a limitação aos direitos fundamentais há de observar o princípio da proporcionalidade.

D) É pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal o entendimento segundo o qual os direitos fundamentais não têm aplicação às relações entre particulares.

E) Em caso de colisão entre direitos fundamentais, recomenda a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que se identifique e se aplique a norma de hierarquia mais elevada.

08 Assinale a opção correta.

A) Além da aplicação da lei mais benéfica, em se tratando de leis penais no tempo, afigura-se razoável, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que se proceda à combinação interpretativa de disposições da lei velha e da lei nova com o objetivo de assegurar a aplicação da lex mitior.

- B)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional a prisão civil do devedor fiduciante.
- C)** Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional disposição legal que vede a progressividade do regime de cumprimento da pena para crimes hediondos.
- D)** A Constituição Federal admite a interceptação telefônica para fins de investigação criminal, administrativa ou parlamentar.
- E)** A norma superveniente que amplie o prazo de prescrição tem aplicação imediata, independentemente dos reflexos que produza nas situações concretas, por se tratar de norma de conteúdo processual.

09 Assinale a opção correta.

- A)** Nos termos da Constituição, a proteção contra a despedida arbitrária há de ser estabelecida em lei ordinária.
- B)** É permitida a criação de mais de uma entidade sindical, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial.
- C)** A Constituição admite a não-equivalência dos direitos do trabalhador avulso e do trabalhador com vínculo empregatício.
- D)** A Constituição legitima a distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual.
- E)** Nos termos da Constituição, é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

10 Assinale a opção correta.

- A)** A Constituição Federal elenca, de forma precisa e expressa, a competência dos Estados-membros e da União.
- B)** Adotou-se, no sistema federativo brasileiro, um rígido modelo horizontal de distribuição de competência legislativa.
- C)** Nos termos da Constituição brasileira, os municípios não dispõem de competência material específica.
- D)** Cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.
- E)** O Distrito Federal é dotado de todas as competências reconhecidas aos Estados-membros.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa B
Questão 6 alternativa E
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa E
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 17

01 Assinale a opção correta.

- A)** É amplo o poder constituinte do Estado-membro, facultando-se-lhe dispor, de forma incondicionada, sobre o sistema eleitoral e o sistema de governo.
- B)** No âmbito das competências do Estado-membro, não se exclui a possibilidade de instituição de uma verdadeira Corte Constitucional.
- C)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o processo legislativo previsto na Constituição Federal aplica-se aos Estados-membros.
- D)** Nos termos da Constituição, a criação de municípios é decisão que compete exclusivamente aos Estados-membros.
- E)** A Constituição não veda, expressamente, o direito de secessão dos entes federados.

02 Assinale a opção correta.

- A)** A responsabilidade civil objetiva das entidades de direito público exonera o eventual atingido da prova do nexo de causalidade.
- B)** Não influi no juízo sobre a responsabilidade civil da administração a eventual contribuição ou concorrência da vítima para o evento danoso.
- C)** Nos termos da Constituição, o ato lícito da administração não poderá dar ensejo à responsabilidade civil.
- D)** A responsabilidade civil do Estado adotada pela Constituição é ampliada pela idéia de que se aplica entre nós a teoria da equivalência das condições.

E) A doutrina e a jurisprudência brasileiras admitem que a responsabilidade civil do Estado submete-se entre nós à teoria do dano direto e imediato ou da interrupção do nexo causal.

03 Assinale a opção correta.

- A)** A imunidade parlamentar somente protege o Deputado ou Senador após a posse.
- B)** As comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão, na forma do regimento, discutir e votar determinados projetos de forma definitiva.
- C)** A convocação extraordinária do Congresso Nacional não poderá ser requerida pelos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- D)** A deliberação do Congresso Nacional que suspende a eficácia de ato regulamentar do Poder Executivo é insuscetível de controle judicial.
- E)** É legítima deliberação do Congresso Nacional, na sessão extraordinária, sobre qualquer matéria que esteja submetida à sua apreciação.

04 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar a quebra de sigilo bancário de eventuais indiciados.
- B)** Comissão Parlamentar de Inquérito dispõe de poderes para decretar a prisão preventiva de eventual indiciado.
- C)** A comissão representativa do Congresso Nacional que deve atuar no período de recesso dispõe de poderes para emendar a Constituição ou decretar a perda de mandato de parlamentares.
- D)** Não se pode invocar sigilo profissional perante Comissão Parlamentar de Inquérito.
- E)** Não se pode alegar o direito de permanecer calado perante Comissão Parlamentar de Inquérito.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, as medidas provisórias não se submetem a processo de controle de constitucionalidade.
- B)** É legítima a edição de medida provisória sobre matérias que devem ser reguladas mediante lei complementar, desde que a sua conversão em lei se dê com a aprovação da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- C)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, contribuição social prevista em medida provisória somente poderá ser cobrada 90 dias após a sua conversão em lei.
- D)** Não se pode regulamentar norma constitucional resultante do processo de reforma constitucional aprovada a partir de 1995 mediante edição de medida provisória.
- E)** Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, não se pode editar medida provisória nas matérias que não podem ser disciplinadas mediante edição de lei delegada.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar toda e qualquer causa de interesse dos magistrados em geral.
- B)** O Supremo Tribunal Federal somente poderá apreciar denúncia contra Ministro de Estado após a autorização de instauração do processo pela Câmara dos Deputados.
- C)** Compete ao Supremo Tribunal Federal apreciar e julgar a representação interventiva nos casos de violação do princípio sensível e de recusa à execução de lei federal.
- D)** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar habeas-corpus contra ato de membro de Tribunal de Justiça.
- E)** Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário, o crime político.

07 Assinale a opção correta.

- A)** Segundo entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, o legislador não pode conferir tratamento privilegiado a outros créditos, além dos créditos de natureza alimentícia, para os fins de pagamento mais favorecido.
- B)** É legítimo o pagamento de vantagens pecuniárias asseguradas a servidores em decisão judicial de caráter cautelar ou em tutela antecipada.
- C)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é recomendável que se utilizem indexadores como a OTN - Obrigações do Tesouro Nacional ou BTN - Bônus do Tesouro Nacional nos precatórios, de modo a facilitar a atualização de seu valor.
- D)** Segundo a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, os créditos de natureza alimentícia deverão ser pagos independentemente de precatório.
- E)** Em caso de plena disponibilidade de recursos, poderá o legislador adotar o sistema de pagamento direto.

08 Assinale a opção correta.

- A)** Compete à Justiça Federal processar todos os crimes previstos em tratados ou convenções internacionais.

- B)** Compete à Justiça Militar processar e julgar todos os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves.
- C)** Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes contra a organização do trabalho e, nos termos da lei, os crimes contra o sistema financeiro e a ordem econômico-financeira.
- D)** Compete à Justiça Federal processar e julgar as ações criminais movidas contra seus próprios juízes.
- E)** Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas em que a União for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, inclusive as de falência.

09 Assinale a opção correta.

- A)** Compete ao Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.
- B)** O Procurador-Geral da República será nomeado para o cargo para um mandato de dois anos, admitida apenas uma recondução.
- C)** A Constituição determina, em casos excepcionais, que órgãos do Ministério Público assumam atribuições de assessoria jurídica de entidades públicas.
- D)** O Advogado-Geral da União somente poderá ser destituído após a aprovação do Senado Federal.
- E)** Compete ao Advogado-Geral da União a propositura da representação interventiva, no caso de afronta aos chamados princípios sensíveis.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Nos termos da Constituição, o petróleo somente pode ser explorado pela União ou por empresa pública federal.
- B)** A Constituição preconiza o incentivo às empresas brasileiras de capital nacional.
- C)** Nos termos da Constituição, a navegação de cabotagem somente poderá ser realizada por embarcações brasileiras.
- D)** É legítima a desapropriação de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado com pagamento mediante títulos da dívida pública.
- E)** Os imóveis públicos urbanos poderão ser adquiridos mediante usucapião.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa E
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa E
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 18

01 Constitui objetivo fundamental do Estado brasileiro

- A)** garantir o desenvolvimento regional
- B)** construir uma sociedade livre, justa e solidária
- C)** promover o bem da população sem discriminação de raças
- D)** propugnar pelo pluralismo político e social
- E)** valorizar as relações com o mercado sul-americano

02 A análise dos princípios fundamentais da Constituição de 1988 contempla a seguinte discriminação:

- A)** princípios relativos à existência, forma, estrutura e tipo de Estado, respectivamente: Estado Democrático de Direito, República Federativa do Brasil e soberania
- B)** princípios relativos à comunidade internacional: do respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana e princípio do pluralismo político
- C)** princípios relativos à forma de governo e à organização dos poderes, respectivamente: República e separação dos poderes
- D)** princípios relativos à prestação positiva do Estado: princípio da não-discriminação e princípio do repúdio ao terrorismo
- E)** princípios político-constitucionais relativos à cultura, criança e adolescente

03 O regime jurídico da propriedade tem seu fundamento na Constituição. Esta garante o direito de propriedade, desde que este atenda a sua função social. Assinale a opção que não interfere com o direito de propriedade amplamente considerado.

- A)** Inviolabilidade da honra e imagem das pessoas.
- B)** Desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou interesse social.

- C) Direitos autorais e sua utilização, publicação ou reprodução de obras.
- D) Proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.
- E) Uso de propriedade particular.

04 Nos casos de interceptação telefônica, a Constituição Federal, no inciso XII, do artigo 5º, abriu uma exceção, qual seja, a possibilidade de violação das comunicações telefônicas, desde que presente o seguinte requisito:

- A) injúria grave apurada em regular ação penal
- B) inquérito policial seguido de autorização judicial
- C) ordem do juiz, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer
- D) ordem judicial para fins de investigação civil ou penal
- E) ordem judicial, para fins de investigação penal ou instrução processual civil, nas hipóteses taxativamente descritas na lei ou no regulamento

05 Em relação ao princípio da presunção de inocência, previsto em nossa Constituição no artigo 5º, inciso LVII, podemos afirmar:

- A) A consagração do princípio da presunção de inocência significa o afastamento de toda espécie de possibilidade de prisão no ordenamento jurídico brasileiro.
- B) Por seu intermédio, há necessidade de o Estado comprovar a culpabilidade do indivíduo, que é constitucionalmente presumido inocente, sob pena de voltarmos ao total arbítrio estatal.
- C) Sua consagração constitucional não afasta a possibilidade de prisão, contudo, proíbe o lançamento do nome do acusado no rol dos culpados em virtude da presunção juris tantum de não-culpabilidade daqueles que figurem como réus nos processos civis e administrativos condenatórios.
- D) Sua consagração constitucional significa, concretamente, o direito de aguardar em liberdade seu julgamento, até o trânsito em julgado do processo penal.
- E) A consagração do princípio da presunção de inocência é garantia estritamente ligada ao tema das provas ilícitas.

06 Em relação aos direitos sociais relativos aos trabalhadores, pode-se dizer que a Constituição vigente

- A) assegura assistência remunerada aos filhos do trabalhador, desde o seu nascimento, até os sete anos de idade em creches e pré-escolas
- B) somente garante aos trabalhadores os direitos enumerados taxativamente no artigo 7º da Constituição Federal, sem necessidade de legislação integrativa para garanti-los, em nenhuma hipótese
- C) contemplou os direitos dos trabalhadores em suas relações individuais de trabalho, entre os quais é reconhecido o direito de substituição processual
- D) contemplou o direito de participação nos lucros em duas formas: (a) participação nos lucros, prejuízos e resultados; (b) participação na diretoria ou conselho de acionistas das empresas estatais
- E) protege a relação de emprego contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar

07 Em relação ao direito de nacionalidade brasileira, podemos afirmar:

- A) os modos de aquisição da nacionalidade brasileira estão previstos na Constituição e nos Tratados Internacionais que o Brasil venha a aderir, com reciprocidade de tratamento
- B) a Constituição reputa brasileiro nato aquele que adquire a nacionalidade brasileira segundo o critério da extra-territorialidade internacional
- C) são brasileiros natos os nascidos no exterior, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil antes da maioridade penal e passem a optar, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira
- D) os filhos, amparados pela origem sangüínea do pai ou da mãe brasileiros, nascidos no estrangeiro, podem ser considerados brasileiros natos, desde que, filhos de pai brasileiro ou de mãe brasileira, estando, qualquer um deles, a serviço da República Federativa do Brasil
- E) são brasileiros natos os nascidos no Brasil e no exterior, registrados por intermédio de ordem administrativa ou autoridade consular estrangeira competente

08 Em relação às competências vedadas aos Estados-Federados, podemos afirmar:

- A) Veda-se-lhes explicitamente: estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público; recusar fé aos documentos públicos; criar distinções entre brasileiros ou preferência em favor de qualquer das pessoas jurídicas de direito público interno.
- B) Aos Estados-Federados, na Constituição Federal, é vedado legislar ou estabelecer diferenças entre brasileiros e estrangeiros e recusar fé aos documentos públicos ou particulares.
- C) Além das vedações explícitas, não há vedações implícitas.

D) É possível juridicamente aos Estados-Federados interferir naquilo que a Constituição integrou na competência municipal, desde que suplemente a legislação de interesse local.

E) A determinação do que sobra aos Estados, na partilha das competências, no sistema federativo brasileiro, há de partir dos poderes que lhes sejam autorizados pela Constituição e pelas leis nacionais. Há ainda que se observar que os Estados detêm as competências reservadas ou privativas, seguindo o constituinte, o modelo federal norte-americano.

09 A Competência financeira e monetária da União compreende:

A) legislar sobre qualquer tema de direito financeiro

B) emitir moeda e legislar sobre sistema financeiro e monetário, além de administrar reservas cambiais e fiscalizar as operações de política social e previdência pública. Na matéria é ainda competente a União para, mediante lei complementar, instituir outros tributos e taxas, desde que respeitem o princípio da seletividade

C) instituir os impostos, taxas e contribuição de melhoria, no âmbito de sua competência; bem assim, mediante lei ordinária, outros tributos, além dos discriminados na Constituição, desde que não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição

D) instituir moeda e legislar sobre sistema monetário, bem como, no âmbito de sua competência, mediante lei complementar, instituir outros impostos além dos já previstos na Constituição, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição

E) instituir os impostos e contribuições de melhoria, no âmbito de sua competência, bem assim, mediante lei complementar, outros impostos, além dos discriminados na Constituição, desde que não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição

10 Em relação à liberdade de opinião, podemos dizer que a Constituição Federal contempla-a nas seguintes perspectivas:

A) exterioriza-se, basicamente, entre presentes e ausentes, garantindo o sigilo ou segredo através da correspondência, não tendo qualquer conexão com a liberdade religiosa, política ou filosófica

B) reconhece-a como pensamento íntimo, através da liberdade de consciência e religiosa, significando que todos têm o direito constitucional de aderir a qualquer crença ou partido político, desde que não haja conotação de cunho ideológico ou sectário

C) o direito de qualquer pessoa, nacional ou estrangeira emitir opiniões e pronunciamentos acerca de qualquer tema ou assunto, em qualquer veículo de comunicação, sendo entretanto vedado ao estrangeiro residente no país opinar e escrever sobre temas políticos ou ideológicos

D) significa estritamente a possibilidade garantida pela Constituição de que todos têm direito de aderir a qualquer crença religiosa ou política

E) reconhece-a em duas grandes dimensões: como pensamento íntimo, através da liberdade de consciência e de crença, que declara inviolável, e como a de crença religiosa e de convicção filosófica ou política

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa B

Questão 6 alternativa E

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa D

Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 19

01 O controle constitucional exercido pelo Supremo Tribunal Federal em última instância, após esgotados os recursos previstos legalmente, representa o sistema

A) concentrado de controle da constitucionalidade.

B) de freios e contrapesos dos Poderes.

C) coletivo de controle da constitucionalidade.

D) difuso de controle da constitucionalidade.

02 A ocorrência concreta dos fatos normativos, sociais e valorativos, que dão condição à produção do efeito jurídico visado na Constituição Federal, relaciona-se com

A) o fundamento constitucional.

- B) a vigência constitucional.
- C) a semântica constitucional.
- D) a eficácia constitucional.

03 As guardas municipais, pela Constituição Federal, poderão ser constituídas para

- A) preservação dos bens municipais e dos locais de crimes.
- B) preservação das instalações municipais e policiamento preventivo.
- C) proteção dos bens, serviços e instalações municipais.
- D) proteção dos bens municipais e preservação da ordem pública.

04 A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

- A) o pluralismo político.
- B) a especialização da Justiça.
- C) a obrigatoriedade do voto.
- D) a bicameralidade.

05 O acompanhamento e a fiscalização da execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio competem

- A) à Mesa do Senado Federal.
- B) a uma Comissão interpartidária de sete Senadores.
- C) a uma Comissão de cinco congressistas designada pela Mesa do Congresso Nacional.
- D) às Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

06 No ato de sua posse, o Delegado Geral de Polícia, na conformidade da Constituição do Estado,

- A) passa a presidir o Conselho Superior da Polícia.
- B) deve fazer declaração pública de bens.
- C) tem mandato assegurado por dois anos.
- D) passa a perceber remuneração igual à dos Desembargadores.

07 A legitimidade ativa do cidadão para intentar ação popular representa a consagração de um direito

- A) político.
- B) econômico-financeiro.
- C) à segurança jurídica.
- D) social.

08 A Constituição Federal, ao vedar que, da publicidade das obras públicas, constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal da autoridade, consagra respeito ao princípio da

- A) finalidade.
- B) impessoalidade.
- C) indisponibilidade.
- D) legalidade.

09 A extradição solicitada por Estado estrangeiro será processada e julgada originariamente pelo

- A) Superior Tribunal de Justiça.
- B) Tribunal Regional Federal do Distrito Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Tribunal Regional Federal do domicílio do extraditando.

10 É correto afirmar:

- A) a integração visa suprir um vazio deixado pela Lei Constitucional.
- B) a interpretação visa suprir um vazio deixado pela Lei Constitucional.
- C) a compreensão supre a lacuna constitucional.
- D) a aplicação do Direito supre o vazio constitucional.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 20

01 Com relação à eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, o art. 7º, XXVII, da Constituição Federal, que garante aos trabalhadores urbanos e rurais "proteção em face da automação, na forma da lei", pode ser considerado norma de eficácia

- A)** limitada, porque a aplicação do dispositivo está restrita aos trabalhadores urbanos e rurais.
- B)** semi-limitada, porque, embora totalmente aplicável, seu conteúdo pode ser restringido por lei.
- C)** contida, porque, embora totalmente aplicável, seu conteúdo pode ser ampliado por lei.
- D)** limitada, porque a aplicação do dispositivo na sua totalidade depende de norma regulamentadora.

02 Sobre a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, é correto dizer que

- A)** a lei complementar fixará normas para a cooperação entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
- B)** a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, no que lhe for contrário.
- C)** a União, os Estados e o Distrito Federal estão autorizados a editar normas gerais e específicas para atender suas respectivas peculiaridades.
- D)** na falta de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender suas peculiaridades.

03 A decisão proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade

- A)** declara nula a norma impugnada, produzindo efeitos entre as partes.
- B)** produz efeitos ex tunc.
- C)** produz efeitos vinculante e erga omnes.
- D)** produz efeitos vinculante e ex nunc.

04 Para garantir a efetividade do direito de greve dos servidores públicos, previsto no art. 37, VII, da CF, que estabelece que "o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica", o servidor público interessado poderá propor

- A)** somente Mandado de Injunção.
- B)** Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão ou Mandado de Injunção.
- C)** somente Mandado de Segurança contra ato omissivo da Administração Pública.
- D)** somente Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

05 Ação Declaratória de Constitucionalidade visando declarar a constitucionalidade de determinada Emenda à Constituição Federal não poderá ser proposta pelo Procurador-Geral da República no dia seguinte à promulgação da referida lei porque

- A)** Emenda à Constituição Federal não pode ser objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, uma vez que é produzida pelo Poder Constituinte Reformador.
- B)** o Procurador-Geral da República não é parte legítima para propor Ação Declaratória de Constitucionalidade, atuando no processo, apenas, como "fiscal da lei".
- C)** não existiria controvérsia judicial, requisito indispensável à propositura de Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- D)** somente atos infraconstitucionais podem ser objeto de Ação Declaratória de Constitucionalidade, deles excluída, portanto, a Emenda à Constituição Federal.

06 À Medida Provisória é vedado, expressamente, regulamentar

- A)** qualquer dispositivo da Constituição Federal, em respeito ao princípio da reserva legal.
- B)** a exploração, pelos Estados-Membros, dos serviços de gás canalizados; a exploração, pela União Federal, dos serviços de telecomunicações; os artigos da Constituição Federal cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.
- C)** a exploração, pela União Federal, dos serviços de telecomunicações; a exploração, pela União, dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; os artigos da Constituição Federal cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada a partir de 1995.
- D)** a exploração, pela União Federal, dos serviços de telecomunicações; a exploração, pela União, dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros; os dispositivos constitucionais de natureza penal.

07 A segunda reeleição é vedada ao

- A)** vice-governador de Estado.
- B)** cônjuge ou parente consanguíneo de prefeito.
- C)** substituto do governador do Distrito Federal que o tenha substituído nos últimos 6 meses antes da eleição.
- D)** prefeito que tenha renunciado um ano antes do término do segundo mandato.

08 A Constituição Federal não poderá ser emendada

- A)** se a proposta de emenda tiver obtido três quintos dos votos dos membros da Câmara e do Senado, em dois turnos.
- B)** para abolir medidas provisórias.
- C)** se houver intervenção estadual em município.
- D)** na vigência de intervenção federal.

09 Constitui monopólio da União

- A)** a refinação do petróleo estrangeiro.
- B)** a exploração, direta ou por concessão, dos serviços locais de gás canalizado.
- C)** o legislar sobre proteção do meio ambiente.
- D)** a fiscalização e controle do sistema único de saúde.

10 A propriedade de empresa de televisão é exclusiva de

- A)** brasileiros natos ou naturalizados há mais de 5 anos.
- B)** brasileiros naturalizados há mais de 10 anos.
- C)** pessoa jurídica que detenha a responsabilidade pela sua orientação intelectual.
- D)** partido político que detenha até cinquenta por cento do capital social da empresa de televisão.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 21

01 Considere as afirmativas a seguir:

- I - Sendo a Constituição Federal a lei suprema, ela é a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade.
- II - Todas as leis se subordinam à Constituição Federal, não podendo contra ela dispor.
- III - À medida que a Constituição fixa as regras principais, por serem estas completas e claras, não é permitida a existência de leis ordinárias e matéria constitucional.

Assinale:

- A)** Se I, II e III (todas) forem verdadeiras.
- B)** Se apenas I e III forem verdadeiras.
- C)** Se apenas II e III forem verdadeiras.
- D)** Se apenas I e II forem verdadeiras.

02 Com referência à decisão de inconstitucionalidade, assinale a alternativa incorreta.

- A)** O controle incidental tem efeito apenas para as partes litigantes. A decisão que afasta o ato inconstitucional não beneficia a quem não for parte na demanda em que se reconhecer a inconstitucionalidade. É o chamado "efeito particular", ou inter partes.
- B)** Já o controle principal tem efeito geral, erga omnes, eliminando para o futuro e de vez qualquer possibilidade de aplicação do ato reconhecido como inconstitucional.
- C)** Para a doutrina kelseniana, a decisão de inconstitucionalidade tem caráter "desconstitutivo".
- D)** A doutrina clássica considera a decisão de inconstitucionalidade como tendo caráter "anulatório direto".

03 O Senado Federal é integrante do Legislativo, não podendo aprovar-se lei sem que tenha oportunamente se manifestado sobre o projeto, possuindo ainda algumas competências privativas como, por exemplo:

- A)** Deliberar sobre a instauração de processo contra o Presidente da República.
- B)** Fiscalizar os Estados e os Municípios no que tange aos empréstimos externos que eles desejem contrair.
- C)** Indicar o candidato a Vice-Presidente da República.
- D)** Nomear os Ministros da área econômica.

04 A Constituição brasileira mantém o instituto do veto, permitindo que o Presidente da República recuse sanção a projeto de lei já aprovado pelo Congresso, dessa forma impedindo sua transformação em lei. Porém são aceitos como fundamentos do veto:

- A)** A dificuldade para sua execução e o risco de sua fiscalização.
- B)** A inconstitucionalidade (motivo estritamente jurídico) e a inconveniência.
- C)** A inconveniência (um motivo estritamente político) e a falta de tempo para análise do projeto de lei.
- D)** A sua não-apreciação pelo Senado e a inconstitucionalidade (motivo jurídico e político).

05 Assinale a alternativa correta.

- A)** O Direito brasileiro reconhece a todos os tribunais o poder de eleger seus presidentes e demais titulares de sua direção, garantindo assim sua independência.
- B)** A vitaliciedade consiste em não poder perder o magistrado o cargo senão por força de decisão do Senado Federal.
- C)** Podem os tribunais elaborar seus regimentos internos, mas, no tocante à sua sanção, cumpre ao Presidente da República.
- D)** O juiz pode exercer, se desejar, atividade político-partidária.

06 Considere as seguintes afirmativas:

- I - Cada cidadão tem o direito de trabalhar no ofício que lhe agrada, para o qual tiver aptidão.
- II - Nossa Constituição garante a liberdade de ensino, que é uma dentre as várias formas de liberdade de expressão do pensamento.
- III - A Constituição assegura a liberdade de associação para fins lícitos e ainda paramilitares.
- IV - Na classificação dos direitos, o direito de associação e o de greve são direitos implícitos.

São verdadeiras:

- A)** II e III apenas.
- B)** IV e I apenas.
- C)** I e II apenas.
- D)** III e IV apenas.

07 Sobre o Mandado de Segurança é incorreto afirmar que:

- A)** Foi criado pela Constituição de 1988.
- B)** É uma criação brasileira, incluindo-se entre suas fontes, os vários writs do Direito anglo-americano e o "amparo" mexicano.
- C)** É remédio específico contra a violação pelo poder público, de direito líquido e certo.
- D)** Pode ser coletivo, tendo legitimidade ativa para impetrá-lo os partidos políticos, os sindicatos, as entidades de classe e as associações.

08 "Inovação na Constituição de 1988, servindo para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registro ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público." Esta descrição refere-se ao:

- A)** Mandado de injunção.
- B)** Habeas corpus.
- C)** Habeas data.
- D)** Ação civil pública.

09 Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que não diz respeito ao estado de sítio.

- A)** É meio de defesa da ordem preferido nos países de direito escrito, tem sua origem no Direito francês.
- B)** Com ele ocorre a suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais.
- C)** Com o fundamento de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, não pode ser decretado por mais de vinte dias.
- D)** A Constituição Federal que atribui ao Presidente da República, ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República, o poder de declarar o estado de sítio, sujeito, contudo, à autorização prévia do Congresso Nacional.

10 Considere as afirmativas:

- I - A decretação do estado de defesa se fará após o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional e será submetida, em 24 horas, à apreciação do Congresso Nacional.
- II - O prazo de duração do estado de defesa é de trinta dias, permitida uma única prorrogação por igual prazo.
- III - Cessado o estado de defesa cessam seus efeitos, não subsistindo nem mesmo a responsabilidade dos seus executores pelos ilícitos que cometerem.

São verdadeiras:

- A)** I somente.
- B)** I e II somente.

- C) II e III somente.
- D) III somente.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa D
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa C
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 22

01 Pedido de licença para processar criminalmente deputado federal, que não foi apreciado pela Câmara dos Deputados, implicará

- A) absolvição in limine do deputado.
- B) interrupção do prazo de prescrição do crime até o início da legislatura seguinte.
- C) pagamento de fiança pelo parlamentar.
- D) suspensão do prazo prescricional do crime até o fim do mandato do deputado.
- E) recebimento imediato da denúncia ou queixa-crime pelo STF.

02 Candidato a Presidente da República, registrado pelo partido X, obteve, na eleição, 40 milhões de votos. Os demais candidatos somaram, juntos, 35 milhões de votos, havendo 8 milhões de votos em branco e nulos. Nesse caso, o candidato mais votado

- A) participará de nova eleição, que desprezará, então, os votos em branco e nulos.
- B) concorrerá à nova eleição, já que os votos em branco e nulos, somados aos dos concorrentes, suplantaram os votos por si obtidos.
- C) será considerado eleito Presidente da República.
- D) participará de um segundo turno eleitoral com o candidato que obteve a segunda melhor votação.
- E) participará de nova eleição, que não desprezará os votos em branco e nulos.

03 Proposta de emenda constitucional, depois de votada conforme as exigências da Constituição Federal, converter-se-á em emenda constitucional quando for

- A) promulgada pela mesa diretora do Congresso Nacional.
- B) sancionada e promulgada pelo Presidente da República.
- C) promulgada pela mesa diretora do Senado Federal.
- D) promulgada pela mesa diretora da Câmara dos Deputados.
- E) promulgada pelas mesas das duas Casas do Congresso Nacional.

04 São inconstitucionais leis ou atos normativos discriminatórios, não autorizados pela Constituição Federal, entre pessoas em situação de igualdade. O sacrifício imposto a pessoas, discriminado-as em face de outras na mesma situação, é inconstitucional. Para corrigir essa desigualdade é acionado o Poder Judiciário. A decisão judicial poderá

- A) estender a situação jurídica detrimetosa a todas as pessoas.
- B) declarar, apenas por via incidental, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
- C) declarar, apenas por via principal, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
- D) declarar, dependendo da provocação, a inconstitucionalidade do ato discriminatório tanto por via incidental como por via principal.
- E) deferir, se impetrada, ordem de injunção.

05 Vetado parcialmente projeto de lei, a parte que mereceu sanção é promulgada e publicada pelo Presidente da República. Apreciado o veto pelo Congresso Nacional, este o rejeita. Neste caso, a parte que foi vetada, e agora é promulgada, vigorará a partir do momento

- A) de sua promulgação pelo Congresso Nacional.
- B) em que entrou em vigor a parte do projeto de lei desde logo sancionada.
- C) da publicação da parte não vetada.
- D) de sua publicação.
- E) de sua sanção e promulgação pelo Presidente da República.

06 Projetos de lei de iniciativa exclusiva de Tribunais e do Poder Executivo são propostos amiúde. O exercício do poder de emenda, deferido aos congressistas, constitui incidente do processo legislativo. Em princípio, a função de emendar esses projetos de lei é inerente à função de legislar. Quem pode legislar,

poderá emendar. A Constituição tem que prever expressamente as vedações ao poder de emendar, que podem ser absolutas (que impedem o oferecimento de quaisquer emendas), quase absolutas (que impedem o oferecimento de determinadas emendas) e relativas. Isto posto, há vedação absoluta ao poder de emenda

- A)** no caso de delegação legislativa ao Presidente da República, se a resolução do Congresso Nacional determinar a apreciação do projeto a posteriori.
- B)** na tramitação de projeto de lei de codificação.
- C)** no caso de rejeição de medida provisória, quando o Congresso Nacional disciplina as relações jurídicas delas decorrentes.
- D)** no complexo procedimento legislativo de edição de emenda constitucional.
- E)** depois de aprovado o projeto de lei, mas antes de subir à sanção presidencial.

07 Lei anterior à Constituição recém promulgada, e com esta incompatível, implicará, de acordo com atual orientação do STF,

- A)** inconstitucionalidade da lei, devendo ser declarada por via principal.
- B)** diferimento eficaz da lei anterior pelo Poder Legislativo.
- C)** ação direta de inconstitucionalidade para cindir a lei.
- D)** revogação da lei.
- E)** prossegue ação direta de inconstitucionalidade impetrada antes da nova Constituição.

08 A técnica de interpretação conforme a Constituição somente é utilizável quando a norma impugnada permite

- A)** uma só interpretação razoável e justa.
- B)** aplicação do princípio de proporcionalidade entre meio e fim da exigência legislativa.
- C)** várias interpretações da norma impugnada, das quais uma seja compatível com a Constituição.
- D)** verificar a univocidade de seu sentido,
- E)** alteração inequívoca do sentido da norma impugnada.

09 Medida provisória recém editada tem o efeito imediato de inovar a ordem jurídica, mas o conteúdo jurídico que veicula somente adquire estabilidade normativa a partir do momento de sua conversão em lei pelo Congresso Nacional. Por outro lado, a rejeição parlamentar do projeto de sua conversão em lei ocasionará

- A)** a desconstituição ex nunc de sua eficácia jurídica.
- B)** autorização para que o Presidente da República reedite outra com o mesmo conteúdo.
- C)** autorização para que o Presidente da República edite outra afetando aspectos não essenciais daquela anteriormente repudiada pelo Congresso Nacional.
- D)** a desconstituição ex tunc de quaisquer atos editados com fundamento no ato presidencial repellido pelo Congresso Nacional.
- E)** a declaração de insubsistência da lei por parte da Mesa do Senado Federal.

10 O congressista, no exercício do cargo de ministro, de Estado,

- A)** não perde a imunidade parlamentar material,
- B)** não goza de imunidade parlamentar material e processual.
- C)** não poderá ser processado sem licença de sua casa legislativa.
- D)** somente poderá ser processado se houver licença da Câmara e do Senado.
- E)** não perde a imunidade material e processual.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 23

01 Pelo princípio da supremacia da Constituição, no ordenamento jurídico brasileiro,

- A)** somente as normas materialmente constitucionais devem integrar a Constituição e, assim, figurar no ápice do ordenamento jurídico.
- B)** todas as normas jurídicas abaixo da Constituição são presumivelmente constitucionais.

- C)** as normas jurídicas infraconstitucionais podem ser consideradas formal e materialmente inconstitucionais, caso sejam incompatíveis com a Constituição.
- D)** as normas constitucionais, por estarem no ápice do ordenamento jurídico, não admitem alteração.

02 A lei complementar difere da lei ordinária no seguinte aspecto:

- A)** aprovação pelo maioria qualificada de 2/3 dos membros de cada Casa.
- B)** existência de campo material estabelecido pela Constituição Federal.
- C)** necessidade de discussão e votação em dois turnos, em cada uma das Casas.
- D)** não pode ser objeto de iniciativa popular.

03 Havendo afronta aos direitos da pessoa humana pelo Governador, o respectivo Estado-membro poderá sofrer intervenção federal mediante

- A)** Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, proposta pelo Procurador-Geral do Estado.
- B)** requisição do Tribunal de Justiça.
- C)** solicitação da Assembléia Legislativa.
- D)** Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República.

04 A arguição de descumprimento de preceito fundamental, prevista no art. 102, § 1º, da Constituição Federal, tem

- A)** como legitimados os mesmos da Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- B)** como legitimados os mesmos da Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- C)** por objetivo exclusivo reparar lesão a preceito fundamental resultante de lei ou ato normativo federal e estadual.
- D)** por objetivo exclusivo evitar lesão a preceito fundamental resultante de ato da administração federal e estadual.

05 A decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade que declarar a inconstitucionalidade de tratado internacional, devidamente ratificado e promulgado pelo Estado brasileiro,

- A)** será nula, uma vez que tratados internacionais não podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade.
- B)** produzirá apenas efeitos "ex tunc", uma vez que, pelo princípio da soberania, os Estados estrangeiros não poderão ser vinculados ao cumprimento de tal decisão.
- C)** dependerá de posterior manifestação do Senado Federal para suspender a execução do tratado na ordem jurídica interna.
- D)** produzirá efeitos "erga omnes" e vinculante, resultando na inaplicação do tratado na ordem jurídica interna.

06 As Comissões Parlamentares de Inquérito estão constitucionalmente autorizadas a

- A)** determinarem a prisão preventiva dos infratores, nos termos da lei processual penal, pois possuem os mesmos poderes da autoridade judicial.
- B)** solicitarem o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão, pois possuem os mesmos poderes investigatórios da autoridade judicial.
- C)** determinarem a quebra de sigilo bancário, pois possuem os mesmos poderes investigatórios da autoridade policial.
- D)** promoverem a responsabilização civil e criminal dos infratores.

07 Em face da distribuição constitucional de competências, a lei estadual que, por ventura, discipline a prática de atividades nucleares específicas no respectivo Estado, deve ser considerada

- A)** inconstitucional, visto ser competência da União legislar sobre "atividades nucleares de qualquer natureza".
- B)** constitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente.
- C)** inconstitucional, pois a exploração dos serviços e instalações nucleares é de competência exclusiva da União.
- D)** constitucional, desde que o Estado tenha sido autorizado, por lei complementar da União, a legislar sobre tal matéria.

08 O Poder Legislativo Nacional é considerado do tipo bicameral-federativo porque é composto por duas Casas Legislativas,

- A)** uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados-membros e do Distrito Federal.
- B)** uma Iniciadora e outra Revisora dos projetos de lei.
- C)** uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados-membros.

D) uma formada por representantes do povo brasileiro e a outra, por representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, quando existirem.

09 Por força da greve dos caminhoneiros, pode a União determinar que eles tenham benefícios tarifários, isto é, os pedágios para os caminhoneiros seriam diminuídos em todas as estradas brasileiras dadas em concessão, inclusive as estaduais?

- A)** Não, porque cabe aos Estados-membros alterar seus contratos administrativos.
- B)** Sim, porque os Estados-membros são obrigados a obedecer à lei federal de concessões.
- C)** Não, porque a União não tem competência para legislar sobre contratação administrativa.
- D)** Sim, porque a União é agente normativo e regulador da atividade econômica.

10 Um cidadão, sabendo que o prefeito de sua cidade está cometendo irregularidades ou ilegalidades na administração do dinheiro público,

- A)** deve fazer parte de uma associação ou sindicato para ter legitimidade para denunciá-lo perante o Tribunal de Contas competente.
- B)** pode apenas denunciá-lo perante o Ministério Público.
- C)** pode denunciá-lo perante o Tribunal de Contas competente.
- D)** não terá legitimidade para denunciá-lo perante o Tribunal de Contas.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 24

01 A origem da idéia de Poder Constituinte e a conseqüente distinção entre poder constituinte e poderes constituídos é atribuída a

- A)** Siyès, na obra "Que é o Terceiro Estado?".
- B)** Rousseau, na obra "O contrato social".
- C)** Ferdinand Lassale, na obra "Essência da Constituição - Que é uma Constituição?".
- D)** Carl Schmitt, na obra "Teoria da Constituição".
- E)** Montesquieu, na obra "O Espírito das Leis".

02 O veto presidencial, não apreciado em sessão conjunta no prazo de trinta dias a contar de seu recebimento pelo Congresso Nacional, acarreta

- A)** a promulgação, pelo Presidente do Senado, da lei resultante da não apreciação do veto.
- B)** o sobrestamento das demais proposições, até sua votação final, ressalvadas, por expressa disposição constitucional, as matérias constantes de projeto de lei submetido a regime de urgência por solicitação do Presidente da República.
- C)** a sustação da deliberação sobre as medidas provisórias, as emendas constitucionais e os projetos de lei submetidos ao regime de urgência, conforme expressa previsão constitucional.
- D)** a rejeição tácita do projeto de lei vetado.
- E)** o sobrestamento das demais proposições, até sua votação final, ressalvadas, por expressa disposição constitucional, as matérias constantes de medidas provisórias ainda não convertidas em lei.

03 Na ação direta de inconstitucionalidade, ante a legislação ordinária que regulamenta o respectivo processo, é possível afirmar que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, pelo voto da maioria

- A)** de dois terços de seus membros, pode ou não, atribuir à decisão efeitos ex nunc, ex tunc, erga omnes e vinculantes em relação ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo e aos demais órgãos do Poder Judiciário.
- B)** absoluta dos seus membros, sempre produz efeitos ex tunc, erga omnes e vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo, de tal sorte que os atos praticados com base no ato declarado inconstitucional são indiscutivelmente nulos ab initio.
- C)** absoluta de seus membros, pode produzir efeitos ex nunc ou ex tunc, e erga omnes, mas vinculantes em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, de tal sorte que ao ato inconstitucional se atribuem os efeitos previstos pelas doutrinas clássica ou kelseniana, conforme o caso.

D) de dois terços de seus membros, pode restringir os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, com efeitos vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal a partir do momento que venha por ela a ser fixado, pelo que se pode admitir nesse caso, que o ato inconstitucional produz, ainda que temporariamente, efeitos válidos.

E) absoluta de seus membros, e presentes 8 ministros, pode atribuir, somente à decisão que declare a constitucionalidade, efeitos ex tunc, erga omnes, e vinculantes em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.

04 No constitucionalismo brasileiro, várias foram as inovações introduzidas em cada nova Constituição. Dentre tais inovações apontem-se, exemplificativamente, o rompimento com o tradicional bicameralismo federativo, a exigência do quorum de maioria absoluta para a declaração de inconstitucionalidade pelos tribunais, a suspensão, pelo Senado, de lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal e um rol expresso de direitos dos trabalhadores. Trata-se, no caso, de inovações introduzidas pela Constituição de

A) 24/02/1891.

B) 16/07/1934.

C) 18/09/1946.

D) 10/11/1937.

E) 05/10/1988.

05 A intervenção federal, no caso de desrespeito, pelo Estado-Membro, dos direitos da pessoa humana, depende de

A) solicitação dos Poderes Legislativo ou Executivo estaduais e será decretada pelo Presidente da República, submetido o decreto à apreciação do Congresso Nacional.

B) requisição do Supremo Tribunal Federal, será decretada pelo Presidente da República e ratificada pelo Congresso Nacional.

C) provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, dispensada a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.

D) requisição do Superior Tribunal de Justiça e será decretada pelo Presidente da República, independentemente de ratificação pelo Congresso Nacional.

E) provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República, dispensada a apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.

06 Conforme a Constituição brasileira, o crime político é

A) julgado pelo Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário.

B) processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal, apenas em recurso extraordinário.

C) processado e julgado, em qualquer caso, pelos juízes federais.

D) processado e julgado, em qualquer caso, pelo Tribunal Superior Eleitoral.

E) processado e julgado pelo Poder Judiciário estadual, que tem competência exclusiva nesta matéria.

07 A cláusula do devido processo legal

A) sempre esteve presente, de modo expresso, em todas as constituições brasileiras, com o sentido formal e substancial de proteção dos direitos fundamentais.

B) foi introduzida, expressamente, no plano constitucional, pela Constituição brasileira de 1934, com o sentido formal de proteção geral de direitos fundamentais.

C) foi introduzida no plano constitucional, expressamente, pela Constituição brasileira de 1946, com sentido substantivo e instrumental, aplicando-se apenas aos processos judiciais criminais.

D) sempre esteve presente, de modo expresso, nas constituições brasileiras, significando o direito ao regular curso da administração da justiça pelos juízes e tribunais.

E) foi introduzida, de modo expresso, pela Constituição brasileira de 1988 e se aplica aos processos judiciais e administrativos com o sentido formal e substantivo de proteção de direitos fundamentais.

08 Segundo a Constituição brasileira de 1988, constitui receita partilhada entre os Municípios e a União o produto

A) do imposto sobre a renda arrecadado no respectivo território municipal.

B) da arrecadação do IPVA, relativo à propriedade dos veículos automotores licenciados no respectivo território municipal.

C) da arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no respectivo município.

D) do imposto sobre produtos industrializados, na forma estabelecida em lei.

E) do imposto de importação, na forma da lei.

09 O pronunciamento do Conselho de Defesa Nacional sobre a decretação do estado de sítio é

A) obrigatório e vincula o Presidente da República.

B) obrigatório e vincula o Congresso Nacional.

- C) facultativo e não vincula o Presidente da República.
- D) obrigatório e não vincula o Presidente da República.
- E) obrigatório e vincula o Presidente da República e o Congresso Nacional.

10 No ordenamento constitucional brasileiro, o descumprimento pessoal de obrigação legal a todos imposta, por motivos de religião, configura o elemento nuclear

- A) do direito de resistência à lei injusta.
- B) do direito de objeção de consciência.
- C) da desobediência civil.
- D) do exercício de um direito natural.
- E) do exercício do direito à igualdade.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa E
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa E
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 25

01 A respeito do poder constituinte originário, assinale a opção que consigna a assertiva correta.

- A) De acordo com a opinião predominante, as normas da Constituição anterior, não incompatíveis com a nova Lei Maior, continuam válidas e em vigor, embora com status infra-constitucional.
- B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as normas ordinárias anteriores à nova Constituição, com esta materialmente compatíveis, mas elaboradas por procedimento diverso do previsto pela nova Carta, tornam-se constitucionalmente inválidas.
- C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a superveniência de norma constitucional materialmente incompatível com o direito ordinário anterior opera a revogação deste.
- D) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o advento de nova Constituição não pode afetar negativamente direitos adquiridos sob o regime constitucional anterior.
- E) Dá-se o nome de repristinação ao fenômeno da novação de fontes, que garante a continuidade da vigência, sob certas condições, do direito ordinário em vigor imediatamente antes da nova Constituição.

02 As assertivas abaixo consignam deliberações que não podem ser adotadas pelo poder constituinte estadual. Uma delas, porém, contém decisão que a Constituição Estadual pode tomar legitimamente. Assinale esta opção.

- A) Adotar regime parlamentarista de governo no Estado.
- B) Subordinar a nomeação do Procurador-Geral da Justiça do Estado à prévia aprovação do seu nome pela Assembléia Legislativa.
- C) Outorgar ao Governador do Estado imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária.
- D) Impor transferência obrigatória para a inatividade do Desembargador que, com trinta anos de serviço público, complete dez anos no Tribunal de Justiça.
- E) Condicionar o processo criminal contra o Governador do Estado perante o Superior Tribunal de Justiça à licença da Assembléia Legislativa.

03 Assinale a opção correta.

- A) Vantagens de servidores públicos federais instituídas por lei federal não podem ser concedidas a servidor público estadual em norma da Constituição Estadual.
- B) Mesmo depois de mantido o veto do Chefe do Executivo a certo projeto de lei, o Legislativo pode, dando-se conta de que o veto era intempestivo, dá-lo por inexistente, considerando o projeto de lei tacitamente sancionado.
- C) Não se admitem emendas parlamentares em projetos sobre organização dos serviços administrativos do Ministério Público.
- D) Insere-se no âmbito da auto-organização dos Estados-membros a decisão de permitir revisões periódicas da Constituição Estadual, com quorum de maioria simples.
- E) Cabe aos Estados-membros definir os crimes de responsabilidade do Governador e disciplinar o respectivo processo.

04 Suponha que um dispositivo de uma Constituição Estadual reproduza, literalmente, um outro dispositivo da Constituição Federal. Uma certa lei parece afrontar esse mesmo dispositivo, comum às duas constituições. A partir desses dados, assinale a opção correta.

- A)** Se a lei suspeita for estadual, não poderá ser objeto de controle abstrato de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, mas apenas perante o Supremo Tribunal Federal.
- B)** Se a lei suspeita for municipal, somente poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- C)** Se a lei suspeita for estadual, e se tiver sido objeto tanto de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal como de representação por inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça, haverá a conexão e o Supremo Tribunal Federal deverá julgar ambas as ações.
- D)** Se a lei suspeita for estadual e tiver sido julgada, pelo Tribunal de Justiça, em decisão transitada em julgado, como inconstitucional, ainda assim poderá ser objeto de controle abstrato perante o Supremo Tribunal Federal.
- E)** Se a lei suspeita for julgada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça, em sede de controle abstrato, poderá haver recurso extraordinário dessa decisão para o Supremo Tribunal Federal.

05 O tema da interpretação constitucional apresenta diversos desdobramentos interessantes. A respeito do assunto, assinale a opção que consigna afirmação correta.

- A)** Pelo princípio da interpretação conforme a Constituição, o aplicador evita declarar inconstitucional uma norma, buscando um sentido teleológico do preceito que o compatibilize com a Constituição, sendo irrelevante para esse esforço o sentido literal da norma.
- B)** O princípio da concordância prática ou da harmonização, numa sociedade democrática, determina que se dê sempre prevalência aos bens protegidos como direitos fundamentais em caso de conflito com outros bens também constitucionalmente protegidos.
- C)** Segundo o princípio da força normativa da Constituição, os critérios interpretativos teleológico e histórico devem invariavelmente preponderar sobre o sistemático e o gramatical, quando se tratar de interpretar e aplicar a norma constitucional.
- D)** Segundo o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser consideradas, não isoladamente, mas como preceitos integrados num sistema interno unitário de regras e princípios.
- E)** Segundo o princípio da conformidade funcional, as normas constitucionais devem ser interpretadas de acordo com a função que exercem para o progresso material do país.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Na vigência da Constituição de 1988, toda lei que fixe limite de idade para o ingresso em carreira do serviço público é inconstitucional.
- B)** O Ministério Público tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público.
- C)** Pessoas jurídicas, inclusive de direito público, podem ser titulares de direitos fundamentais.
- D)** A Constituição Federal não tolera nenhum tratamento legislativo diferenciado entre homem e mulher, a não ser os que prevê taxativamente no seu texto.
- E)** Os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, não podem ter por sujeitos passivos pessoas físicas.

07 Assinale a opção correta.

- A)** O duplo grau de jurisdição constitui direito fundamental dos indivíduos, decorrente do direito de acesso ao Judiciário.
- B)** Em nenhuma hipótese a Constituição Federal admite a pena de morte.
- C)** O princípio constitucional da soberania dos veredictos do júri impede que juízes togados julguem pedido de revisão criminal de condenação proferida em tribunal do júri.
- D)** Não constitui prova ilícita a gravação de conversa telefônica, como meio de legítima defesa, feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro.
- E)** A existência, num processo penal, de prova ilicitamente obtida contamina necessariamente todo o feito, tornando-o nulo.

08 Sobre as comissões parlamentares de inquérito, assinale a opção correta.

- A)** As comissões parlamentares de inquérito dispõem de todos os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, estando hoje assentado que podem, inclusive, decretar a busca e apreensão de documentos em escritórios e residências particulares.
- B)** As comissões parlamentares de inquérito não têm o poder de anular atos do Executivo.
- C)** As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a quebra do sigilo bancário e telefônico de investigados, não necessitando motivar tais decisões, dada a sua natureza política.
- D)** As comissões parlamentares de inquérito têm o poder de promover a responsabilidade penal dos responsáveis por danos ao interesse público que tiverem apurado.

E) As comissões parlamentares de inquérito não têm legitimidade para sindicatar fatos relacionados com negócios realizados entre particulares.

09 Assinale a opção correta.

A) Nenhum brasileiro pode ser extraditado.

B) Durante o período de prisão albergue, o condenado por sentença criminal transitada em julgado não sofre a suspensão dos seus direitos políticos.

C) Atos de improbidade administrativa acarretam a perda dos direitos políticos.

D) Somente brasileiros podem titularizar cargos públicos.

E) O analfabeto não possui capacidade eleitoral passiva.

10 A respeito do federalismo brasileiro é correto afirmar:

A) A Constituição Federal adotou sistema de repartição horizontal de competências, não acolhendo o sistema de repartição vertical.

B) Incumbe ao Supremo Tribunal Federal apreciar pedido de requisição de intervenção federal em Estado-membro por descumprimento de ordem judicial provida da Justiça do Trabalho, mesmo que a decisão não tenha discutido questão constitucional.

C) Para garantir a execução de lei federal, a Constituição prevê a intervenção federal nos municípios brasileiros que sistematicamente a descumprirem, desde que provida representação para fins interventivos do Procurador-Geral da República, ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça.

D) Segundo o modelo clássico do Estado federal, acolhido pelo constituinte brasileiro, os Estados-membros participam da formação da vontade da União, por meio dos seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

E) O Município pode legislar sobre horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e bancários no seu território.

Direito Constitucional 25

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa E

Questão 5 alternativa D

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa D

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa E

Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 26

01 Em face da Reforma Administrativa recém promulgada, pode-se dizer que:

A) não pode o pensionista receber subsídios ou vencimentos.

B) não pode o servidor acumular vencimentos com proventos.

C) as hipóteses de acumulação de cargos continuam as mesmas.

D) o teto constitucional da remuneração dos servidores impede a acumulação de cargos.

02 A Reforma Administrativa determinou que a fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal será realizada por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal. Não tendo esta lei sido promulgada, pode-se entender que a inércia das autoridades responsáveis:

A) não poderá ser suprida pelo mandado de injunção, visto tratar-se de edição de lei de iniciativa conjunta com o Presidente do STF.

B) poderá ser suprida por mandado de injunção, medida hábil a instrumentar o exercício de direitos decorrentes da ausência de norma reguladora.

C) poderá ser suprida por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a ser proposta por qualquer servidor público prejudicado pela ausência da lei.

D) poderá ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade.

03 Em função da submissão da Administração ao princípio da legalidade, pode-se dizer que:

A) todo regulamento de Chefe do Executivo é ato inferior, subordinado, e depende de lei.

B) o Executivo não pode expedir normas que dêem operatividade a uma lei.

C) a competência regulamentar do Chefe do Poder Executivo aplica-se quando houver omissão da lei a respeito de algum assunto.

D) seus regulamentos podem impor restrições à ordem privada, desde que medida provisória posterior assim o determine.

04 Quando da promulgação de uma nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da constituição antiga, mas continua válida pela teoria:

- A)** da repristinação.
- B)** da desconstitucionalização.
- C)** da recepção.
- D)** do poder constituinte subordinado.

05 É competência privativa do Presidente da República, sem possibilidade de delegação:

- A)** nomear os diretores do Banco Central.
- B)** prover cargos públicos federais.
- C)** conceder indulto.
- D)** dispor sobre moeda e seus limites de emissão.

06 Controle de constitucionalidade por via de exceção é o chamado:

- A)** controle misto, adotado no Brasil, onde convivem harmonicamente os controles difuso e abstrato.
- B)** controle abstrato, que tem como característica a discussão da lei em tese e como objeto leis ou atos normativos federais e estaduais.
- C)** controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos erga omnes.
- D)** controle difuso, que tem como características a existência de um caso concreto e a produção de efeitos inter partes.

07 A omissão inconstitucional pode ser atacada por meio de:

- A)** representação de inconstitucionalidade.
- B)** ação direta de inconstitucionalidade em face de ato normativo.
- C)** ação declaratória de constitucionalidade.
- D)** mandado de injunção.

08 Afirma-se que o Poder Legislativo brasileiro é do tipo bicameral-federativo, pois:

- A)** é integrado exclusivamente por representantes dos Estados e do Distrito Federal, que são entes federativos.
- B)** é integrado por duas Casas Legislativas, uma delas composta por representantes do povo brasileiro e a outra por representantes dos Estados e do Distrito Federal.
- C)** é integrado pela Câmara dos Deputados, composta por representantes do povo brasileiro, e pelo Senado Federal, composto por representantes dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- D)** a União e os Estados têm Poderes Legislativos próprios.

09 Em relação às garantias da magistratura, é correto afirmar que:

- A)** a vitaliciedade é sempre adquirida pelos magistrados após dois anos de exercício no cargo.
- B)** a inamovibilidade pode ser afastada por motivo de interesse público.
- C)** a irredutibilidade de subsídio torna os juízes imunes à tributação por meio do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- D)** a vitaliciedade impede definitivamente a perda do cargo pelos juízes.

10 No exercício da competência legislativa concorrente,

- A)** a União edita normas gerais e específicas.
- B)** a União, os Estados e os Municípios legislam em sistema de cooperação.
- C)** os Estados poderão editar normas gerais e específicas, caso inexistir lei da União fixando normas gerais.
- D)** as normas gerais produzidas pelos Estados prevalecem sobre as normas gerais supervenientes da União.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 27

- 01** A titularidade do serviço público de saneamento básico (água e esgoto)
A) é do Município, vista sob o prisma do interesse local, mas pode ser do Estado, quando se tratar de regiões metropolitanas.
B) impede a descentralização da sua execução.
C) é da competência concorrente de todos os Municípios.
D) pode ser delegada a concessionários mediante licitação.
- 02** O sistema brasileiro de controle de constitucionalidade
A) cuida apenas da inconstitucionalidade por ação.
B) apenas admite o controle concentrado.
C) atribui competência para processar apenas ao STF.
D) acolhe o critério de controle difuso por via de exceção.
- 03** A competência exclusiva do Congresso Nacional para convocar plebiscito deverá ser processada por
A) resoluções do Congresso.
B) decretos legislativos.
C) regimentos internos.
D) leis complementares.
- 04** Uma Assembléia Legislativa, a pretexto de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, impede que o Tribunal de Justiça do Estado exerça livremente sua atividade judiciária - Nesta hipótese, poderá o Presidente da República expedir decreto de intervenção federal, desde que
A) o decreto de intervenção nomeie interventor próprio.
B) o decreto de intervenção seja apreciado previamente pelo Senado Federal.
C) haja requisição do STF.
D) haja solicitação do Tribunal de Justiça coacto.
- 05** Se uma Emenda Constitucional diminuir a capacidade de auto-administração dos Estados-membros, poderá ela sujeitar-se ao sistema de controle de constitucionalidade?
A) Sim, por caracterizar emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.
B) Sim, por caracterizar emenda tendente a abolir o sistema de separação de poderes.
C) Não, porque se trata de poder constituinte derivado.
D) Não, porque esta matéria não se inclui nos limites constitucionais ao poder de reforma.
- 06** A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a competência legislativa concorrente entre os diversos entes federativos,
A) reservou aos Municípios as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição.
B) permitiu que leis federais posteriores suspendam a eficácia de leis estaduais anteriores, ainda que respeitantes a normas específicas.
C) permitiu que os Estados-membros exerçam a competência legislativa plena, inexistindo lei federal sobre normas gerais.
D) limitou a competência dos Estados-membros a normas gerais.
- 07** Diz-se que a CPI do Judiciário, ainda que sob o fundamento do interesse público, não poderá colocar juízes em disponibilidade, porque
A) o magistrado tem a garantia de vitaliciedade.
B) a CPI não tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
C) o magistrado tem garantia de inamovibilidade, não podendo nunca ser removido.
D) o ato de disponibilidade de magistrado depende de decisão do respectivo tribunal.
- 08** Poderá um estrangeiro, naturalizado brasileiro, candidatar-se ao Senado Federal?
A) Sim, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros, em seu país de origem.
B) Sim, não podendo apenas ser eleito presidente daquela casa.
C) Sim, desde que o Regimento Interno do Senado não o proíba.
D) Sim, desde que a Lei Eleitoral não faça distinção entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados.
- 09** Ilha fluvial que não se encontre em zona limítrofe com outro país, mas em rio que divide dois Estados-membros, é
A) bem de propriedade privada.
B) considerada terra devoluta.
C) bem público de propriedade dos dois Estados-membros.
D) bem público de propriedade da União.

10 A norma constitucional que garante a todos "o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer", é norma

- A)** de aplicabilidade plena e de eficácia redutível.
- B)** de eficácia limitada.
- C)** de eficácia plena.
- D)** programática.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa D
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa C
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 28

01 Artistas que participaram de uma telenovela que, após exibição no Brasil, será reapresentada no exterior, encontram proteção à sua participação nos lucros, nas garantias constitucionais

- A)** do direito adquirido.
- B)** de proteção à reprodução da imagem e voz.
- C)** da inviolabilidade das comunicações.
- D)** do direito à liberdade de expressão da atividade artística.

02 Recentemente, um ex-prefeito de uma cidade paulista foi condenado pelo Tribunal de Justiça à suspensão dos seus direitos políticos, por ter usado dinheiro público para enviar cartas aos municípios, relatando obras que executou com o dinheiro arrecadado do IPTU. A decisão fundou-se no princípio

- A)** constitucional que veda publicidade que caracterize promoção pessoal de autoridade.
- B)** legal da imoralidade.
- C)** constitucional da devida motivação dos atos administrativos.
- D)** da capacidade econômica do contribuinte.

03 Determinado município, para obter financiamento do Banco Mundial (operação de crédito externo), após aprovação da lei autorizadora, necessita de autorização do

- A)** Plenário da Câmara dos Vereadores.
- B)** Congresso Nacional.
- C)** Tribunal de Contas respectivo.
- D)** Senado Federal.

04 Em procedimento disciplinar instaurado contra funcionário público em determinado órgão do Poder Executivo, o advogado do funcionário, ao apresentar defesa, emitiu opinião desfavorável a respeito da conduta do funcionário chefe do seu cliente. Sentindo-se ofendido em sua honra, o funcionário-chefe iniciou ação penal por crime de injúria contra o advogado. "Habeas Corpus" impetrado em favor do advogado trancou a ação penal, sob o fundamento

- A)** da liberdade de expressão, independentemente de censura.
- B)** da liberdade de manifestação do pensamento.
- C)** da inviolabilidade do advogado por manifestações no exercício da profissão.
- D)** da aplicação dos princípios da ampla defesa e do contraditório.

05 A inobservância, pelo Congresso Nacional, do prazo constitucional de 30 (trinta) dias para conversão de medida provisória em lei

- A)** ocasiona perda "ex tunc" da eficácia da medida provisória.
- B)** ocasiona perda "ex nunc" da eficácia da medida provisória.
- C)** não ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que tenha havido explícita rejeição do projeto de conversão.
- D)** ocasiona perda da eficácia da medida provisória, a não ser que outra medida provisória tenha sido editada após 30 (trinta) dias da rejeição ou do prazo de 30 (trinta) dias para o Congresso se manifestar.

06 Deputados federais paulistas, para obterem o cumprimento do artigo 45, § 1º, da Constituição Federal (fixação do número de deputados por Estado),

- A) não têm legitimidade para propor ação fundada em ausência de norma do Congresso Nacional.
- B) devem impetrar Mandado de Segurança Coletivo.
- C) só podem propor ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- D) têm legitimidade para impetrar Mandado de Injunção.

07 Uma pessoa jurídica teve um financiamento bancário negado pelo Banco do Brasil sob o argumento de que seu nome estaria registrado no Serviço de Proteção ao Crédito, com empresa devedora. Como se tratava de erro, a empresa deverá

- A) ajuizar ação de reparação de danos contra o Serviço de Proteção ao Crédito, visto ser esta uma pessoa jurídica de direito privado e Habeas Data só pode ser impetrado contra pessoa jurídica de direito público.
- B) impetrar apenas Mandado de Segurança, porque pessoa jurídica não tem legitimidade para ajuizar Habeas Data.
- C) apresentar requerimento de informações à entidade depositária do seu registro, pedir a retificação dos dados inexatos e, se não obtiver êxito, ajuizar pedido de Habeas Data perante o Judiciário.
- D) ajuizar Habeas Data contra o Banco do Brasil, visto ser esta entidade estatal (sociedade de economia mista).

08 Lei estadual autoriza menor de 18 anos a usar e conduzir veículo automotor. Esta lei

- A) é inconstitucional, porque nos termos do art. 23, XII, da Constituição Federal, União, Estados, Distrito Federal e Municípios têm competência comum para estabelecerem e implantarem política de educação para a segurança do trânsito.
- B) é inconstitucional, porque a União tem competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.
- C) é inconstitucional, porque cabe aos Municípios legislar sobre assunto de interesse local.
- D) é inconstitucional, porque a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados.

09 Parecer normativo da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente da República,

- A) pode ser objeto de impugnação mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- B) não pode ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, porque tem natureza administrativa.
- C) só pode ser objeto de controle de legalidade, não de constitucionalidade.
- D) só pode ser impugnado em controle difuso de constitucionalidade.

10 Empregados de uma sociedade de economia mista podem ser demitidos como qualquer empregado de empresa privada?

- A) Não, a não ser mediante compensação indenizatória.
- B) Sim, porque nos termos do art. 173 da Constituição Federal, sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas.
- C) Sim, porque as sociedades de economia mista não precisam realizar concurso público para contratar seus empregados.
- D) Não, é preciso a instauração de um processo regular, com direito à defesa, para apuração da falta cometida ou de sua inadequação às suas atividades.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 29

01 Diretor de sociedade de economia mista da qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada

- A) em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País.
- B) em ação popular proposta por qualquer cidadão.
- C) apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.
- D) em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

02 Autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível, nesse caso,

- A)** mandado de injunção.
- B)** habeas data.
- C)** mandado de segurança.
- D)** ação civil pública.

03 Assinale a afirmativa correta.

- A)** Todo eleitor é cidadão, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos.
- B)** Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores, desde que residentes no País há mais de dez anos.
- C)** O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos.
- D)** É condição de elegibilidade para Governador do Estado, a idade mínima de 21 anos.

04 A Constituição Federal assegura expressamente, em seu artigo 5º:

- I) o direito de herança;
 - II) a impenhorabilidade do bem de família;
 - III) ao preso, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- Pode-se afirmar que estão corretos

- A)** apenas os itens I e II.
- B)** apenas os itens I e III.
- C)** apenas os itens II e III.
- D)** todos os itens.

05 As leis delegadas são elaboradas

- A)** pela Câmara dos Deputados.
- B)** pelo Congresso Nacional.
- C)** pelo Senado Federal.
- D)** pelo Presidente da República.

06 O prazo para aquisição, por usucapião, de imóvel urbano com área inferior a 250 metros quadrados, utilizado como moradia, é de

- A)** 5 anos.
- B)** 10 anos.
- C)** 15 anos.
- D)** 20 anos.

07 Em relação à política de desenvolvimento urbano, a Constituição Federal prevê que:

- I) será executada pelo Poder Público municipal;
- II) o plano diretor será obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes;
- III) observados determinados requisitos, o solo urbano não edificado poderá ser desapropriado com pagamento mediante títulos da dívida pública.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

08 Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes,

- I) o Poder Executivo não participa do processo legislativo;
- II) ao Poder Judiciário é vedada a prática de atos administrativos;
- III) cada um dos Poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.

Pode-se dizer que

- A)** apenas a afirmativa I é correta.
- B)** apenas a afirmativa II é correta.
- C)** apenas a afirmativa III é correta.
- D)** há mais de uma afirmativa correta.

09 No Estado de São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é composto

- A)** por representantes das Câmaras das Seções Criminal, de Direito Público e de Direito Privado.
- B)** por todos os Desembargadores.
- C)** pelos 25 Desembargadores de maior antigüidade.
- D)** pelo Presidente, Corregedor Geral da Justiça e Vice-Presidentes.

10 Na proteção do meio ambiente, a Constituição Federal:

- I) condiciona a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a estudo prévio de impacto ambiental;
- II) veda a exploração, pelos particulares, dos recursos minerais;
- III) dá ao meio ambiente a natureza de bem de uso comum do povo.

Pode-se dizer que

- A)** apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B)** apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C)** apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D)** apenas uma ou todas as afirmativas são corretas.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 30

01 A escolha e a nomeação do advogado para compor o quinto constitucional é da competência

- A)** da Ordem dos Advogados, exclusivamente.
- B)** do Poder Executivo e do Poder Judiciário.
- C)** da Ordem dos Advogados, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.
- D)** do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

02 Constitui embaraço à plena liberdade de informação dos meios de comunicação,

- A)** o exercício do direito de resposta, proporcional ao agravo.
- B)** o ressarcimento pelos danos morais causados por informação que violou a vida privada.
- C)** dispositivo de lei ordinária que obrigue a revelação da fonte das informações veiculadas por jornalistas.
- D)** condenação judicial de jornalista que, em matéria assinada, pratica o crime de calúnia contra alguém.

03 Assinale a alternativa incorreta.

- A)** A Constituição Federal permite o trabalho do maior de 12 anos, desde que garantidos os seus direitos previdenciários e trabalhistas.
- B)** Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
- C)** Os filhos havidos ou não, da relação de casamento, possuem os mesmos direitos.
- D)** O casamento religioso tem efeito civil.

04 A Constituição, com relação à política de reforma agrária, dispõe que

- I. a União e os Estados poderão desapropriar, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social;
- II. o Poder Público indenizará não só o valor da terra, como também as benfeitorias úteis e necessárias;
- III. a indenização, para fins de reforma agrária, será em títulos da dívida pública, resgatáveis em dez anos.

Pode-se afirmar que

- A)** todas as afirmações estão incorretas.
- B)** todas as afirmações estão corretas.
- C)** apenas as afirmações I e III estão corretas.
- D)** apenas a afirmação II está correta.

05 Analise as afirmações abaixo.

- I. O Magistrado só poderá exercer uma função no Magistério se estiver em disponibilidade.
- II. Desde seu ingresso na carreira, o Magistrado só poderá perder seu cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- III. Somente poderão ingressar no Supremo Tribunal Federal os Ministros que exerceram durante dois anos suas funções no Superior Tribunal de Justiça.

IV. Os Tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do seu órgão especial.

Pode-se afirmar que

- A) todas as afirmações estão incorretas.
- B) todas as afirmações estão corretas.
- C) apenas as afirmações I e II estão corretas.
- D) apenas a afirmação III está correta.

06 O Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, será processado e julgado

- A) pelo Supremo Tribunal Federal.
- B) pelo Senado Federal.
- C) pela Câmara dos Deputados.
- D) pelo Superior Tribunal de Justiça.

07 O artigo 2º da Constituição Federal: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" é norma de

- A) eficácia plena.
- B) eficácia limitada.
- C) eficácia contida.
- D) eficácia semi-plena.

08 As normas infraconstitucionais compatíveis com a nova Constituição geram o fenômeno da

- A) desconstitucionalização.
- B) recepção.
- C) repristinação.
- D) reordenação.

09 A assistência jurídica ao hipossuficiente é da competência

- A) do Poder Judiciário.
- B) da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) do Poder Executivo.
- D) do Ministério Público.

10 As medidas provisórias

- A) podem ser editadas somente nos casos de normas tributárias e criação de cargos públicos.
- B) podem ser editadas pelo Presidente da República e pelo Presidente do Congresso Nacional.
- C) podem ser editadas pelo Presidente da República juntamente com o Presidente da Câmara.
- D) perderão sua eficácia no prazo de 30 dias se não forem aprovadas ou reeditadas.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa A

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 31

01 A sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil será regulada

- A) pela lei brasileira, em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus.
- B) pela lei brasileira se à sucessão concorrerem filhos brasileiros.
- C) pela lei pessoal do de cujus ainda que haja cônjuge ou filhos brasileiros.
- D) pela lei brasileira ainda que a lei pessoal do de cujus seja mais favorável para o cônjuge ou os filhos brasileiros.

02 A casa é asilo inviolável do indivíduo. Por isso, nela ninguém pode penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou

- A) para prestar socorro em caso de desastre ou para cumprir determinação judicial.
- B) desastre, ou para prestar socorro, ou, de dia ou à noite, por determinação judicial.

- C) desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- D) para prestar socorro, ou, em qualquer hora do dia ou da noite, mediante determinação judicial, necessária esta mesmo em caso de desastre.

03 O direito de propriedade goza de garantia constitucional. A autoridade competente, porém, no caso de iminente perigo público, poderá usar de propriedade particular,

- A) se tiver autorização do proprietário, que deverá ser indenizado antecipadamente.
- B) assegurada ao proprietário indenização ulterior se houver dano em decorrência do uso.
- C) com ou sem autorização do proprietário, que não terá direito a indenização alguma, dada a função social que a propriedade deve observar.
- D) desde que a desapropriar, pagando ao proprietário prévia e justa indenização em dinheiro.

04 A Constituição Federal estabelece idades mínimas para o exercício de cargos públicos eletivos. Assinale a alternativa incorreta.

- A) Vinte e um anos para Deputado Federal e para Deputado Estadual.
- B) Trinta anos para Governador de Estado.
- C) Trinta e Cinco anos para Presidente da República.
- D) Vinte e um anos para Vereador e para Prefeito.

05 A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios far-se-ão

- A) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.
- B) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, desde que referendado o resultado daquele pelas Câmaras Municipais desses municípios.
- C) por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar estadual, após consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, desde que referendado o resultado daquele pelo Executivo e pelo Legislativo desses municípios.
- D) por lei federal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos.

06 Se o Presidente da República vetar projeto de lei cuja votação foi concluída na Câmara dos Deputados, o veto

- A) será apreciado pela Casa em que a votação do projeto teve início, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento.
- B) será apreciado em sessão da Casa onde a votação foi concluída, no prazo de quinze dias contados do seu recebimento.
- C) será apreciado pelo Senado Federal, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.
- D) será apreciado em sessão conjunta das duas Casas do Congresso Nacional, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.

07 Leis que fixem ou modifiquem o efetivo das Forças Armadas ou que disponham sobre o regime jurídico dos militares daquelas são de iniciativa

- A) privativa do Senado Federal.
- B) privativa do Presidente da República.
- C) de qualquer membro do Congresso Nacional.
- D) de qualquer membro ou comissão de ambas as Casas do Congresso Nacional.

08 Os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal são processados e julgados, originariamente,

- A) pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns, e pelos Tribunais de Justiça a que pertençam, nos crimes de responsabilidade.
- B) pelo Supremo Tribunal Federal, nos crimes de responsabilidade, e pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns.
- C) pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes comuns e nos de responsabilidade.
- D) pelo Supremo Tribunal Federal, tanto nos crimes comuns, como nos de responsabilidade.

09 A propriedade de empresas jornalísticas, de radiodifusão sonora e de televisão é privativa

- A) de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.
- B) de brasileiros natos.
- C) de brasileiros natos ou naturalizados.
- D) de brasileiros natos ou naturalizados há pelo menos cinco anos.

10 O Pantanal Matogrossense é patrimônio

- A) dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

- B)** do Estado de Mato Grosso.
- C)** nacional.
- D)** dos municípios cujos territórios são abrangidos por sua área.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 32

- 01** A alternativa que define corretamente mandado de injunção é:
A) somente alcança direitos individuais
B) não pode ser impetrado por pessoas jurídicas
C) não cabe para tornar viável o exercício de direitos previstos em lei complementar
D) cabe ao caso de não-aplicação, pela autoridade administrativa, de norma constitucional auto-executável
- 02** A Constituição atribui ao Supremo Tribunal Federal a competência para julgar originariamente:
A) os seus próprios Ministros nos crimes comuns e de responsabilidade
B) o Procurador-Geral da República nos crimes comuns e nos de responsabilidade
C) os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal nos crimes comuns
D) os chefes de missão diplomática de caráter permanente nos crimes comuns e nos de responsabilidade
- 03** A Constituição assegura ao estrangeiro o direito de:
A) ser proprietário de empresa jornalística
B) acesso aos cargos públicos, na forma da lei
C) não ser extraditado se tiver filho brasileiro
D) adquirir, sem limitações, propriedades urbanas e rurais
- 04** Dentre os legitimados para propor uma ação declaratória de constitucionalidade está:
A) o Advogado-Geral da União
B) Mesa de Assembléia Legislativa
C) o Procurador-Geral da República
D) partido político com representação no Congresso Nacional
- 05** A criação de órgão especial, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais de competência do tribunal pleno, está prevista no caso de tribunais com número de julgadores superior a:
A) 27
B) 25
C) 23
D) 21
- 06** O fato de poderem os membros do Ministério Público substituir-se reciprocamente sem que haja prejuízo para o exercício de suas funções corresponde ao princípio institucional da:
A) independência funcional
B) inamovibilidade
C) indivisibilidade
D) unidade
- 07** Dentre os princípios constitucionais abaixo citados, aquele que está sujeito a exceções, previstas na própria Constituição, é o:
A) do juiz natural
B) da publicidade dos atos processuais
C) da inafastabilidade do controle jurisdicional
D) da fundamentação obrigatória das decisões judiciais

08 A alternativa que define corretamente, se relacionada ao mandado de segurança, é:

- A)** pode ser impetrado mesmo envolvendo fatos de grande complexidade
- B)** cabe contra emenda constitucional que viole cláusula pétrea
- C)** cabe contra qualquer ato administrativo ou judicial
- D)** pode substituir a ação popular

09 Ao enumerar os direitos sociais, a Constituição inclui, entre eles, o seguinte direito:

- A)** proteção à terceira idade
- B)** informação
- C)** moradia
- D)** lazer

10 A competência originária para julgar as causas entre organismo internacional e município é dos:

- A)** juízes federais
- B)** juízes estaduais
- C)** Tribunais Regionais Federais
- D)** Tribunal de Justiça do Estado

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 33

01 A competência dos Estados com relação à da União para legislar a respeito da proteção à infância e à juventude e no que concerne à organização das polícias civis tem a seguinte natureza:

- A)** exclusiva
- B)** originária
- C)** excludente
- D)** concorrente

02 A interposição de recurso extraordinário perante o STF é cabível na seguinte hipótese de inconformismo:

- A)** por um condenado que pretende obter revisão criminal antes de dois anos de sentença
- B)** por quem teve rejeitada liminarmente arguição incidental de inconstitucionalidade de lei municipal
- C)** por um indiciado pela aplicação de determinada pena restritiva de seus direitos fundamentais por uma Turma Recursal
- D)** por quem promoveu embargos de terceiros fundados no direito de propriedade e não acolhidos na decisão monocrática.

03 Das hipóteses abaixo, a que exige sessão conjunta do Senado e da Câmara Federal é:

- A)** deliberar sobre veto presidencial
- B)** apreciar emenda constitucional
- C)** aprovar escolha de magistrado
- D)** processar ministro de Estado.

04 O voto direto e secreto é um exemplo de norma constitucional classificada, quanto à eficácia, como:

- A)** restrita
- B)** intangível
- C)** programática
- D)** discricionária

05 A Constituição Federal não permite que, no processo judicial, a prova seja obtida em desrespeito à norma de direito material. Esta prova tem o nome de:

- A)** improcedente
- B)** infringente

- C) ilegítima
- D) ilícita

06 Três Ministros do STF, eleitos pelo voto secreto, compõem, obrigatoriamente, o órgão judiciário denominado:

- A) STM
- B) TSE
- C) STJ
- D) TST

07 Os juizes federais têm competência para processar e julgar o seguinte fato jurídico:

- A) crime contra a organização do trabalho
- B) sucessão de pessoa física sem herdeiro
- C) cobrança judicial de impostos estaduais
- D) falência de sociedade de economia mista

08 Os TRFs reservam, para advogados e membros do Ministério Público, uma parcela de suas vagas, representadas pela seguinte fração:

- A) 1/7
- B) 1/5
- C) 1/4
- D) 1/3

09 A propositura de uma demanda perante o Juizado Especial por um menor entre 18 e 21 anos tem a seguinte característica:

- A) impõe a curatela especial e provoca a oposição incidental
- B) atua a Defensoria Pública, porém a curadoria é facultativa
- C) dispensa a assistência, mas o MP atua obrigatoriamente
- D) é necessária a representação processual, admitida a intervenção de terceiros.

10 A norma legislativa que altera o quantitativo de deputados federais ou sua representação por Estado é denominado:

- A) lei complementar
- B) decreto legislativo
- C) emenda a Constituição
- D) resolução da Mesa Diretora

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 34

01 Dentre as opções abaixo, NÃO é fundamento da República Federativa do Brasil:

- A) A soberania.
- B) A democracia liberal.
- C) A cidadania.
- D) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- E) O pluralismo.

02 Em relação às Disposições Transitórias é incorreto afirmar que:

- A) Estão em consonância com as regras gerais da parte permanente da Constituição.
- B) Podem não seguir a técnica redacional da parte permanente da Constituição.
- C) São estabelecidas em caráter transitório.
- D) Podem tratar de matérias estranhas à parte geral.
- E) São desnecessárias em havendo mudança radical do Regime Político.

03 Dentre os Direitos e Garantias Fundamentais, marque o único que se capitula como direito social.

- A)** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- B)** Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
- C)** É assegurado a todos, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- D)** A casa é asilo inviolável do indivíduo.
- E)** O direito de herança.

04 É competência legislativa privativa da União legislar sobre

- A)** comércio interestadual.
- B)** saúde e assistência pública.
- C)** proteção de documentos e bens de valor histórico, artístico e cultural.
- D)** cultura, educação e ciência.
- E)** meio ambiente e poluição.

05 NÃO é cláusula pétrea da Constituição Federal:

- A)** A proibição de prisão perpétua.
- B)** A forma federativa de Estado.
- C)** A separação de poderes.
- D)** Os direitos e garantias individuais.
- E)** O sistema Presidencial de Governo.

06 A ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual e municipal em face da Constituição Estadual será intentada perante

- A)** o Tribunal de Justiça, em quaisquer casos.
- B)** o Superior Tribunal de Justiça, quando envolver conflito de jurisdição.
- C)** o Tribunal Regional Eleitoral, quando envolver matéria eleitoral.
- D)** o Supremo Tribunal Federal.
- E)** o Juízo de Direito da Comarca.

07 Em matéria tributária NÃO é permitido à União instituir

- A)** isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- B)** impostos sobre importação e exportação.
- C)** impostos sobre a propriedade territorial rural.
- D)** impostos sobre títulos ou valores mobiliários.
- E)** impostos sobre grandes fortunas.

08 NÃO é princípio geral da atividade econômica:

- A)** Soberania nacional.
- B)** Propriedade privada.
- C)** Função social da propriedade.
- D)** Defesa do consumidor.
- E)** Defesa do patrimônio histórico.

09 O custeio da seguridade social é de responsabilidade

- A)** de toda a sociedade, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
- B)** da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, mediante recursos orçamentários alocados para tal finalidade.
- C)** dos empregadores e empregados, públicos e privados, através de contribuições sociais deles arrecadadas na forma da lei.
- D)** de um fundo próprio, criado por lei complementar, gerido por representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e sindicatos patronais e operários.
- E)** do Ministério da Previdência Social.

10 O papel constitucional do juiz, como expressão de equilíbrio do Regime Político Democrático, só NÃO lhe permite

- A)** exercer as funções jurisdicionais de garantia dos direitos do cidadão.
- B)** aplicar em caso sub-judice norma manifestamente inconstitucional, ainda que argüida por uma das partes.
- C)** zelar pela manutenção da ordem pública.
- D)** representar aos órgãos competentes, contra Advogados, membros do Ministério Público e autoridades que, a seu critério, coloquem em risco a prestação jurisdicional.
- E)** desconsiderar como essenciais à administração da Justiça o Advogado e o representante do Ministério Público.

Direito Constitucional 34

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa E
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 35

01 Pode-se afirmar que:

- A)** são brasileiros natos, os nascidos na República Federativa do Brasil, de pais estrangeiros quando estes estejam a serviço do seu país;
- B)** são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira;
- C)** são brasileiros natos os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;
- D)** será declarada perda da nacionalidade do brasileiro sempre que este vier a adquirir outra nacionalidade;
- E)** as afirmativas acima estão erradas.

02 Quanto as leis, a Constituição Federal dispõe que:

- A)** é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de Estados;
- B)** em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional, que, estando em recesso, será convocado extraordinariamente para se reunir no prazo de 10 dias;
- C)** a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início no Senado Federal;
- D)** a matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria simples dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- E)** não pode ser objeto de lei delegada a legislação sobre planos plurianuais.

03 Quanto ao Presidente da República, é correto afirmar que:

- A)** não pode se ausentar do País por período superior a 30 dias, sob pena de perda do cargo;
- B)** possui competência exclusiva para conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;
- C)** o mesmo pode delegar aos Ministros de Estado a extinção de cargos públicos federais desnecessários;
- D)** possui competência privativa e indelegável para nomear os diretores do Banco Central;
- E)** pode celebrar a paz sem ser necessária a autorização ou o referendo do Congresso Nacional.

04 Não é membro nato do Conselho de Defesa Nacional:

- A)** o Ministro das Relações Exteriores;
- B)** o Ministro do Planejamento;
- C)** o Ministro da Justiça;
- D)** o Presidente do Senado Federal;
- E)** o Presidente do Supremo Tribunal Federal

05 A Constituição Federal dispõe que:

- A)** a Segurança Pública é exercida através da polícia federal, polícias civis, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias militares, corpo de bombeiros militares e defesa civil;
- B)** Os Municípios somente poderão constituir guardas municipais através de lei complementar;
- C)** os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, mas sujeitos a outros encargos que a lei lhes atribuir;
- D)** o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado perderá o posto e a patente, independentemente de qualquer decisão de tribunal militar ou tribunal especial;
- E)** o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente será licenciado, caso requeira, ou transferido para a reserva, se permanecer silente.

06 Quanto ao Sistema Tributário Nacional, é incorreto afirmar que:

- A) o imposto de renda é informado pelos critérios da generalidade, universalidade e da progressividade;
- B) o imposto sobre produtos industrializados é seletivo, não cumulativo e não incide sobre os produtos industrializados destinados ao exterior;
- C) a União na iminência de guerra externa pode instituir imposto extraordinário, desde que compreendido em sua competência tributária;
- D) o imposto de transmissão causa mortis incidente sobre bens imóveis terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;
- E) cabe a lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

07 Quanto a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, a União tem competência para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização. Quanto a esta, podemos afirmar que:

- A) as benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro;
- B) a indenização é feita em dinheiro ou em títulos da dívida agrária;
- C) a indenização é feita em dinheiro;
- D) a indenização não alcança as benfeitorias úteis, apenas as necessárias;
- E) não há indenização por benfeitorias.

08 A lei que altera o processo eleitoral:

- A) entra em vigor na data de sua publicação, salvo estipulação em contrário, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
- B) entra em vigor sempre na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
- C) entra em vigor na data de sua publicação, salvo disposição em contrário, aplicando-se à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência;
- D) entra em vigor imediatamente, aplicando-se à eleição imediatamente seguinte, sem qualquer ressalva de prazo;
- E) entra em vigor um ano após a sua publicação.

09 É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão pode ocorrer nos casos abaixo elencados, exceto no de:

- A) incapacidade civil absoluta;
- B) recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, na forma da Constituição Federal;
- C) cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- D) improbidade administrativa, nos termos da Constituição Federal;
- E) condenação criminal transitada em julgado, enquanto não houver requerimento de reabilitação.

10 Não é competência privativa do Congresso Nacional:

- A) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;
- B) convocar plebiscito;
- C) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;
- D) suspender o estado de defesa;
- E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa E
- Questão 2 alternativa E
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa E
- Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 36

- 01** Sobre o conceito e classificação da Constituição, assinale a única alternativa correta:

- A)** A Constituição brasileira de 1891 era semi-rígida ou semiflexível na medida em que alguns de seus preceitos exigiam processo qualificado de alteração e outros não;
- B)** A rigidez da Constituição decorre da existência das chamadas normas programáticas;
- C)** Constituição histórica é aquela que se caracteriza pela existência de processo de modificação qualificado de suas normas, tomando o mesmo sentido de Constituição sintética;
- D)** A rigidez constitucional é tipificada pela existência de um processo de modificação formal, do texto da Constituição, mais complexo que aquele previsto para as normas infraconstitucionais.

02 Relativamente ao controle de constitucionalidade das leis, assinale a única alternativa correta:

- A)** A inconstitucionalidade formal implica o reconhecimento da invalidade da lei com eficácia ex nunc;
- B)** Na ordem jurídica brasileira, qualquer juiz pode declarar a inconstitucionalidade de lei em tese;
- C)** No curso do processo, independentemente da alegação das partes, cabe ao juiz recusar a aplicação da lei eivada de inconstitucionalidade;
- D)** Um dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade é o expurgo da lei do ordenamento jurídico.

03 A competência residual para instituir imposto poderá ser exercida:

- A)** Apenas pelo Estado-Membro, porque, em face da Constituição Federal, reserva-se aos Estados todas as competências que não lhe sejam vedadas;
- B)** Pela União e pelo Município;
- C)** Pela União e pelo Estado-Membro, por decorrência da adoção de um modelo federativo de cooperação;
- D)** Apenas pela União.

04 Sobre as medidas provisórias, assinale a única alternativa correta:

- A)** Podem dispor sobre qualquer matéria penal;
- B)** Se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias perderão a sua eficácia ex tunc;
- C)** O Supremo Tribunal Federal admite e exerce controle de constitucionalidade sobre os requisitos de necessidade e urgência;
- D)** Podem dispor sobre qualquer matéria, excetuando-se, apenas, aquelas reservadas às Leis Complementares.

05 Assinale a única alternativa correta:

- A)** Pode-se declarar a inconstitucionalidade de Lei Federal que invadir o campo material reservado pela Constituição Federal ao Município;
- B)** A legislação federal, porque editada pela União, sempre prevalece sobre as leis municipais;
- C)** Existe verdadeira hierarquia entre leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas e decretos legislativos;
- D)** As leis municipais jamais podem ser declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal.

06 Assinale a alternativa correta:

- A)** Por se tratar de legislação que produz efeitos concretos é cabível mandado de segurança para impugnar dispositivo constante de Lei Orçamentária anual;
- B)** A elaboração da lei orçamentária municipal não se submete a qualquer limite material ou formal imposto por Lei Complementar Federal, em face do princípio da autonomia federativa;
- C)** A autorização para abertura de créditos suplementares não configura exceção ao princípio reitor da exclusividade;
- D)** O princípio da unidade orçamentária, no Brasil, engloba somente a exigência de unidade documental e, portanto, restringe-se a aspectos formais.

07 No que diz respeito ao sistema federativo brasileiro, assinale a única alternativa correta:

- A)** As regras de iniciativa legislativa, previstas na Constituição Federal, configuram normas centrais de repetição compulsória para os Estados e Municípios (princípio da simetria);
- B)** Os Estados Membros podem adotar o parlamentarismo como sistema de governo;
- C)** É facultado aos Municípios, através de suas Leis Orgânicas, a atribuição ao Poder Legislativo da iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de órgãos do Poder Executivo;
- D)** Possuem os Estados Membros autonomia para dispor livremente sobre o processo legislativo estadual e a respectiva definição da iniciativa legislativa.

08 Assinale a alternativa correta:

- A)** A Diplomação de candidatos eleitos para exercício de função política possui natureza constitutiva, não podendo ser admitido como ato declaratório.
- B)** A inelegibilidade consiste no obstáculo posto pela Constituição Federal ou por lei complementar ao exercício da cidadania passiva, por certas pessoas, em razão de sua condição ou em face de certas

circunstâncias, configurando ao inelegível verdadeira negação do direito de ser representante do povo no Poder;

C) Podem ser criadas novas hipóteses de inelegibilidade através de Decreto, ainda que não tenham por fim proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do Poder Econômico ou abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta;

D) O objeto da ação de impugnação de mandato eletivo é a diplomação.

09 Sobre o processo eleitoral é correto afirmar:

A) O direito subjetivo público de concorrer a cargo eletivo é adquirido com a aprovação do nome do candidato pelo Partido;

B) A fiscalização da inscrição eleitoral compete exclusivamente à Justiça Eleitoral;

C) A ausência de imediata arguição verbal ou escrita de invalidade do voto, perante a mesa receptora, torna preclusa sua discussão, impedindo-se posterior impugnação perante a Junta Apuradora;

D) Compete à Junta Apuradora, após a abertura de cada urna, decidir sobre a invalidade da votação por irregularidades contraídas antes e durante a fase de votação.

10 Sobre os Partidos Políticos, é correto afirmar:

A) Em face do princípio da autonomia partidária, não pode a Justiça Eleitoral, em hipótese alguma, fiscalizar a autenticidade das filiações;

B) São, na nova ordem constitucional, pessoas jurídicas de Direito Público;

C) É sempre facultado aos órgãos superiores do Partido Político a intervenção nas atividades dos órgãos partidários inferiores, porque em nosso sistema jurídico-político inexiste o princípio da não-intervenção;

D) Admite-se a intervenção dos órgãos partidários superiores nos inferiores para manter a integridade partidária ou preservar a linha político-partidária fixada pelas Convenções ou Diretórios Nacionais ou Regionais.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa A

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 37

01 Acerca dos Poderes constituídos, segundo a Constituição Federal, é correto afirmar:

A) Em obediência ao princípio da tripartição de poderes, não há hipótese, prevista constitucionalmente, de desempenho, pelo Poder Legislativo, de função jurisdicional.

B) Cabe ao Poder Legislativo, com exclusividade, a edição de atos normativos primários.

C) Cabe, com exclusividade, a órgão do Poder Judiciário (o Supremo Tribunal Federal) o julgamento em tese da constitucionalidade de leis federais.

D) É facultado ao Poder Executivo, no uso do seu poder regulamentar e por meio de decreto, suprir omissão de lei, criando direitos e obrigações.

E) Inclui-se no âmbito do Poder Executivo tanto o Ministério Público como os Tribunais de Contas.

02 Apresenta característica típica de Constituição rígida aquela que

A) somente admite mudanças no seu texto por meio de procedimentos mais demorados e difíceis do que o procedimento comum de elaboração das leis.

B) resulta de lenta formação histórica, do lento evoluir das tradições, sendo por isso mesmo dotada de maior estabilidade, decorrente do prestígio social das suas prescrições.

C) não consagra direitos fundamentais no seu texto.

D) não admite a reforma do seu texto por meios institucionais.

E) não prevê o controle de constitucionalidade das leis.

03 Acerca da hierarquia das normas, assinale a opção correta.

A) As leis federais são, por definição, superiores hierarquicamente às leis estaduais.

B) Segundo o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais protegidas como cláusulas pétreas são superiores hierarquicamente às demais normas constitucionais.

C) Não existe hierarquia entre as normas do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988 e as normas que compõem o corpo principal da mesma Constituição.

D) Substituída uma Constituição por outra, as normas da Constituição antiga que não forem, no seu conteúdo, incompatíveis com o novo Texto Magno, continuam em vigor, mas com hierarquia de lei ordinária.

E) As emendas à Constituição são hierarquicamente inferiores às normas da Constituição editadas pelo Poder Constituinte originário.

04 Sobre o controle abstrato de normas em face da Constituição Federal, assinale a opção correta.

A) Nos Estados-membros, compete aos Tribunais de Justiça o controle abstrato das normas estaduais e municipais em face da Constituição Federal.

B) Qualquer juiz ou tribunal federal pode declarar a inconstitucionalidade, em tese, de lei federal.

C) Decidindo o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade, em tese, de uma lei federal, para que essa decisão produza efeitos contra todos, a lei deverá ter os seus efeitos suspensos pelo Senado Federal.

D) Declarada constitucional uma lei federal, em ação declaratória de constitucionalidade, nenhum outro tribunal do país pode, depois, declarar a mesma lei inconstitucional.

E) O Procurador-Geral da República está legitimado a propor ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual, se a União demonstrar interesse na manutenção da lei.

05 Assinale a opção correta a respeito dos direitos e garantias individuais.

A) Segundo entendimento já assentado, os direitos e garantias expressos em normas constantes de tratados internacionais de que o Brasil faz parte têm estatuta constitucional e constituem cláusulas pétreas.

B) Os direitos e garantias individuais, como regra, têm a sua aplicabilidade dependente de lei que os regulamente.

C) Para o exercício do direito de reunião pacífica, sem armas e em lugar aberto ao público, não se exige prévia autorização da autoridade administrativa, mas se exige que a ela seja dirigido prévio aviso.

D) Segundo o princípio do juiz natural, não se pode despojar alguém da sua liberdade ou da sua propriedade sem que se lhe assegure o direito ao contraditório.

E) O exercício do direito de criar associação depende de autorização da autoridade pública competente, nos termos da lei.

06 Sobre o processo de emenda à Constituição Federal, assinale a opção correta.

A) Nenhuma emenda que alargue ou diminua o catálogo dos direitos e garantias individuais pode ser votada no Congresso Nacional, por serem os direitos e garantias individuais cláusulas pétreas.

B) Nada obsta a que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada numa sessão legislativa possa ser objeto de nova proposta na sessão legislativa seguinte.

C) Incumbe ao Presidente da República promulgar as emendas à Constituição aprovadas pelo Congresso Nacional.

D) Todo deputado ou senador pode, individualmente, apresentar proposta de emenda à Constituição.

E) As emendas à Constituição relacionadas a servidores públicos são da iniciativa exclusiva do Presidente da República.

07 Assinale a opção correta em relação às medidas provisórias.

A) Não pode ser reeditada, se o Congresso Nacional não a converte em lei nem a rejeita no prazo de trinta dias, contados da sua publicação.

B) Se a medida provisória é rejeitada, as relações jurídicas formadas durante a sua vigência continuam a ser por ela reguladas, até que o Congresso Nacional as discipline em caráter definitivo.

C) O Congresso Nacional, ao apreciar uma medida provisória, não pode converter em lei apenas parte do texto sob a sua apreciação. Deve aprová-lo integralmente ou rejeitá-lo de todo.

D) Embora a doutrina e a jurisprudência apontem matérias sobre as quais o Presidente da República não pode editar medidas provisórias, o texto constitucional não consigna limitação explícita de conteúdo a esse poder.

E) O Supremo Tribunal Federal pode declarar inconstitucional uma medida provisória, por considerar não preenchidos os pressupostos formais da relevância e urgência para a sua edição.

08 Sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividade econômica de prestação de serviços ou comercialização de bens, assinale a opção incorreta.

A) A proibição de acumular cargos públicos estende-se também a essas empresas.

B) No âmbito dos direitos e obrigações trabalhistas, estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas.

C) Estão sujeitas à observância dos princípios da Administração Pública, relativamente a licitações e contratação de obras, serviços, compras e alienações.

D) Estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas no que se refere a direitos e obrigações civis e comerciais.

E) A pessoa jurídica que as cria pode-lhes atribuir privilégios tributários, por períodos limitados, não extensivos às empresas do setor privado.

09 Sobre as comissões parlamentares de inquérito, é correto afirmar:

A) Podem anular atos do Executivo que considerem lesivos ao interesse público.

B) Podem determinar a quebra de sigilo bancário dos seus investigados, independentemente de ordem judicial.

C) Podem decretar a prisão preventiva de seus investigados, por prática de crime, no passado, relacionado com o objeto da CPI.

D) Podem decretar a indisponibilidade ou a perda de bens de investigados, quando descobrem prova de desvio de recursos públicos.

E) Não há hipótese em que se admita o direito de o depoente se calar perante uma CPI.

10 O art. 192 da Constituição dispõe que "as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar". Sobre essa norma, assinale a opção correta.

A) Trata-se de norma que não vem sendo aplicada, por ser evidentemente inconstitucional, já que não se concilia com o princípio constitucional da livre iniciativa.

B) Trata-se de norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata, que, por si só, permite aos devedores reduzir as suas dívidas, na parte relativa a juros superiores a 12% ao ano.

C) Trata-se de norma que consagra um direito fundamental, e que, por isso, somente pode ser invocada nas relações entre o Estado e os seus cidadãos, não alcançando, por isso, as instituições financeiras em geral.

D) Trata-se de norma que depende de edição de lei que a regulamente, para produzir todos os seus efeitos.

E) Trata-se de norma programática que, como tal, não tem valor jurídico, expressando apenas um programa de ação de cunho exclusivamente político.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa E

Questão 8 alternativa E

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 38

01 No Estado de São Paulo, em virtude de expressa disposição constitucional, o prazo máximo para atendimento às requisições judiciais é de

A) 15 (quinze) dias úteis, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

B) 10 (dez) dias corridos, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

C) 5 (cinco) dias corridos, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

D) 10 (dez) dias úteis, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

02 A mesa do Congresso Nacional será presidida

A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos pelos ocupantes de cargos equivalentes no Senado Federal.

B) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargo serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

C) pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

D) Alternadamente, pelos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e os demais cargos serão exercidos respeitada a mesma alternância, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Casa respectiva.

03 A Constituição brasileira quanto ao modo de elaboração, pode ser qualificada como

A) dogmática.

- B) democrática ou popular.
- C) histórica.
- D) escrita.

04 Estabelece a Constituição Federal que toda atividade nuclear, em território nacional, somente será admitida para fins pacíficos e mediante

- A) autorização do Conselho de Defesa Nacional.
- B) aprovação do Congresso Nacional.
- C) supervisão das Forças Armadas.
- D) Fiscalização do Ministério das Minas e Energia.

05 O veto parcial do Presidente da República a projeto de lei abrangerá

- A) texto parcial ou integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- B) somente texto integral de artigo ou de parágrafo.
- C) texto integral ou parcial apenas de artigo ou de parágrafo.
- D) somente texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

06 Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir

- A) a forma republicana de governo.
- B) a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão.
- C) a obrigação da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- D) o selo nacional como um dos símbolos da República Federativa do Brasil.

07 Vagando os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, durante o quarto ano do período presidencial,

- A) serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, e do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal, para completar o referido período.
- B) far-se-á eleição 90 (noventa) dias após aberta a última vaga, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores.
- C) far-se-á na forma da lei, pelo Congresso Nacional, eleição para ambos os cargos, 30 (trinta) dias depois da última vaga, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores.
- D) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente do Congresso Nacional, para completar o referido período.

08 O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por

- A) partido político com representação no Congresso Nacional.
- B) qualquer partido político.
- C) partido político legalmente constituído e em funcionamento a pelo menos 1 (um) ano.
- D) partido político com representação em Assembleias Legislativas de pelo menos 8 (oito) Estados

09 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) registros públicos.
- B) procedimentos em matéria processual.
- C) trânsito e transporte.
- D) águas, energia, informática, telecomunicações e rádio difusão.

10 Na eleição para Presidente da República, será considerado eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos

- A) computados os em branco e os nulos.
- B) computados os em branco e não computados os nulos.
- C) não computados os em branco e os nulos.
- D) não computados os em branco e computados os nulos.

Direito Constitucional 38

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 39

01 A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelos seguintes princípios, exceto:

- A)** autodeterminação dos povos.
- B)** defesa da paz.
- C)** defesa do meio ambiente.
- D)** concessão de asilo político.

02 Indique a resposta incorreta:

- A)** O tempo de duração do estado de defesa será p necessário para debelar a causa que justificou a decretação.
- B)** O estado de sítio pode ser decretado em caso de agressão estrangeira.
- C)** O estado de defesa pode ser decretado para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública atingida por calamidade de grandes proporções na natureza.
- D)** Na vigência do estado de sítio, poderá ser efetuada busca e apreensão em domicílio, independentemente de autorização judicial.

03 A livre associação profissional ou sindical, segundo o perfil descrito no art. 8º da Constituição, não observará uma das seguintes regras:

- A)** o filiado, com a aposentadoria, perde o direito de ser votado, não o de votar.
- B)** cabe ao sindicato a defesa dos direitos coletivos e individuais da categoria.
- C)** O sindicato participará obrigatoriamente das negociações coletivas do trabalho.
- D)** a lei não poderá exigir autorização do estado para a fundação de sindicato.

04 A Câmara Legislativa do Distrito Federal editou nova lei sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição. Justifica-se a competência do Distrito Federal para legislar sobre a matéria, sob fundamento de exercício de:

- A)** competência concorrente.
- B)** competência comum.
- C)** competência prevista no art. 32, § 1º, da Constituição.
- D)** Competência legislativa plena, por inexistir lei federal sobre normas gerais atinentes à matéria.

05 O imposto previsto no art. 155, II, da Constituição (ICMS) não incidirá:

- A)** sobre o ouro, em nenhuma hipótese, inclusive quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial.
- B)** sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados.
- C)** sobre operações que destinam energia elétrica a outros Estados, inclusive no período de racionamento.
- D)** sobre operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar.

06 É estável o servidor, após:

- A)** nomeação em virtude de concurso público e depois de dois anos de efetivo exercício.
- B)** nomeação em virtude de concurso público e após três anos de efetivo exercício.
- C)** nomeação em virtude de concurso público e após cinco anos de efetivo exercício.
- D)** nomeação para o exercício de cargo em comissão, após dez anos no cargo.

07 A perda do mandato de Deputado ou Senador será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, exceto:

- A)** quando o Parlamentar infringir qualquer das proibições (vigorantes a partir da expedição do diploma e a partir da posse) estabelecidas no art. 54 da Constituição.
- B)** quando o Parlamentar tiver procedimento declarado incompatível com o decore parlamentar.
- C)** quando o Parlamentar sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.
- D)** quando a perda do mandato resultar de decretação da Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição.

08 No que toca ao Conselho da República, não é correto afirmar:

- A)** Dentre outros, inclui em sua composição os líderes da minoria na Câmara dos Deputados.
- B)** O Conselho deve aprovar a decretação de intervenção federal.
- C)** Ministro de Estado podem ser convocados para participar de reunião do Conselho, se a matéria tratada estiver no âmbito de sua Pasta.
- D)** O Ministro da Justiça é membro permanente do Conselho.

- 09** Os Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal serão processados e julgados, nos crimes de responsabilidade, originariamente, pelo:
- A)** Superior Tribunal de Justiça, ao qual caberão a instrução e o julgamento do feito.
 - B)** Tribunal de Justiça a que pertencer o acusado.
 - C)** Supremo Tribunal Federal, cabendo, entretanto, a coleta de provas ao respectivo Tribunal de Justiça.
 - D)** Superior Tribunal de Justiça, cabendo, entretanto, a coleta de provas ao respectivo Tribunal de Justiça.
- 10** Uma das proposições abaixo contém erro. Aponte-a. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar:
- A)** originariamente, nas infrações penais comuns, os Ministros de Estado e os Comandantes das Três Armas.
 - B)** originariamente, os habeas corpus, quando o coator for Ministro de Estado ou os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.
 - C)** em recurso ordinário, o crime político.
 - D)** Originariamente, litígio entre organismo internacional e o Distrito Federal.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 40

- 01** Dentre as opções abaixo, NÃO é fundamento da República Federativa do Brasil:
- A)** A soberania.
 - B)** A democracia liberal.
 - C)** A cidadania.
 - D)** Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
 - E)** O pluralismo.
- 02** Em relação às Disposições Transitórias é incorreto afirmar que:
- A)** Estão em consonância com as regras gerais da parte permanente da Constituição.
 - B)** Podem não seguir a técnica redacional da parte permanente da Constituição.
 - C)** São estabelecidas em caráter transitório.
 - D)** Podem tratar de matérias estranhas à parte geral.
 - E)** São desnecessárias em havendo mudança radical do Regime Político.
- 03** Dentre os Direitos e Garantias Fundamentais, marque o único que se capitula como direito social.
- A)** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - B)** Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.
 - C)** É assegurado a todos, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 - D)** A casa é asilo inviolável do indivíduo.
 - E)** O direito de herança.
- 04** É competência legislativa privativa da União legislar sobre
- A)** comércio interestadual.
 - B)** saúde e assistência pública.
 - C)** proteção de documentos e bens de valor histórico, artístico e cultural.
 - D)** cultura, educação e ciência.
 - E)** meio ambiente e poluição.
- 05** NÃO é cláusula pétrea da Constituição Federal:
- A)** A proibição de prisão perpétua.
 - B)** A forma federativa de Estado.
 - C)** A separação de poderes.
 - D)** Os direitos e garantias individuais.

E) O sistema Presidencial de Governo.

06 A ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual e municipal em face da Constituição Estadual será intentada perante

- A)** o Tribunal de Justiça, em quaisquer casos.
- B)** o Superior Tribunal de Justiça, quando envolver conflito de jurisdição.
- C)** o Tribunal Regional Eleitoral, quando envolver matéria eleitoral.
- D)** o Supremo Tribunal Federal.
- E)** o Juízo de Direito da Comarca.

07 Em matéria tributária NÃO é permitido à União instituir

- A)** isenções de tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios.
- B)** impostos sobre importação e exportação.
- C)** impostos sobre a propriedade territorial rural.
- D)** impostos sobre títulos ou valores mobiliários.
- E)** impostos sobre grandes fortunas.

08 NÃO é princípio geral da atividade econômica:

- A)** Soberania nacional.
- B)** Propriedade privada.
- C)** Função social da propriedade.
- D)** Defesa do consumidor.
- E)** Defesa do patrimônio histórico.

09 O custeio da seguridade social é de responsabilidade

- A)** de toda a sociedade, de forma direta ou indireta, nos termos da lei.
- B)** da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, mediante recursos orçamentários alocados para tal finalidade.
- C)** dos empregadores e empregados, públicos e privados, através de contribuições sociais deles arrecadadas na forma da lei.
- D)** de um fundo próprio, criado por lei complementar, gerido por representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e sindicatos patronais e operários.
- E)** do Ministério da Previdência Social.

10 O papel constitucional do juiz, como expressão de equilíbrio do Regime Político Democrático, só NÃO lhe permite

- A)** exercer as funções jurisdicionais de garantia dos direitos do cidadão.
- B)** aplicar em caso sub-judice norma manifestamente inconstitucional, ainda que argüida por uma das partes.
- C)** zelar pela manutenção da ordem pública.
- D)** representar aos órgãos competentes, contra Advogados, membros do Ministério Público e autoridades que, a seu critério, coloquem em risco a prestação jurisdicional.
- E)** desconsiderar como essenciais à administração da Justiça o Advogado e o representante do Ministério Público.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa E
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 41

01 Ato lesivo ao erário público poderá ser impugnado por qualquer cidadão mediante:

- A)** Mandado de Segurança;
- B)** Mandado de Injunção;
- C)** Ação Popular;
- D)** Habeas data;
- E)** Mandado de segurança coletivo.

02 Conforme a atual Constituição, a Administração Pública obedecerá aos seguintes princípios:

- A)** Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade;
- B)** "nullum crimen, nulla pena sine lege";
- C)** Abuso de poder, interesse administrativo e celeridade dos atos;
- D)** Anterioridade da lei, interesse econômico da administração e publicidade;
- E)** Nenhuma das respostas.

03 É parte legítima para propor ação popular:

- A)** Só o Presidente da República;
- B)** Só os membros do Congresso Nacional;
- C)** Só os membros do Poder Judiciário;
- D)** Qualquer cidadão;
- E)** Nenhuma das Respostas.

04 Conceder-seá Habeas-Corpus:

- A)** Para proteger direito líquido e certo não amparado por Habeas-data ou mandado de segurança;
- B)** Para proteger o direito de locomoção;
- C)** Para garantir a liberdade de ir e vir;
- D)** Para garantir o direito real;
- E)** As três primeiras respostas estão corretas.

05 São símbolos dos Estados:

- A)** A bandeira Nacional;
- B)** O Hino Nacional;
- C)** As Armas Nacionais;
- D)** O Selo Nacional;
- E)** O que eles escolherem.

06 Os analfabetos:

- A)** São inelegíveis para qualquer cargo;
- B)** Votam obrigatoriamente;
- C)** São elegíveis para Vereador;
- D)** São inelegíveis apenas para mandatos federais;
- E)** Votam facultativamente nas eleições nacionais e obrigatoriamente nas locais.

07 São brasileiros naturalizados:

- A)** Os nascidos no Brasil, ainda que de país estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço do seu país;
- B)** Os nascidos no estrangeiro, de pais brasileiros ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço do Brasil;
- C)** Os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residente no Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira;
- D)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente;
- E)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem pela nacionalidade brasileira.

08 A autoridade pública poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano, no caso de:

- A)** Necessidade pública;
- B)** Utilidade pública;
- C)** Iminente perigo público;
- D)** Reforma Agrária;
- E)** Confisco.

09 Para fins de Reforma Agrária são insusceptíveis de desapropriação:

- A)** A propriedade produtiva;
- B)** A propriedade com mais de 5.000 hectares;
- C)** A pequena e média propriedade rural, desde que seu proprietário não possua outra;
- D)** As respostas "a" e "c" estão corretas;
- E)** Nenhuma das respostas.

10 Dentre outros, podem propor a ação de inconstitucionalidade, a nível federal:

- A)** Qualquer cidadão em pleno gozo dos seus direitos;

- B)** Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- C)** Os Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil;
- D)** Os Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados;
- E)** Nenhuma das Respostas.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa E
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 42

01 O controle de Constitucionalidade no Brasil:

- A)** Ocorre sempre por via de exceção;
- B)** É difuso e sempre por via de exceção;
- C)** Obedece ao método concentrado mediante exclusiva declaração do Supremo Tribunal Federal;
- D)** É jurisdicional, combinando os critérios difuso e concentrado.

02 O Presidente da República perde o mandato:

- A)** Por ausência do País, por mais de oito dias, sem licença do Congresso Nacional;
- B)** Por ausência do País, por mais de quinze dias, sem licença do Congresso Nacional;
- C)** Por doença, que o impossibilite de tomar posse dentro de dez dias da data para isso fixada;
- D)** Por ausência do País, sem licença do Congresso Nacional.

03 A emenda à Constituição:

- A)** É permitida - para o Congresso Nacional - após cinco anos de vigência da Constituição de 1988, ex - vi artigo 3º das Disposições Transitórias;
- B)** É permitida apenas no caso de ser proposta do Presidente da República ou de um terço, pelo menos, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado;
- C)** Não será permitida proposta de emenda na vigência de intervenção federal em algum Estado da Federação;
- D)** Não será permitida Emenda Constitucional para introduzir no País a pena de morte ou o voto distrital.

04 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade:

- A)** No caso concreto o efeito é "ex-tunc";
- B)** Na inconstitucionalidade de lei o efeito é "ex-tunc";
- C)** No caso concreto o efeito é "ex-nunc";
- D)** No caso concreto o efeito é "erga-omnes".

05 Na declaração de inconstitucionalidade por omissão:

- A)** O Procurador Geral da República tem o dever de defender o ato ou o texto impugnado;
- B)** O Procurador Geral da República não se manifestará salvo em caso de convocação especial pelo Supremo Tribunal Federal;
- C)** O Advogado Geral da União será citado, previamente, para defender o ato ou o texto impugnado;
- D)** O Advogado Geral da União somente se manifestará se o Procurador Geral da República não for convocado.

06 O exame de conveniência e oportunidade do ato administrativo:

- A)** Escapa ao controle do Poder Judiciário algumas vezes;
- B)** Escapa sempre ao controle do Poder Judiciário;
- C)** É sujeito algumas vezes à apreciação judicial;
- D)** É sujeito sempre ao controle jurisdicional.

07 O regulamento tem objetivo bem definido, no campo do direito administrativo, a saber:

- A)** Inovar aspectos não cogitados pelo legislador;
- B)** Preencher as lacunas da lei, e ampliar-lhe o conteúdo, sendo pois "prae ter legem";
- C)** Facilitar a aplicação da lei, ou seja, ser "secundum legem";
- D)** Contrariar a lei, naquilo que com ela conflitar com o interesse comum.

08 Anulada a concorrência sem base legal:

- A)** Deve o vencedor conformar-se com a decisão por falta de recurso cabível;
- B)** Deve ser adjudicado o contrato ao vencedor;
- C)** Deve o vencedor pleitear nova concorrência;
- D)** Cabe ao vencedor indenização de perdas e danos.

09 A lei veda a impetração de Mandado de Segurança contra ato disciplinar:

- A)** Em todas as hipóteses;
- B)** Porque tal ato é vinculado;
- C)** Porque tal ato se insere na faixa do poder discricionário do Estado;
- D)** Salvo se praticado por autoridade incompetente ou com inobservância de formalidade essencial.

10 Mérito, no Direito Administrativo, é o aspecto do ato administrativo que diz respeito:

- A)** À oportunidade e à conveniência;
- B)** À legitimidade;
- C)** Ao interesse público e ao interesse social;
- D)** À utilidade pública e à necessidade pública.

Direito Constitucional 42

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 43

01 O alistamento eleitoral e o voto são

- A)** obrigatórios para os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos.
- B)** facultativos para os maiores de dezoito anos.
- C)** obrigatórios para os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- D)** facultativos para os analfabetos e os maiores de setenta anos.

02 A ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta

- A)** pelo Governador do Estado.
- B)** pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C)** pelo Procurador Geral da República.
- D)** pela Mesa da Assembléia Legislativa.

03 O projeto de lei submetido ao Presidente da República poderá

- A)** ser vetado, no todo ou em parte.
- B)** ser vetado relativamente a apenas parte de artigo.
- C)** ser sancionado somente depois de decorrido o prazo de 15 (quinze) dias.
- D)** ser vetado relativamente a apenas parte de parágrafo.

04 Ao Superior Tribunal de Justiça compete julgar

- A)** os Governadores dos Estados, nos crimes de responsabilidade.
- B)** os Desembargadores, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- C)** os membros dos Tribunais de Contas, apenas nos crimes comuns.
- D)** os membros dos Ministérios Públicos que oficiem perante tribunais.

05 A intervenção em município, desde que verificada uma das hipóteses que a possibilitem, compete

- A)** à União.
- B)** ao Estado em cujo território se localiza.
- C)** ao Supremo Tribunal Federal, se localizado em Território Federal.
- D)** à União e ao Estado em cujo território se localiza, concorrentemente.

06 Assinale a alternativa incorreta. A disciplina do Sistema Financeiro Nacional, tal como prevista no artigo 192 da Constituição da República,

- A) no substancial, já havia sido instituída pela Lei no 4.595, de 1964.
- B) não diz respeito apenas às instituições financeiras.
- C) é de ordem eminentemente programática.
- D) não pode ser alterada via de emenda constitucional.

07 Os direitos e garantias individuais elencados no artigo 5º da Constituição da República

- A) podem ser objeto de emenda constitucional.
- B) são exaustivos.
- C) são imprescritíveis.
- D) são irrenunciáveis.

08 O texto constitucional em vigor consagra

- A) o princípio da liberdade sindical.
- B) o princípio da unicidade sindical.
- C) a proibição da interferência e da intervenção do Poder Público na organização sindical.
- D) a dispensa do registro do sindicato no órgão competente.

09 No âmbito da legislação concorrente da União, Estados e Distrito Federal,

- A) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.
- B) a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.
- C) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- D) à falta de lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.

10 O princípio comumente chamado de "quinto constitucional" é de observância obrigatória

- A) em todos os tribunais do país.
- B) nos tribunais estaduais de segundo grau.
- C) nos tribunais regionais federais.
- D) nos tribunais de segundo grau do Distrito Federal e Territórios.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 44

01 Constituem atos normativos primários:

- A) a lei.
- B) o decreto.
- C) a lei e a medida provisória.
- D) o projeto de lei complementar.

02 A Constituição vigente afirma o direito de livre entrada e saída do território nacional a

- A) qualquer pessoa.
- B) qualquer pessoa, em tempo de paz.
- C) aos brasileiros em geral.
- D) aos estrangeiros naturalizados

03 Estabelece a Constituição da República que a desapropriação de bens deve ser prévia, justa e, em regra, em dinheiro. É justa a indenização quando correspondente

- A) ao valor venal constante dos registros fiscais do Poder expropriante.
- B) ao valor de aquisição pelo expropriado acrescido de correção monetária apurada pelos índices oficiais.
- C) ao valor do bem no mercado.
- D) ao valor fixado na planta genérica de valores do Município respectivo.

04 Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito de veículos e pedestres é de competência

- A)** exclusiva dos Municípios.
- B)** exclusiva dos Estados federados e do Distrito Federal.
- C)** exclusiva de União Federal.
- D)** comum a todos esses Entes.

05 pessoa política e associação sindical é garantido

- A)** ao servidor público civil.
- B)** ao servidor público militar.
- C)** aos servidores de ambas as espécies.
- D)** somente aos empregados das empresas do Estado regidos pela CLT.

06 Compete privativamente à União legislar sobre

- A)** produção e consumo.
- B)** propaganda comercial.
- C)** juntas comerciais.
- D)** educação, cultura, ensino e desporto.

07 O controle sobre os atos e serviços auxiliares na Justiça, abrangidos os notariais e de registro no Estado de São Paulo, compete

- A)** ao Plenário do Tribunal de Justiça.
- B)** à Presidência do Tribunal de Justiça.
- C)** à Corregedoria Geral da Justiça da mencionada corte.
- D)** ao Colégio Notarial.

08 O Conselho Superior da Magistratura é composto

- A)** pelos cinco Desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça.
- B)** pelos cinco Desembargadores eleitos pelo órgão Especial.
- C)** pelos cinco Desembargadores eleitos pela totalidade dos Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- D)** pelo Presidente, Vice-Presidente e Corregedor Geral da Justiça do Tribunal de Justiça.

09 Depende de aprovação prévia em concurso público de prova ou de provas e títulos, a investidura do agente público em

- A)** cargo público ou função pública.
- B)** cargo público ou emprego público.
- C)** cargo público de provimento em comissão.
- D)** função pública ou emprego público.

10 Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência:

- A)** o Presidente do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o Ministério-Chefe do estado Maior das Forças Armadas.
- B)** o Presidente do Senado, o da Câmara e o do Supremo Tribunal Federal.
- C)** o Presidente do Supremo, o do Senado e o da Câmara.
- D)** o Presidente da Câmara, o do Senado e do STF.

Direito Constitucional 44

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 45

01 Os Tribunais e os respectivos Órgãos Especiais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público:

- A)** por maioria simples.

- B)** por maioria absoluta.
- C)** por maioria qualificada.
- D)** por unanimidade

02 Legislar sobre custas dos serviços forenses é competência:

- A)** privativa da União.
- B)** privativa dos Municípios.
- C)** concorrente da União, Estados e Distrito Federal.
- D)** privativa dos Estados.

03 O Corregedor-Geral da Justiça é eleito:

- A)** pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.
- B)** por todos os Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- C)** pela Câmara Especial do Tribunal de Justiça.
- D)** pelo Conselho Superior da Magistratura.

04 As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas:

- A)** pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente.
- B)** pelo Presidente da República e pelo Senado Federal.
- C)** pelo Presidente da República e pela Câmara dos Deputados.
- D)** pelo Ministro da Justiça e pelo Congresso Nacional.

05 A instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, denomina-se:

- A)** Procuradoria Geral da República.
- B)** Defensoria Pública Federal.
- C)** Ministério da Justiça.
- D)** Advocacia-Geral.

06 As Leis Delegadas serão elaboradas pelo(a):

- A)** Presidente da República.
- B)** Congresso Nacional.
- C)** Senado Federal.
- D)** Câmara dos Deputados.

07 A Justiça Militar Estadual é constituída em primeiro grau pelos:

- A)** Conselhos de Disciplina.
- B)** Conselhos de Justiça
- C)** Conselhos de Conduta Policial-Militar.
- D)** Juizados Especiais.

08 A Mata Atlântica é:

- A)** patrimônio estadual.
- B)** patrimônio nacional.
- C)** patrimônio municipal.
- D)** patrimônio particular.

09 O servidor público será aposentado compulsoriamente:

- A)** aos trinta e cinco anos de serviço.
- B)** aos trinta anos de serviço.
- C)** aos setenta anos de idade.
- D)** aos sessenta e cinco anos, se homem, e aos sessenta, se mulher.

10 O Presidente da República poderá adotar Medidas Provisórias em caso de:

- A)** calamidade pública.
- B)** ameaça grave à ordem pública ou à paz social.
- C)** violação de direitos humanos.
- D)** relevância e urgência.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa D

Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 46

01 A escolha e a nomeação do advogado para compor o quinto constitucional é da competência

- A)** da Ordem dos Advogados, exclusivamente.
- B)** do Poder Executivo e do Poder Judiciário.
- C)** da Ordem dos Advogados, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.
- D)** do Poder Legislativo e do Poder Judiciário.

02 Constitui embaraço à plena liberdade de informação dos meios de comunicação,

- A)** o exercício do direito de resposta, proporcional ao agravo.
- B)** o ressarcimento pelos danos morais causados por informação que violou a vida privada.
- C)** dispositivo de lei ordinária que obrigue a revelação da fonte das informações veiculadas por jornalistas.
- D)** condenação judicial de jornalista que, em matéria assinada, pratica o crime de calúnia contra alguém.

03 Assinale a alternativa incorreta.

- A)** A Constituição Federal permite o trabalho do maior de 12 anos, desde que garantidos os seus direitos previdenciários e trabalhistas.
- B)** Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.
- C)** Os filhos havidos ou não, da relação de casamento, possuem os mesmos direitos.
- D)** O casamento religioso tem efeito civil.

04 A Constituição, com relação à política de reforma agrária, dispõe que

- I. a União e os Estados poderão desapropriar, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social;
- II. o Poder Público indenizará não só o valor da terra, como também as benfeitorias úteis e necessárias;
- III. a indenização, para fins de reforma agrária, será em títulos da dívida pública, resgatáveis em dez anos.

Pode-se afirmar que

- A)** todas as afirmações estão incorretas.
- B)** todas as afirmações estão corretas.
- C)** apenas as afirmações I e III estão corretas.
- D)** apenas a afirmação II está correta.

05 Analise as afirmações abaixo.

- I. O Magistrado só poderá exercer uma função no Magistério se estiver em disponibilidade.
- II. Desde seu ingresso na carreira, o Magistrado só poderá perder seu cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- III. Somente poderão ingressar no Supremo Tribunal Federal os Ministros que exerceram durante dois anos suas funções no Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Os Tribunais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do seu órgão especial.

Pode-se afirmar que

- A)** todas as afirmações estão incorretas.
- B)** todas as afirmações estão corretas.
- C)** apenas as afirmações I e II estão corretas.
- D)** apenas a afirmação III está correta.

06 O Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, será processado e julgado

- A)** pelo Supremo Tribunal Federal.
- B)** pelo Senado Federal.
- C)** pela Câmara dos Deputados.
- D)** pelo Superior Tribunal de Justiça.

07 O artigo 2º da Constituição Federal: "São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário" é norma de

- A)** eficácia plena.

- B) eficácia limitada.
- C) eficácia contida.
- D) eficácia semi-plena.

08 As normas infraconstitucionais compatíveis com a nova Constituição geram o fenômeno da

- A) desconstitucionalização.
- B) recepção.
- C) reprivatização.
- D) reordenação.

09 A assistência jurídica ao hipossuficiente é da competência

- A) do Poder Judiciário.
- B) da Ordem dos Advogados do Brasil.
- C) do Poder Executivo.
- D) do Ministério Público.

10 As medidas provisórias

- A) podem ser editadas somente nos casos de normas tributárias e criação de cargos públicos.
- B) podem ser editadas pelo Presidente da República e pelo Presidente do Congresso Nacional.
- C) podem ser editadas pelo Presidente da República juntamente com o Presidente da Câmara.
- D) perderão sua eficácia no prazo de 30 dias se não forem aprovadas ou reeditadas.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 47

01 Diretor de sociedade de economia mista da qual o Município participa pratica ato lesivo ao patrimônio da empresa. A anulação do ato pode ser pleiteada

- A) em ação popular proposta por qualquer pessoa residente no País.
- B) em ação popular proposta por qualquer cidadão.
- C) apenas pelos que foram prejudicados pelo ato.
- D) em mandado de segurança impetrado por qualquer pessoa residente no Município.

02 Autoridade administrativa recusa-se ilegalmente a fornecer certidão de tempo de serviço requerida por funcionário público, que dela necessita para pedir a aposentadoria. É cabível, nesse caso,

- A) mandado de injunção.
- B) habeas data.
- C) mandado de segurança.
- D) ação civil pública.

03 Assinale a afirmativa correta.

- A) Todo eleitor é cidadão, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos.
- B) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores, desde que residentes no País há mais de dez anos.
- C) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos.
- D) É condição de elegibilidade para Governador do Estado, a idade mínima de 21 anos.

04 A Constituição Federal assegura expressamente, em seu artigo 5º:

- I) o direito de herança;
 - II) a impenhorabilidade do bem de família;
 - III) ao preso, o direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- Pode-se afirmar que estão corretos

- A) apenas os itens I e II.
- B) apenas os itens I e III.
- C) apenas os itens II e III.
- D) todos os itens.

05 As leis delegadas são elaboradas

- A)** pela Câmara dos Deputados.
- B)** pelo Congresso Nacional.
- C)** pelo Senado Federal.
- D)** pelo Presidente da República.

06 O prazo para aquisição, por usucapião, de imóvel urbano com área inferior a 250 metros quadrados, utilizado como moradia, é de

- A)** 5 anos.
- B)** 10 anos.
- C)** 15 anos.
- D)** 20 anos.

07 Em relação à política de desenvolvimento urbano, a Constituição Federal prevê que:

- I) será executada pelo Poder Público municipal;
- II) o plano diretor será obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes;
- III) observados determinados requisitos, o solo urbano não edificado poderá ser desapropriado com pagamento mediante títulos da dívida pública.

São corretas

- A)** apenas as afirmativas I e II.
- B)** apenas as afirmativas I e III.
- C)** apenas as afirmativas II e III.
- D)** todas as afirmativas.

08 Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes,

- I) o Poder Executivo não participa do processo legislativo;
- II) ao Poder Judiciário é vedada a prática de atos administrativos;
- III) cada um dos Poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.

Pode-se dizer que

- A)** apenas a afirmativa I é correta.
- B)** apenas a afirmativa II é correta.
- C)** apenas a afirmativa III é correta.
- D)** há mais de uma afirmativa correta.

09 No Estado de São Paulo, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça é composto

- A)** por representantes das Câmaras das Seções Criminal, de Direito Público e de Direito Privado.
- B)** por todos os Desembargadores.
- C)** pelos 25 Desembargadores de maior antiguidade.
- D)** pelo Presidente, Corregedor Geral da Justiça e Vice-Presidentes.

10 Na proteção do meio ambiente, a Constituição Federal:

- I) condiciona a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a estudo prévio de impacto ambiental;
- II) veda a exploração, pelos particulares, dos recursos minerais;
- III) dá ao meio ambiente a natureza de bem de uso comum do povo.

Pode-se dizer que

- A)** apenas as afirmativas I e II são corretas.
- B)** apenas as afirmativas I e III são corretas.
- C)** apenas as afirmativas II e III são corretas.
- D)** apenas uma ou todas as afirmativas são corretas.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 48

01 Quando aos subsídios dos Vereadores é correto afirmar:

- A)** Compete ao Prefeito Municipal, atendidos os requisitos constitucionais, remeter projeto de lei à Câmara Municipal fixando os subsídios dos Vereadores.
- B)** A despesa total com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.
- C)** O subsídio dos Vereadores é fixado por lei municipal em sentido estrito e não pode exceder a 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais.
- D)** A Câmara Municipal possui ampla liberdade para fixar a remuneração dos Vereadores, cabendo ao Prefeito Municipal, através do veto, impedir a adoção de remuneração que inviabilize o orçamento do Município.
- E)** Não compete à Câmara Municipal votar os vencimentos dos Vereadores pois se assim o fizesse estaria legislando em causa própria.

02 A Constituição Federal veda a filiação partidária de militar, enquanto no serviço ativo. Assinale a alternativa correta:

- A)** Enquanto permanecer na ativa o militar não poderá concorrer a cargo público eletivo.
- B)** Somente o oficial superior poderá concorrer a cargo público eletivo, desde que passe para a reserva antes da eleição.
- C)** O militar -alistável é elegível, inclusive enquanto permanecer na ativa.
- D)** Somente os conscritos, por não serem militares profissionais, são elegíveis para cargos públicos eletivos.
- E)** Nenhuma das alternativas é correta.

03 Assinale a alternativa correta:

- A)** É preceito constitucional o julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- B)** Em face do princípio do juiz natural o Prefeito é julgado perante o Juiz de Direito do Município ou com jurisdição sobre este.
- C)** Compete à Câmara Municipal julgar o Prefeito pela prática de crime de responsabilidade.
- D)** Acusado da prática de crime doloso contra a vida, o Prefeito será julgado perante o Tribunal do Júri.
- E)** Nenhuma das alternativas é correta.

04 A possibilidade de revogação de normas constitucionais através da legislação ordinária é característica de determinado tipo de Constituição. Qual das seguintes Constituições do Rio Grande do Sul era desse tipo:

- A)** A Constituição de 1989.
- B)** A Constituição castilhistas de 1891.
- C)** A Constituição parlamentarista de 1947.
- D)** A Constituição de 1970.
- E)** A Constituição Farroupilha de 1843.

05 Qual dentre as alternativas abaixo é cabível para obtenção da declaração de inconstitucionalidade, com efeito erga omnes, de lei (em sentido formal e material) editada por Município ?

- A)** Ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.
- B)** Ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- C)** Mandado de segurança coletivo.
- D)** Recurso extraordinário.
- E)** Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, proposta pelo Prefeito Municipal.

06 Relativamente à Ação Declaratória de Constitucionalidade é correto afirmar:

- A)** O Presidente do Congresso Nacional é legitimado ativo.
- B)** Dispositivo constitucional autoriza o Supremo Tribunal Federal a conceder liminares com efeito vinculante.
- C)** O Advogado-Geral da União é legitimado ativo.
- D)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal contempla a concessão de liminares com efeito vinculante.
- E)** O efeito vinculante depende de aprovação da Emenda Constitucional que trata da Reforma do Poder Judiciário.

07 Qual o juízo competente para processar o ex-Deputado pelo crime de lesões corporais graves praticado quando no exercício do mandato?

- A)** O Juiz de Direito.
- B)** O Tribunal de Justiça.
- C)** O Superior Tribunal de Justiça.

- D) O Supremo Tribunal Federal.
- E) O Plenário da respectiva Casa Legislativa.

08 Relativamente às competências dos entes federativos, é correto afirmar:

- A) Inexistindo lei federal, os Estados poderão legislar sobre matéria eleitoral.
- B) Compete exclusivamente à União legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência e proteção à infância e à juventude.
- C) Os Municípios não têm competência para proteger os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
- D) Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural é competência comum de todos os entes da federação.
- E) Preservar as florestas, a fauna e a flora compete exclusivamente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.

09 Relativamente ao condenado em face de erro judiciário, e ao que ficar preso além do tempo fixado pela sentença, é correto afirmar:

- A) Têm direito, apenas, a serem soltos imediatamente.
- B) Têm direito a receber indenização paga com recursos orçamentários.
- C) Têm direito à imediata soltura, mas o direito à indenização depende de demonstração de culpa.
- D) Serão libertados imediatamente após a devida apuração de responsabilidades.
- E) Nenhuma das alternativas é correta.

10 Relativamente ao inciso XIII do artigo 51 da Constituição Federal ("É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer.") é correto afirmar:

- A) É norma de eficácia limitada e aplicabilidade imediata.
- B) É norma desprovida de aplicabilidade imediata e que requer integração de lei complementar estrito senso.
- C) É norma de eficácia contida e aplicabilidade imediata.
- D) É norma de eficácia contida, desprovida de aplicabilidade imediata.
- E) É norma de princípio institutivo.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 49

01 Assinale a assertiva correta:

- A) A Constituição brasileira não estabelece limites ao poder de reforma constitucional.
- B) Dentre as limitações implícitas ao poder constituinte derivado destaca-se a proibição de supressão das próprias cláusulas pétreas.
- C) A revisão especial da Constituição poderá realizar-se a cada cinco anos, mediante decisão da maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso, em sessão unicameral.
- D) As chamadas cláusulas pétreas constantes do art. 60, § 4º, da Constituição podem ser superadas mediante o processo de dupla revisão.

02 Assinale a assertiva correta:

- A) O Princípio da função social da propriedade permite que o Estado estimule a coletivização de propriedades.
- B) O Estado pode fixar, por via legislativa, uma política de preços, tendo em vista a necessária conciliação entre os princípios da livre iniciativa, da livre concorrência, da defesa do consumidor e da redução das desigualdades sociais.
- C) A política de preços não é matéria de competência do Poder Legislativo, mas do âmbito de atribuições do Poder Executivo.
- D) O princípio da livre iniciativa e o postulado da livre concorrência consagrados constitucionalmente obstam a que o Estado atue até mesmo como agente regulador da atividade econômica.

03 Assinale a assertiva correta:

- A)** A Constituição não permite a reedição de medidas provisórias.
- B)** As medidas provisórias podem dispor sobre todas as matérias da competência legislativa da União, inclusive as referentes à instituição de tributo, à definição de crime e à imposição de pena.
- C)** A rejeição de medida provisória pelo Congresso Nacional obsta a que o Presidente da República disponha sobre a matéria, na mesma sessão legislativa, mediante simples reedição.
- D)** As medidas provisórias não podem dispor sobre matéria tributária e financeira.

04 Assinale a assertiva correta:

- A)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal reconhece o postulado da proporcionalidade ou da razoabilidade como princípio constitucional.
- B)** Não há distinguir, na ordem constitucional, o princípio da supremacia da lei e o princípio da reserva legal.
- C)** O princípio do direito adquirido oferece proteção contra mudanças de situações estatutárias e de institutos jurídicos.
- D)** O direito de liberdade de expressão e de comunicação encontra limite na proteção que a ordem outorga ao direito de imagem, à honra, à vida privada e à intimidade das pessoas.

05 Assinale a assertiva a correta:

- A)** A instauração de processo, por crime comum, contra os Ministros de Estado depende sempre de autorização de dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
- B)** O Poder Legislativo pode suspender os atos regulamentares do Executivo que ultrapassem os limites da lei, restando essa decisão imune a qualquer controle judicial.
- C)** Declarada a inconstitucionalidade da omissão, pelo Supremo Tribunal Federal, admite-se a propositura de ação de reparação contra a União Federal, se o Congresso Nacional, devidamente notificado, não adotar as providências reclamadas dentro de um prazo razoável.
- D)** A decisão sobre cassação de mandatos parlamentares não se submete a controle judicial.

06 Assinale a assertiva correta:

- A)** Em se tratando de projeto de lei da iniciativa privativa do Executivo, poderá ser superado o vício de iniciativa mediante a sanção da proposição aprovada pelas Casas do Congresso.
- B)** A iniciativa do projeto de lei orgânica do Ministério Público da União compete, concorrentemente, ao Presidente da República e ao Procurador-Geral da República.
- C)** Poderá ser objeto de delegação a legislação sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.
- D)** O projeto da lei de organização do Ministério Público da União é da iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Federal.

07 Quanto às decisões do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar-se:

- A)** não se prestam para execução imediata.
- B)** podem ser revistas por ato do Poder Executivo.
- C)** são suscetíveis de revisão pelo Poder Judiciário, salvo aquelas referentes ao registro de aposentadoria.
- D)** são suscetíveis de revisão pelo Poder Judiciário.

08 Assinale a assertiva correta:

- A)** O modelo de iniciativa do processo legislativo previsto na Constituição Federal não é obrigatório para o Estado-membro.
- B)** O Poder Executivo pode retirar medida provisória apresentada ao Congresso Nacional.
- C)** Os Estados-membros podem adotar medida provisória.
- D)** medida provisória pode dispor sobre qualquer matéria de competência legislativa da União.

09 Assinale a assertiva correta:

- A)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a prisão preventiva é inconstitucional por violar o princípio da presunção de inocência.
- B)** Nos termos da Constituição, é imprescindível que também perante a autoridade policial se assegure ao preso a assistência de um defensor técnico.
- C)** O princípio da contraditoriedade da instrução criminal não exclui a possibilidade de que a condenação se funde exclusivamente nos elementos informativos do inquérito policial.
- D)** A norma inscrita no art. 408, parágrafo 1º, do Código de Processo Penal, que autoriza o lançamento do nome do réu no rol dos culpados, quando da prolação da sentença de pronúncia, está derogada com a superveniência da Constituição de 1988.

10 Assinale a assertiva correta:

- A)** A Constituição Federal assegura ao servidor público plena liberdade no exercício do direito de greve.

- B)** Prescreve em cinco anos a ação de responsabilidade civil movida contra sociedade de economia mista prestadora de serviço público.
- C)** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e ressarcimento, na forma e gradação previstas na lei penal.
- D)** Somente por lei específica pode ser autorizada a desapropriação de ações constitutivas do capital das empresas controladas por estrangeiros.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa D
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 50

01 Assinale a assertiva correta.

- A)** Presidente da República pode expedir decretos autônomos, em caso de urgência e de interesse público relevante.
- B)** Poder regulamentar do Chefe do Poder Executivo federal somente deve ser exercido para execução da lei.
- C)** As medidas provisórias, se não aprovadas no prazo estabelecido, não podem ser reeditadas pelo Chefe do Poder Executivo federal.
- D)** As medidas provisórias não podem estabelecer restrições a direitos individuais.

02 Assinale a assertiva correta.

- A)** Os Estados-membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, devendo observância apenas aos chamados "princípios sensíveis" constantes da Constituição Federal;
- B)** Os Estados-membros organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, devendo observância apenas aos "princípios sensíveis" e aos "princípios estabelecidos" previstos na Constituição Federal.
- C)** Os Estados-membros gozam de autonomia, cabendo ao Tribunal de Justiça o processo e julgamento de seus Governadores.
- D)** A autonomia dos Estados-membros abrange também a possibilidade de, mediante desmembramento, criar-se nova unidade, independentemente da autorização do Congresso Nacional.

03 Assinale a assertiva correta.

- A)** A liberdade de consciência pode ser alegada para eximir-se de obrigação legal a todos imposta.
- B)** É inconstitucional lei que estabeleça, de forma genérica, a aplicação do regime fechado, para os chamados crimes hediondos, por afrontar o princípio constitucional da individualização da pena.
- C)** A Constituição exclui, em qualquer hipótese, a extradição de cidadão brasileiro.
- D)** Direito de livre locomoção está submetido a uma expressa reserva legal.

04 Assinale a assertiva correta.

- A)** Princípio da presunção da inocência impede a prisão cautelar do réu.
- B)** Princípio da presunção da inocência obsta a que, na sentença de pronúncia, determine o juiz o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.
- C)** Princípio da presunção da inocência obsta a que se recolha o réu à prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- D)** A prescrição da ação penal não está submetida ao princípio constitucional da anterioridade, uma vez que se cuida de matéria de caráter meramente formal ou processual.

05 Assinale a assertiva correta.

- A)** Mandado de injunção autoriza o juiz a expedir a norma que editaria se legislador fosse para colmatar a lacuna deixada pelos órgãos legislativos.
- B)** Os partidos podem valer-se do mandado de segurança coletivo para a defesa de interesses sociais, ainda que não vinculados aos seus afazeres político-partidários.
- C)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, além do mandado de segurança coletivo, podem as associações valer-se também do mandado de injunção coletivo.

D) A ação civil pública pode ser utilizada como instrumento de controle de constitucionalidade, sendo a declaração de inconstitucionalidade dotada, nesse caso, de eficácia contra todos.

06 A respeito das constituições, assinale a alternativa correta:

A) Constituição material e constituição formal são conceitos em tudo coincidentes.

B) A constituição rígida não admite alteração do seu texto, enquanto a constituição semi-rígida o admite, mediante procedimento mais dificultoso do que o empregado para a elaboração de leis ordinárias.

C) As constituições históricas assumem necessariamente a forma escrita.

D) Considera-se constituição não-escrita aquela que se baseia, sobretudo, em costumes, jurisprudência, convenções e textos constitucionais esparsos.

07 Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta:

A) Admite-se a ação popular proposta por estrangeiro residente no país.

B) Pessoa jurídica não pode titularizar direito fundamental.

C) Nenhuma lei, nem mesmo as chamadas leis de ordem pública, pode prejudicar direito adquirido.

D) As leis sobre prescrição, porque de natureza processual, não estão limitadas pela garantia constitucional da irretroatividade das normas menos favoráveis ao réu.

08 Sobre a sanção ou veto a projeto de lei, assinale a opção correta:

A) Se o Presidente da República entende que o projeto de lei é inconstitucional, deve, ao invés de sancioná-lo ou vetá-lo, propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

B) Não se admite o veto de parte do texto de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

C) Se o Presidente da República deixa passar o prazo de que dispõe para apreciar projeto de lei que lhe é submetido para sanção, entende-se que houve veto tácito.

D) Veto do Presidente da República não apreciado pelo Congresso Nacional no prazo previsto na Constituição é tido como tacitamente mantido.

09 A propósito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta:

A) Uma profissão ou um ofício somente podem ser exercidos pelo particular depois de regulamentados em lei e nos termos dessa regulamentação.

B) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, mas nela pode-se penetrar, mesmo sem o consentimento do morador, por determinação judicial, desde que durante o dia.

C) A autoridade policial pode determinar a quebra do sigilo telefônico de alguém, desde que isto seja útil para a investigação de crime.

D) A Constituição assegura o direito de reunião sem armas e para fins pacíficos, exigindo apenas que, antes do ato, se requiera autorização à autoridade competente.

10 A respeito do Distrito Federal é correto afirmar:

A) Não pode subdividir-se em Municípios, mas cumula competências legislativas dos Estados e dos Municípios.

B) À semelhança dos Estados, organiza e mantém o seu Poder Judiciário.

C) Cabe à União organizar e manter a Polícia Militar no Distrito Federal; no entanto, a organização e manutenção da Polícia Civil, ali, cabe ao próprio Distrito Federal.

D) Cabe à União organizar e manter o Tribunal de Contas do Distrito Federal.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B

Questão 2 alternativa B

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa C

Questão 6 alternativa D

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa B

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 51

01 Assinale a alternativa correta:

I - O direito social, constante da parte fixa da Constituição, denominado licença-paternidade é auto-aplicável, tanto que seu período está fixado em cinco dias.

II - O Estado deverá fornecer creches e/ou pré-escolas aos filhos dos trabalhadores urbanos e rurais, desde que aqueles contem com idade de até 6 anos.

III - O repouso obrigatório semanal do trabalhador deve se dar sempre aos domingos.

IV - O trabalhador aposentado terá um sindicato próprio, diverso daquele dos trabalhadores na ativa.

V - O décimo terceiro salário terá por base o salário integral ou valor da aposentadoria, observando-se, quanto aquele, a periodicidade, na hipótese de contar o empregado com menos de um ano.

VI - Se consciente por parte do empregador, constitui crime a retenção de salários.

- A) se as alternativas I, II, IV e VI estão corretas;
- B) se as alternativas II, IV, V e VI estão corretas;
- C) se as alternativas I, III IV e V estão erradas;
- D) se as alternativas II, V e VI estão corretas.

02 Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexarem-se a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais. Para que isso ocorra:

- A) é necessária a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e da Assembléia Legislativa de cada Estado envolvido, através de lei estadual.
- B) a Assembléia Legislativa Estadual terá que aprovar lei estadual, que será levada a referendo popular.
- C) é necessária a aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- D) o Congresso Nacional terá que aprovar lei ordinária, ouvidos os Governadores dos Estados interessados.

03 Com relação aos vereadores:

- A) os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município, sendo que o número destes independe do número de habitantes.
- B) os vereadores dos municípios de um mesmo Estado perceberão remuneração idêntica, fixada pela Assembléia Legislativa em cada legislatura, para a subsequente.
- C) o município com até um milhão de eleitores terá o mínimo de nove e o máximo de vinte e um vereadores.
- D) município com mais de cinco milhões de habitantes terá o mínimo de quarenta e dois e o máximo de cinquenta e cinco vereadores.

04 Com base nos princípios a serem obedecidos pela administração pública, conforme a CF, podemos dizer que:

- A) a investidura em cargo público, emprego público e cargo em comissão depende, sempre, de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- B) os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, exclusivamente, por servidores ocupantes de cargos de carreira técnica ou profissional.
- C) às pessoas portadoras de deficiência fica assegurado, conforme a lei, percentual dos cargos e empregos públicos.
- D) a investidura em cargos públicos, atendendo a discricionariedade da Administração, deve ficar condicionada à vontade desta, que indicará os nomes que comporão seus quadros.

05 Deputados Federais e Senadores não poderão ser presos (salvo em flagrante de crime inafiançável), nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, desde sua:

- A) candidatura.
- B) eleição.
- C) diplomação
- D) posse

06 Compete exclusivamente à Justiça do Trabalho:

- A) julgar dissídios envolvendo servidores públicos e a Administração Pública, submetidos a regime estatutário
- B) anular arrematação de bem impenhorável, objeto de constrição em execução decorrente de suas sentenças
- C) julgar contratos envolvendo empresas e prestadores de serviços, submetidos ao artigo 1.216 do Código Civil
- D) recusar conciliação e julgamento em dissídios coletivos

07 Constituem, segundo a Constituição Federal, matérias vedadas à delegação:

- I - as reservadas à lei complementar;
 - II - as reservadas à lei ordinária;
 - III - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;
 - IV - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;
 - V - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.
- A) se as alternativas I, II, III, IV e V estão corretas.
 - B) se as alternativas II, IV e V estão corretas.

- C) se as alternativas I, III, IV e V estão corretas.
D) se as alternativas II, III e V estão corretas.

08 O Tribunal de Contas da União é considerado pela Constituição Federal como sendo:

- A) parte integrante do Poder Executivo;
B) um órgão auxiliar do Congresso Nacional, no que se refere ao controle externo;
C) órgão do Poder Judiciário, já que é um Tribunal;
D) vinculado diretamente ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

09 São atribuições exclusivas do Presidente da República:

- I - celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;
II - convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;
III - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Federal, na forma da lei;
IV - decretar e executar intervenção federal.

Assinale:

- A) se todas as alternativas são falsas;
B) se todas as alternativas são verdadeiras;
C) se somente as alternativas I e III estão corretas;
D) se somente as alternativas I, III e IV estão corretas;

10 O STF é composto por quantos Ministros? Qual a sua competência precípua?

- A) sete ministros; competindo-lhes a revisão constitucional;
B) onze ministros; competindo-lhes a guarda da Constituição;
C) doze ministros; competindo-lhes o julgamento dos Juizes;
D) vinte ministros; competindo-lhes julgar ação contra o Presidente da República.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa B
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 52

01 Declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, a lei deverá ter sua execução suspensa por ato:

- A) do próprio Supremo Tribunal Federal;
B) da Câmara dos Deputados;
C) do Congresso Nacional;
D) do Senado Federal.

02 Em face do estabelecido na Constituição Federal, a Medida Provisória:

- A) tem força de lei, mas deve ser apreciada pelo Congresso Nacional no prazo de 30 (trinta) dias;
B) não tem força de lei, pois é ato do Chefe do Poder Executivo, autoridade que não tem competência constitucional para legislar;
C) tem força de lei e vale por 60 (sessenta) dias, prazo constitucionalmente assegurado ao Congresso Nacional para rejeitá-la;
D) só poderá ser editada obedecidos os seguintes requisitos: urgência, relevância e autorização do Congresso Nacional.

03 A iniciativa de Emenda à Constituição pode ser de:

- A) dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
B) três quintos, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
C) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
D) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

04 Diante de agressão estrangeira armada à República Federativa do Brasil, o Chefe do Executivo Federal, preenchidos os requisitos constitucionais, poderá decretar estado de:

- A) emergência;

- B) beligerância;
- C) sítio;
- D) defesa.

05 O sistema de controle de constitucionalidade no Brasil é:

- A) político e difuso;
- B) jurisdicional e concentrado nas mãos do Supremo Tribunal Federal, único órgão competente para exercê-lo;
- C) político na via de ação direta e jurisdicional na via de exceção ou defesa;
- D) jurisdicional, combinados os critérios difuso e concentrado, este último pelo Supremo Tribunal Federal.

06 O inciso XIII do artigo 5º da Constituição Federal, que dispõe ser "livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer", é norma de eficácia:

- A) limitada;
- B) programática;
- C) plena;
- D) contida.

07 Quando a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, conceder-se-á:

- A) mandado de segurança coletivo;
- B) "habeas data";
- C) ação declaratória de constitucionalidade;
- D) mandado de injunção.

08 Os Deputados Federais e os Senadores não poderão ser presos, exceto em caso de flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa, desde a:

- A) expedição do diploma;
- B) proclamação oficial do resultado do pleito;
- C) posse solene;
- D) sessão legislativa inaugural.

09 São limites materiais ao poder de reforma da Constituição:

- A) os direitos e garantias individuais e coletivos; a República; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;
- B) a dignidade da pessoa humana; os direitos sociais; o pluralismo político; a cidadania; a soberania e a garantia do desenvolvimento nacional;
- C) a separação dos Poderes; os direitos e garantias individuais; o voto direto, secreto, universal e periódico e a forma federativa de Estado;
- D) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; a federação; a democracia representativa; a solução pacífica dos conflitos e a prevalência dos direitos humanos.

10 A competência para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato de Ministro de Estado é do:

- A) Supremo Tribunal Federal;
- B) Superior Tribunal Militar;
- C) Tribunal Regional Federal;
- D) Superior Tribunal de Justiça.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa D

01 A República Federativa do Brasil, em suas relações internacionais, rege-se pelos seguintes princípios, exceto:

- A)** independência nacional e prevalência dos direitos humanos;
- B)** soberania nacional e combate ao tráfico internacional de drogas;
- C)** autodeterminação dos povos e defesa da paz;
- D)** concessão de asilo político e igualdade entre os estados.

02 Assinale a opção incorreta:

Vigora, quanto à intervenção nos Estados ou Distrito Federal, as seguintes regras constitucionais:

- A)** permitida para manter a integridade nacional;
- B)** submissão do decreto ao Congresso Nacional no prazo de 24(vinte quatro) horas;
- C)** admitida para repelir invasão estrangeira;
- D)** a intervenção só se decretará, em qualquer caso, mediante solicitação do Supremo Tribunal Federal.

03 Assinale a opção incorreta:

Quanto ao instituto do veto, vigora na Constituição Federal as seguintes regras:

- A)** o Presidente da República pode vetar um projeto no todo ou em parte;
- B)** tem o Presidente da República prazo indefinido para vetar um projeto;
- C)** o veto parcial só abrange texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea;
- D)** o veto tem que ser apreciado em sessão conjunta dentro de 30(trinta) dias a contar do seu recebimento.

04 Marque a alternativa falsa:

- A)** a Constituição Federal reconhece duas formas de inconstitucionalidade: a inconstitucionalidade por ação e a inconstitucionalidade por omissão;
- B)** qualquer partido político pode propor ação direta de inconstitucionalidade;
- C)** ao Advogado Geral da União cabe defender o ato ou texto normativo inconstitucional;
- D)** a inconstitucionalidade das leis ou dos atos do Poder Público manifesta-se sob dois aspectos: o formal e o material e fere o princípio da necessária coerência e harmonia que deve existir entre as normas que constam do ordenamento jurídico.

05 Assinale a alternativa correta:

No direito constitucional brasileiro a propriedade privada é considerada:

- A)** direito individual cujo exercício não pode ser restringido mesmo em virtude de lei;
- B)** direito cujo exercício pode ser limitado pela necessidade ou utilidade públicas e pelo interesse social;
- C)** direito cujo exercício pode ser restringido somente em virtude de decisão judicial;
- D)** direito cujo exercício pode ser suprimido em caso de catástrofe ou calamidade pública.

06 Assinale a alternativa correta:

Nos termos da Constituição Brasileira, considera-se o Senado como verdadeiro Parlamento da Federação porque:

- A)** seus integrantes são eleitos por todo povo brasileiro;
- B)** os Senadores representam, igualitariamente, todos os Estados-membros;
- C)** a eleição para essa Casa Legislativa obedece ao princípio majoritário;
- D)** o Senado pode decretar e suspender a intervenção federal nos Estados.

07 Assinale a alternativa correta:

A concessão de anistia:

- A)** é atribuição do Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República;
- B)** é atribuição específica do Presidente da República;
- C)** é atribuição específica do Poder Judiciário com a anuência do Ministério Público;
- D)** é atribuição específica do Poder Executivo com a anuência do Congresso Nacional.

08 Assinale a alternativa correta:

Entre os princípios da Constituição econômica formal destacam-se:

- A)** a normatividade dos direitos sociais;
- B)** os princípios constitucionais da administração pública;
- C)** a defesa do consumidor e do meio ambiente;
- D)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humana, inclusive nas atividades desportivas.

09 Assinale a alternativa correta:

Insere-se no mecanismo de freios e contrapesos dos poderes:

- A)** o poder regulamentar;
- B)** a repartição de competências;

- C) a separação de poderes;
- D) editar medidas provisórias.

10 Assinale a alternativa correta:

A "Mutação Constitucional":

- A) consiste em emendas   Constitui o;
- B)   a mesma coisa que revisão constitucional;
- C)   denomina o reservada   altera es informais feitas na substância da Constitui o, sobretudo através da interpreta o judicial;
- D) não   admitida no sistema brasileiro, uma vez que nossa Constitui o   rígida.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 54

01 Incluem-se entre os princípios fundamentais da Constitui o:

- A) a pluralidade orçamentária e soberania;
- B) a descentraliza o administrativa e a cidadania;
- C) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- D) a valoriza o dos Municípios e o controle do Poder Executivo.

02 A República Federativa do Brasil, em sua rela es internacionais, rege-se pelos seguintes princípios, exceto:

- A) independência nacional e prevalência dos direitos humanos;
- B) soberania nacional e combate ao tráfico internacional de drogas;
- C) autodetermina o dos povos e defesa da paz;
- D) soluço pacífica dos conflitos e repúdio ao terrorismo e ao racismo.

03 Com rela o ao preso e   prisão, assinale a afirmativa incorreta:

- A) a prisão legal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária;
- B) o preso tem direito   identifica o dos responsáveis por seu interrogatório policial;
- C) ninguém será levado   prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, sem fiança;
- D) o preso tem direito   identifica o dos responsáveis por sua prisão.

04 Caso uma lei seja declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal por decisão definitiva, ao Senado Federal caberá:

- A) suspender totalmente sua execu o, vedada a suspensão de apenas uma parte da lei;
- B) avaliar quanto   procedência da decisão do STF;
- C) requerer revisão do processo que decidiu pela inconstitucionalidade;
- D) suspender sua execu o, no todo ou em parte.

05 Dentre os bens da União não estão incluídos:

- A) os rios que banhem mais de um Estado (pois a estes pertencem);
- B) as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios (por serem consideradas propriedades privadas);
- C) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva (por pertencerem   PETROBRÁS, que   uma sociedade an nima);
- D) todos os bens relacionados nos itens anteriores pertencem   União.

06 Assinale a alternativa incorreta, partindo do seguinte: "A União poderá intervir nos Estados"

- A) se for cassado o mandato do Governador;
- B) se o Estado deixar de entregar aos Municípios as receitas tributárias previstas na Constitui o, dentro dos prazos estabelecidos em lei;
- C) para assegurar a autonomia municipal;
- D) para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federa o em outra.

07 Assinale a alternativa correta:

- A)** o servidor investido no mandato de Prefeito, Governador ou Presidente da República perderá o seu cargo, emprego ou função;
- B)** o servidor investido no mandato de Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador ficará afastado do seu cargo, emprego ou função;
- C)** o servidor investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários poderá acumular essa função com as do seu cargo, emprego ou função pública, desde que opte por uma das remunerações;
- D)** o servidor investido no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, poderá acumular as suas funções de Prefeito com as funções de seu cargo, emprego ou função pública, desde que opte por uma das remunerações.

08 O servidor será aposentado _____ com proventos _____ se acometido de doença grave; compulsoriamente aos _____ nos de idade se homem ou _____ se mulher, com proventos _____.

Marcar entre as alternativas abaixo, a seqüência que preenche corretamente as lacunas:

- A)** voluntariamente, proporcionais, setenta, sessenta e cinco, integrais;
- B)** por invalidez permanente, proporcionais, setenta, sessenta e cinco, proporcionais;
- C)** por invalidez permanente, integrais, setenta, setenta, proporcionais;
- D)** compulsoriamente, integrais, setenta, setenta, proporcionais;

09 Os atos de improbidade administrativa importarão:

- I - suspensão dos direitos políticos
- II - perda da função pública
- III - indisponibilidade dos bens
- IV - ressarcimento ao erário

- A)** todas estão corretas;
- B)** somente a III está errada;
- C)** I e II estão erradas;
- D)** somente a IV está errada.

10 São direitos dos servidores públicos, exceto:

- A)** remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;
- B)** repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;
- C)** Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- D)** irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa A
- Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 55

01 Pode-se afirmar como correto quanto ao conceito, classificação, objeto e interpretação da Constituição:

- A)** Constituição é todo ato do poder constituinte originário, exclusivamente
- B)** a Constituição estabelece os pressupostos de criação, vigência e execução das normas do resto do ordenamento jurídico, seu conteúdo e unidade, em todos os casos
- C)** Constituição é o complexo de normas fundamentais de um dado ordenamento jurídico, escritas ou não escritas, que regulam a sua própria criação
- D)** Constituição é referência obrigatória de todo sistema jurídico, uma vez que estabelece em seu próprio corpo as formas como poderá ser reformada e a predominância das normas infraconstitucionais.

02 Quanto ao poder constituinte originário e derivado é correto dizer:

- A)** no direito internacional, visando a convivência pacífica entre os Estados soberanos, vigoram os princípios da cooperação e do mútuo respeito, sobre a normas internas, em todos os casos

- B)** institui-se a Constituição, instrumento essencial de limitação jurídica do poder político, e instrumentaliza-se, completamente, a racionalização do processo do poder
- C)** instaura-se o Estado de direito, integralmente, na dimensão sócio-política
- D)** definem-se as formas político-jurídicas caracterizadoras da nova comunidade estatal e proclamam-se, revestidas do mais alto grau de positividade jurídica, as liberdades públicas.

03 Em função do controle de constitucionalidade das leis ou de sua inconstitucionalidade e controle difuso é verdadeiro afirmar:

- A)** compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, somente, no todo, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, desde a Constituição de 1934
- B)** compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de defesa ou exceção, somente de tratado ou lei federal
- C)** compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de defesa ou exceção, somente quando contrariar dispositivo da Constituição
- D)** compete ao Supremo Tribunal Federal a declaração de inconstitucionalidade, por via de ação direta, de lei ou ato normativo federal ou estadual

04 Em decorrência da aplicabilidade das normas constitucionais é válido afirmar:

- A)** os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, admitindo-se, neste caso invocação de direito adquirido ou excesso a qualquer título
- B)** os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios federais mediante plebiscito, do Congresso Nacional, por lei ordinária
- C)** compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social
- D)** o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

05 Sobre os direitos fundamentais é preciso dizer:

- A)** os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso invocação de direito adquirido ou excesso a qualquer título
- B)** o direito adquirido derivado do ato jurídico perfeito ou da coisa julgada, que já tenha sido efetivamente incorporado ao patrimônio do titular e, por essa razão - depende do prévio e anterior pleno exercício, não mais pode ser subtraído
- C)** proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 14 (quatorze) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos
- D)** a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

06 Compete à União:

- A)** explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionário estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União
- B)** organizar e manter a polícia federal, a polícia rodoviária e ferroviária federais, bem como a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal e dos Territórios
- C)** explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais
- D)** exercer a classificação, para efeito indicativo e de censura, na forma da lei, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão.

07 Quanto aos Estados Federados é correto afirmar:

- A)** cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para sua regulamentação
- B)** a eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á noventa dias antes do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente
- C)** cabe aos Estados explorar diretamente, ou mediante concessão a empresa estatal ou privada, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado

D) os Estados poderão, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

08 Em relação ao controle da administração pública é correto:

A) o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar

B) somente por lei complementar poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei específica, neste último caso, definir as áreas de atuação

C) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei

D) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, exclusivamente, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

09 Quanto à intervenção é correto enunciar:

A) compete privativamente ao STF decretar a intervenção federal

B) a União intervirá nos Estados para prover a execução de lei federal, sendo dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional quando o decreto limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade

C) a decretação da intervenção não dependerá, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do STF, STJ ou do TSE

D) a decretação da intervenção não dependerá, no caso de garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da federação, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, ou de requisição do STF.

10 Dentre as funções do Poder Legislativo é verdadeiro:

A) compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado

B) compete privativamente ao Congresso Nacional processar e julgar o Presidente e o Vice Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles

C) compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar os Ministros do STF, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade

D) compete ao Senado Federal fixar subsídio dos Ministros do STF, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados e do STF.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa C

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 56

01 O tema da interpretação constitucional apresenta diversos desdobramentos interessantes. A respeito do assunto, assinale a opção que consigna afirmação correta.

A) Pelo princípio da interpretação conforme a Constituição, o aplicador evita declarar inconstitucional uma norma, buscando um sentido teleológico do preceito que o compatibilize com a Constituição, sendo irrelevante para esse esforço o sentido literal da norma.

B) O princípio da concordância prática ou da harmonização, numa sociedade democrática, determina que se dê sempre prevalência aos bens protegidos como direitos fundamentais em caso de conflito com outros bens também constitucionalmente protegidos.

C) Segundo o princípio da força normativa da Constituição, os critérios interpretativos teleológico e histórico devem invariavelmente preponderar sobre o sistemático e o gramatical, quando se tratar de interpretar e aplicar a norma constitucional.

D) Segundo o princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser consideradas, não isoladamente, mas como preceitos integrados num sistema interno unitário de regras e princípios.

E) Segundo o princípio da conformidade funcional, as normas constitucionais devem ser interpretadas de acordo com a função que exercem para o progresso material do país.

02 Assinale a opção correta.

- A)** Na vigência da Constituição de 1988, toda lei que fixe limite de idade para o ingresso em carreira do serviço público é inconstitucional.
- B)** O Ministério Público tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público.
- C)** Pessoas jurídicas, inclusive de direito público, podem ser titulares de direitos fundamentais.
- D)** A Constituição Federal não tolera nenhum tratamento legislativo diferenciado entre homem e mulher, a não ser os que prevê taxativamente no seu texto.
- E)** Os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, não podem ter por sujeitos passivos pessoas físicas.

03 Assinale a opção correta.

- A)** O duplo grau de jurisdição constitui direito fundamental dos indivíduos, decorrente do direito de acesso ao Judiciário.
- B)** Em nenhuma hipótese a Constituição Federal admite a pena de morte.
- C)** O princípio constitucional da soberania dos veredictos do júri impede que juízes togados julguem pedido de revisão criminal de condenação proferida em tribunal do júri.
- D)** Não constitui prova ilícita a gravação de conversa telefônica, como meio de legítima defesa, feita por um dos interlocutores, sem o conhecimento do outro.
- E)** A existência, num processo penal, de prova ilicitamente obtida contamina necessariamente todo o feito, tornando-o nulo.

04 Sobre as comissões parlamentares de inquérito, assinale a opção correta.

- A)** As comissões parlamentares de inquérito dispõem de todos os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, estando hoje assentado que podem, inclusive, decretar a busca e apreensão de documentos em escritórios e residências particulares.
- B)** As comissões parlamentares de inquérito não têm o poder de anular atos do Executivo.
- C)** As comissões parlamentares de inquérito podem decretar a quebra do sigilo bancário e telefônico de investigados, não necessitando motivar tais decisões, dada a sua natureza política.
- D)** As comissões parlamentares de inquérito têm o poder de promover a responsabilidade penal dos responsáveis por danos ao interesse público que tiverem apurado.
- E)** As comissões parlamentares de inquérito não têm legitimidade para sindicatar fatos relacionados com negócios realizados entre particulares.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Nenhum brasileiro pode ser extraditado.
- B)** Durante o período de prisão albergue, o condenado por sentença criminal transitada em julgado não sofre a suspensão dos seus direitos políticos.
- C)** Atos de improbidade administrativa acarretam a perda dos direitos políticos.
- D)** Somente brasileiros podem titularizar cargos públicos.
- E)** O analfabeto não possui capacidade eleitoral passiva.

06 A respeito do federalismo brasileiro é correto afirmar:

- A)** A Constituição Federal adotou sistema de repartição horizontal de competências, não acolhendo o sistema de repartição vertical.
- B)** Incumbe ao Supremo Tribunal Federal apreciar pedido de requisição de intervenção federal em Estado-membro por descumprimento de ordem judicial provida da Justiça do Trabalho, mesmo que a decisão não tenha discutido questão constitucional.
- C)** Para garantir a execução de lei federal, a Constituição prevê a intervenção federal nos municípios brasileiros que sistematicamente a descumprirem, desde que provida representação para fins interventivos do Procurador-Geral da República, ajuizada perante o Superior Tribunal de Justiça.
- D)** Segundo o modelo clássico do Estado federal, acolhido pelo constituinte brasileiro, os Estados-membros participam da formação da vontade da União, por meio dos seus representantes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- E)** O Município pode legislar sobre horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais e bancários no seu território.

07 Assinale a opção correta.

- A)** É constitucionalmente ilegítimo o projeto de lei sobre matéria da iniciativa exclusiva do Presidente da República que foi proposto por grupo de parlamentares no Congresso Nacional, mesmo que a lei tenha sido sancionada pelo Chefe do Executivo.

B) Num projeto de lei do Chefe do Executivo que concede gratificação a certa categoria de servidores da Administração Pública Direta, é legítima a emenda parlamentar que estende a vantagem a outras categorias do serviço público, que estejam sob as mesmas condições da beneficiada inicialmente, sob o fundamento da isonomia.

C) Não há impedimento a que, num projeto de lei, fixando novos vencimentos para certa carreira do serviço público, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, seja aprovada emenda parlamentar sobre tema diverso, modificando regras sobre promoção de militares.

D) A Constituição veda a apresentação de emendas parlamentares a projeto de lei de iniciativa popular.

E) As regras básicas do processo legislativo federal referentes a reserva de iniciativa são facultativamente seguidas pelos Estados-membros.

08 Uma medida provisória majorou, no ano 2000, certo imposto. Diante desse fato assinale a opção que consigna uma afirmativa correta.

A) Essa medida provisória é inconstitucional, uma vez que o instrumento não é apto para dispor sobre tributos.

B) O imposto majorado somente poderá ser cobrado no ano seguinte àquele em que a medida provisória tiver sido convertida em lei.

C) O imposto majorado somente poderá ser cobrado um ano após a conversão da medida provisória em lei.

D) O imposto majorado poderá ser cobrado em 2001, mesmo que a medida provisória não tenha ainda sido convertida em lei, desde que não tenha sido rejeitada e que venha sendo reeditada regularmente.

E) O imposto aumentado poderá ser cobrado em 2001, mas apenas depois de convertida a medida provisória em lei definitiva, em face do princípio da segurança jurídica.

09 Assinale a opção correta.

A) O juízo de conveniência e oportunidade da autoridade administrativa, quando atua com poderes discricionários, pode ser substituído pelo do Judiciário, quando provocado pelo Ministério Público em ação civil pública.

B) Provando a Administração Pública que praticou ato lícito, ainda que dele tenha resultado prejuízo para o particular, não é cabível a indenização com base na responsabilidade civil do Estado.

C) A Administração Pública deve provar o dolo ou a culpa do servidor, para dele obter o que pagou a particular a título de indenização por responsabilidade civil do Estado.

D) O caso fortuito e a força maior não descaracterizam a responsabilidade civil do Estado por dano ao particular.

E) O Estado não é, em princípio, civilmente responsável pela morte de internos em penitenciárias, que hajam sido mortos, ali, por outros presos.

10 Sobre o Ministério Público, como previsto na Constituição Federal e compreendido pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar:

A) O Ministério Público pode propor ação civil pública em que, incidentalmente, pede a declaração de inconstitucionalidade de uma lei federal ou estadual.

B) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública para impugnar a instituição arbitrária de imposto.

C) O direito brasileiro não reconhece a figura jurídica do promotor natural.

D) As funções do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União devem ser exercidas por membros do Ministério Público Federal, no plano federal, e por membros do Ministério Público estadual, no plano dos Estados-membros.

E) A chefia do Ministério Público pelo Procurador-Geral estabelece na instituição uma hierarquia administrativa e funcional.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa C

Questão 3 alternativa D

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa E

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa D

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa A

01 Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe:

- A)** processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual.
- B)** julgar os crimes de responsabilidade do Procurador Geral da República.
- C)** Processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual.
- D)** nos crimes comuns, processar e julgar, originariamente, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- E)** julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município brasileiro.

02 Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o artigo 192, § 3º, da Constituição Federal, que determina as taxas de juros reais no limite de doze por cento ao ano, é uma norma constitucional:

- A)** de eficácia limitada, uma vez que apresenta aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incide sobre a fixação dos juros reais, após uma normatividade ulterior que lhe desenvolva a aplicabilidade.
- B)** de eficácia plena, pois produz, ou tem possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, para a fixação dos juros reais que quis regular.
- C)** de eficácia contida, pois o legislador constituinte regulou suficientemente a fixação dos juros reais, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer.
- D)** sem eficácia jurídica, porque não reflete a realidade financeira do país.
- E)** de eficácia plena, nos termos do princípio "da máxima efetividade constitucional".

03 Quando da promulgação de nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da Constituição anteriormente vigente, mas continua válida pela teoria:

- A)** repristinação.
- B)** da desconstitucionalização.
- C)** da recepção.
- D)** da derrogação.
- E)** da poder constituinte derivado.

04 Assinale a alternativa correta:

- A)** As hipóteses de aquisição originária da nacionalidade prevista no artigo 12, inciso I, da Constituição Federal, são exemplificativas, podendo o legislador ordinário criar outras hipóteses de aquisição da nacionalidade.
- B)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, adquirem a nacionalidade brasileira se, em qualquer tempo, vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- C)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, adquirem a nacionalidade brasileira se, antes da maioridade, forem registrados em repartição brasileira competente ou vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- D)** A lei pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, nos casos previstos na Constituição Federal. Com relação aos cargos privativos, são exclusivos de brasileiro nato os seguintes cargos: Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; carreira diplomática; oficial das Forças Armadas Ministro de Estado da Defesa.
- E)** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição brasileira.

05 Assinale a alternativa errada:

- A)** As palavras sufrágio e voto são empregadas comumente como sinônimos. A Constituição Federal, no entanto, dá-lhes sentidos diferentes: sufrágio é direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal; o voto é o instrumento de exercício do direito de sufrágio.
- B)** O plebiscito é consulta posterior sobre determinado ato governamental para ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia; o referendo é consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser, posteriormente, discutida pelo Congresso Nacional.
- C)** A inelegibilidade absoluta abrange os estrangeiros, os conscritos e os analfabetos.
- D)** Para candidatar-se à reeleição o Chefe do Poder Executivo não precisa desincompatibilizar-se do mesmo cargo.
- E)** O primado da idéia republicana - cujo fundamento ético-político repousa no exercício do regime democrático e no postulado da igualdade - rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos. Por este motivo são inelegíveis, no território de circunscrição do titular dos cargos de Chefe do Poder Executivo, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

06 Com relação à medida provisória estadual, o Supremo Tribunal Federal entende que:

- A)** nada impede a criação da medida provisória estadual nas Constituições Estaduais, devendo-se apenas obedecer aos limites previstos na Constituição Federal, que sempre será o modelo básico a ser seguido pelas Constituições Estaduais.
- B)** não pode ser criada a medida provisória estadual porque é exceção ao princípio segundo o qual cabe ao Poder Legislativo legislar; sendo exceção, a sua interpretação deve ser restritiva, nunca ampliativa.
- C)** é possível, mediante criação do poder constituinte derivado, sem limites previstos na Constituição Federal.
- D)** não pode ser criada, por determinação expressa do texto constitucional federal.
- E)** a criação de medida provisória estadual depende de emenda à Constituição Federal que permita esta inovação estadual, sob pena de ferir o princípio federativo.

07 Assinale a alternativa errada:

A Constituição Federal assegura expressamente, em seu artigo 5º:

- A)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.
- B)** a certidão de óbito, aos reconhecidamente pobres.
- C)** a assistência jurídica integral, mediante comprovação da insuficiência de recursos.
- D)** a gratuidade do habeas data.
- E)** a impenhorabilidade do bem de família.

08 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A)** construir uma sociedade livre, garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais.
- B)** o pluralismo político, preservar os valores sociais do trabalho e livre iniciativa e solução pacífica dos conflitos.
- C)** a igualdade entre os Estados, garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza.
- D)** promover o bem de todos, sem qualquer discriminação, repudiar o terrorismo e o racismo e preservar a independência nacional.
- E)** dignificar a pessoa humana, valorizar o trabalho e a livre iniciativa.

09 Não é possível aos Estados:

- A)** legislar sobre assuntos de interesse concorrente, se a União não o fez.
- B)** legislar sobre assuntos de competência privativa da União, mediante autorização específica de lei complementar federal.
- C)** legislar em matéria tributária, com competência remanescente.
- D)** legislar sobre transporte intermunicipal.
- E)** legislar com competência remanescente, no âmbito federativo, sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.

10 A intervenção do Estado no Município ocorrerá:

- A)** na forma que a Constituição Estadual dispor, devendo o ato interventivo do Governador ser apreciado, obrigatoriamente, pela Assembléia Legislativa, em obediência ao princípio da representação popular.
- B)** para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- C)** por decreto interventivo do Governador, submetido ao Senado Federal que, como órgão representativo dos Estados, declarará a legalidade ou ilegalidade do decreto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- D)** para exigir a aplicação da receita municipal na manutenção e desenvolvimento de projetos de habitação popular.
- E)** por decreto interventivo do Governador, obedecidas as exigências formais de especificar sua amplitude, o prazo e as condições de execução, sem interferências dos outros Poderes para garantir o princípio da independência dos Poderes.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa E
- Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 58

01 Pedido de licença para processar criminalmente deputado federal, que não foi apreciado pela Câmara dos Deputados, implicará

- A)** absolvição in limine do deputado.
- B)** interrupção do prazo de prescrição do crime até o início da legislatura seguinte.
- C)** pagamento de fiança pelo parlamentar.
- D)** suspensão do prazo prescricional do crime até o fim do mandato do deputado.
- E)** recebimento imediato da denúncia ou queixa-crime pelo STF.

02 Candidato a Presidente da República, registrado pelo partido X, obteve, na eleição, 40 milhões de votos. Os demais candidatos somaram, juntos, 35 milhões de votos, havendo 8 milhões de votos em branco e nulos. Nesse caso, o candidato mais votado

- A)** participará de nova eleição, que desprezará, então, os votos em branco e nulos.
- B)** concorrerá à nova eleição, já que os votos em branco e nulos, somados aos dos concorrentes, suplantaram os votos por si obtidos.
- C)** será considerado eleito Presidente da República.
- D)** participará de um segundo turno eleitoral com o candidato que obteve a segunda melhor votação.
- E)** participará de nova eleição, que não desprezará os votos em branco e nulos.

03 Proposta de emenda constitucional, depois de votada conforme as exigências da Constituição Federal, converter-se-á em emenda constitucional quando for

- A)** promulgada pela mesa diretora do Congresso Nacional.
- B)** sancionada e promulgada pelo Presidente da República.
- C)** promulgada pela mesa diretora do Senado Federal.
- D)** promulgada pela mesa diretora da Câmara dos Deputados.
- E)** promulgada pelas mesas das duas Casas do Congresso Nacional.

04 São inconstitucionais leis ou atos normativos discriminatórios, não autorizados pela Constituição Federal, entre pessoas em situação de igualdade. O sacrifício imposto a pessoas, discriminado-as em face de outras na mesma situação, é inconstitucional. Para corrigir essa desigualdade é acionado o Poder Judiciário. A decisão judicial poderá

- A)** estender a situação jurídica detrimetosa a todas as pessoas.
- B)** declarar, apenas por via incidental, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
- C)** declarar, apenas por via principal, a inconstitucionalidade do ato discriminatório.
- D)** declarar, dependendo da provocação, a inconstitucionalidade do ato discriminatório tanto por via incidental como por via principal.
- E)** deferir, se impetrada, ordem de injunção.

05 Vetado parcialmente projeto de lei, a parte que mereceu sanção é promulgada e publicada pelo Presidente da República. Apreciado o veto pelo Congresso Nacional, este o rejeita. Neste caso, a parte que foi vetada, e agora é promulgada, vigorará a partir do momento

- A)** de sua promulgação pelo Congresso Nacional.
- B)** em que entrou em vigor a parte do projeto de lei desde logo sancionada.
- C)** da publicação da parte não vetada.
- D)** de sua publicação.
- E)** de sua sanção e promulgação pelo Presidente da República.

06 Projetos de lei de iniciativa exclusiva de Tribunais e do Poder Executivo são propostos amiúde. O exercício do poder de emenda, deferido aos congressistas, constitui incidente do processo legislativo. Em princípio, a função de emendar esses projetos de lei é inerente à função de legislar. Quem pode legislar, poderá emendar. A Constituição tem que prever expressamente as vedações ao poder de emendar, que podem ser absolutas (que impedem o oferecimento de quaisquer emendas), quase absolutas (que impedem o oferecimento de determinadas emendas) e relativas. Isto posto, há vedação absoluta ao poder de emenda

- A)** no caso de delegação legislativa ao Presidente da República, se a resolução do Congresso Nacional determinar a apreciação do projeto a posteriori.
- B)** na tramitação de projeto de lei de codificação.
- C)** no caso de rejeição de medida provisória, quando o Congresso Nacional disciplina as relações jurídicas delas decorrentes.
- D)** no complexo procedimento legislativo de edição de emenda constitucional.
- E)** depois de aprovado o projeto de lei, mas antes de subir à sanção presidencial.

07 Lei anterior à Constituição recém promulgada, e com esta incompatível, implicará, de acordo com atual orientação do STF,

- A)** inconstitucionalidade da lei, devendo ser declarada por via principal.
- B)** diferimento eficaz da lei anterior pelo Poder Legislativo.
- C)** ação direta de inconstitucionalidade para cindir a lei.
- D)** revogação da lei.
- E)** prossegue ação direta de inconstitucionalidade impetrada antes da nova Constituição.

08 A técnica de interpretação conforme a Constituição somente é utilizável quando a norma impugnada permite

- A)** uma só interpretação razoável e justa.
- B)** aplicação do princípio de proporcionalidade entre meio e fim da exigência legislativa.
- C)** várias interpretações da norma impugnada, das quais uma seja compatível com a Constituição.
- D)** verificar a univocidade de seu sentido,
- E)** alteração inequívoca do sentido da norma impugnada.

09 Medida provisória recém editada tem o efeito imediato de inovar a ordem jurídica, mas o conteúdo jurídico que veicula somente adquire estabilidade normativa a partir do momento de sua conversão em lei pelo Congresso Nacional. Por outro lado, a rejeição parlamentar do projeto de sua conversão em lei ocasionará

- A)** a desconstituição ex nunc de sua eficácia jurídica.
- B)** autorização para que o Presidente da República reedite outra com o mesmo conteúdo.
- C)** autorização para que o Presidente da República edite outra afetando aspectos não essenciais daquela anteriormente repudiada pelo Congresso Nacional.
- D)** a desconstituição ex tunc de quaisquer atos editados com fundamento no ato presidencial repellido pelo Congresso Nacional.
- E)** a declaração de insubsistência da lei por parte da Mesa do Senado Federal.

10 O congressista, no exercício do cargo de ministro, de Estado,

- A)** não perde a imunidade parlamentar material,
- B)** não goza de imunidade parlamentar material e processual.
- C)** não poderá ser processado sem licença de sua casa legislativa.
- D)** somente poderá ser processado se houver licença da Câmara e do Senado.
- E)** não perde a imunidade material e processual.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa D
- Questão 5 alternativa D
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 59

01 No sistema brasileiro de controle de constitucionalidade das leis ou atos normativos, pode-se afirmar que:

- A)** na arguição de inconstitucionalidade de lei por via de exceção, competirá ao interessado a propositura de ação declaratória incidental, com vistas à formação de coisa julgada material sobre questão judicial;
- B)** uma vez sendo declarada pelo Supremo Tribunal Federal, em ação direta, a inconstitucionalidade de lei federal, o julgamento tem eficácia erga omnes, dispensando a suspensão da execução da lei pelo Senado;
- C)** a declaração de inconstitucionalidade de ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal, tendo sido a questão suscitada por meio de exceção, tem eficácia condicionada à suspensão de ato pelo Senado;
- D)** no julgamento da inconstitucionalidade, em tese, a cessação da eficácia da lei outorgada, ou do ato normativo, dependerá de ato expresso anulatório da norma impugnada baixada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

02 No ordenamento jurídico brasileiro, a declaração de inconstitucionalidade, por meio de ação direta, de leis municipais que ofendam diretamente a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- A)** não é admitida;
- B)** é feita pelo Tribunal de Justiça do Estado do respectivo Município;
- C)** somente pode ser feita pelo Supremo Tribunal Federal;
- D)** é feita pelo Superior Tribunal de Justiça.

03 No âmbito do Poder Judiciário brasileiro, o controle de constitucionalidade das leis, pela via de exceção, pode ser feito:

- A)** somente pelo Superior Tribunal de Justiça;
- B)** apenas pelo Supremo Tribunal Federal;
- C)** apenas pelos Tribunais de Justiça dos Estados;
- D)** por qualquer Juiz.

04 Os preceitos contidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelecem que:

- A)** em caso de dano contra terceiros, o servidor público há de responder civilmente, independentemente da configuração de dolo ou culpa;
- B)** a lei pode determinar, em qualquer hipótese, limite de idade para admissão no serviço público;
- C)** é vedada a acumulação de proventos de aposentadoria à conta do regime previdenciário mencionado no artigo 40 da Constituição, ressalvadas as aposentadorias acumuláveis, segundo norma constitucional;
- D)** tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o servidor não poderá ser afastado de seu cargo, emprego ou função.

05 O Estado Democrático de Direito possui os seguintes fundamentos:

- A)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a fidelidade partidária;
- B)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político;
- C)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, o desenvolvimento nacional, a fidelidade partidária;
- D)** a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a filiação partidária, o valor social do trabalho.

06 Sobre os direitos sociais dos trabalhadores, previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é CORRETO afirmar que:

- A)** podem ser restringidos, em algumas hipóteses, por meio de negociações coletivas;
- B)** não podem ser alterados em prejuízo dos trabalhadores;
- C)** só podem ser alterados em casos de força maior, devidamente comprovada;
- D)** podem ser restringidos, desde que haja a anuência escrita do interessado.

07 São privativos de brasileiro nato os seguintes cargos:

- A)** Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- B)** Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidentes de Partidos Políticos;
- C)** Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidentes de Organismos Internacionais com sede no país;
- D)** Presidente e Vice-Presidente da República, Presidente do Senado Federal, Presidente da Câmara dos Deputados e Governadores de Estados.

08 Sobre os partidos políticos, é CORRETO afirmar que:

- A)** é livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção; não possuem autonomia para definir a sua estrutura interna, pois seus estatutos deverão ser aprovados pelo Congresso Nacional;
- B)** é livre a sua criação, fusão e extinção; eles têm autonomia para receber recursos financeiros de entidades e/ou governos estrangeiros e estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;
- C)** é livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção; eles têm autonomia para definir a sua estrutura interna e estatutos registrados no Supremo Tribunal Federal;
- D)** é livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção; eles têm autonomia para definir a sua estrutura interna e estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral.

09 De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são:

- A)** obrigatórios para os maiores de 16 anos e maiores de 70 anos de idade;
- B)** obrigatórios para todos os brasileiros natos e naturalizados, a partir de 16 anos de idade;
- C)** obrigatórios para os maiores de 18 anos de idade e facultativos para os maiores de 16 anos e menores de 18 anos de idade;
- D)** facultativos para os analfabetos, maiores de 18 anos e de 70 anos de idade.

10 Legislar sobre o Direito Eleitoral é competência:

- A)** privativa dos Estados;
- B)** privativa da União;
- C)** concorrente da União e dos Estados;
- D)** concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa A
Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa B
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 60

01 Assinale a opção correta.

- A)** Emenda à Constituição pode instituir a pena de morte para crimes hediondos.
- B)** Deve ser considerada inconstitucional toda a emenda à Constituição que tenha por objeto dispositivo protegido como cláusula pétrea.
- C)** Somente os direitos e garantias individuais previstos expressamente no art. 5º da Constituição estão protegidos contra emendas à Constituição.
- D)** É inconstitucional emenda à Constituição que crie imposto da União, sujeitando a tal imposto não somente pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, como também pessoas jurídicas de direito público, como Estados e Municípios.
- E)** Por meio de proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, o Congresso Nacional pode votar e promulgar emenda à Constituição que transforme o Estado Federal brasileiro em Estado unitário.

02 Da constituição que resulta do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborar o texto constitucional, diz-se que se trata de uma constituição:

- A)** Outorgada
- B)** Histórica
- C)** Imutável
- D)** Promulgada
- E)** Dirigente

03 Assinale a opção correta.

- A)** A garantia constitucional do direito adquirido não pode ser invocada para se obstar a incidência de norma constitucional editada pelo Poder Constituinte Originário.
- B)** De acordo com a jurisprudência pacífica do STF, é inconstitucional a lei que diverge de norma constante de tratado sobre direitos humanos de que o Brasil seja parte.
- C)** As emendas à Constituição têm status hierárquico inferior às normas da Constituição elaboradas pelo próprio poder constituinte originário.
- D)** Normas que constituem cláusulas pétreas têm status hierárquico superior ao das demais normas constantes do texto constitucional.
- E)** Normas constitucionais que não sejam auto-executáveis não possuem valor jurídico, exprimindo, tão-somente, um programa político de governo.

04 Suponha que uma lei recém-editada venha a ser declarada inconstitucional pelo STF, em uma ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.

- A)** A declaração de inconstitucionalidade, em princípio, não tem como interferir sobre as relações jurídicas formadas antes do julgamento do STF.
- B)** A declaração de inconstitucionalidade somente terá eficácia depois que a lei tida como inválida for suspensa pelo Senado Federal.
- C)** Dado o enunciado da questão, é possível afirmar que, necessariamente, a lei em questão não é municipal.
- D)** Se o autor da ação direta de inconstitucionalidade for uma autoridade federal, é possível afirmar que, necessariamente, a lei será federal.

E) Nada impede que, numa ação declaratória de constitucionalidade, posteriormente ajuizada, o STF reveja a sua posição e afirme a validade e plena eficácia da lei que antes dissesse ser inconstitucional.

05 Assinale a opção correta.

A) Uma constituição que não prevê procedimento de reforma do seu texto é denominada constituição rígida.

B) Uma proposta de emenda à Constituição rejeitada no Congresso Nacional somente pode ser reapresentada para deliberação em uma outra legislatura.

C) Por expressa determinação constitucional, admite-se que proposta de emenda à Constituição seja apresentada no Congresso Nacional por iniciativa popular.

D) A proposta de emenda à Constituição aprovada na Câmara dos Deputados, mas rejeitada no Senado Federal, pode ser promulgada se a Câmara, em novo escrutínio, mantiver o texto inicial.

E) Tanto a proposta de emenda à Constituição como a própria emenda à Constituição podem ser declaradas inconstitucionais pelo Judiciário.

06 Sabendo que o Código Tributário Nacional (CTN) foi editado antes da Constituição de 1988, sob a forma de lei ordinária, é possível afirmar que as normas do CTN que regulam limitações constitucionais ao poder de tributar

A) continuam em vigor, desde que o seu conteúdo seja concordante com as normas da Constituição de 1988.

B) são consideradas revogadas pela nova Constituição, uma vez que esta exige para o tratamento da matéria o instrumento normativo da lei complementar. Resguardam-se, porém, direitos adquiridos.

C) podem ser declaradas, pelo STF, em ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucionais, por não se revestirem da forma de lei complementar.

D) são tecnicamente consideradas repristinadas pela nova ordem constitucional, depois de assim afirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

E) uma vez que o poder constituinte originário dá início ao ordenamento jurídico, as normas referidas no enunciado devem ser tidas como revogadas desde o advento da Constituição de 1988, nada obstando, porém, que o Congresso Nacional as revigore expressamente, por ato legislativo com efeitos retroativos.

07 Não constitui direito fundamental do trabalhador:

A) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

B) décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

C) proibição de diferença de salários por motivo de idade.

D) descanso aos domingos.

E) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

08 Assinale a opção correta.

A) É ilegítimo, por ferir a garantia constitucional da ampla defesa, todo indeferimento de prova pedida por acusado em processo administrativo.

B) O indivíduo que invoca motivo de crença religiosa para se eximir de obrigação legal a todos imposta e que se recusa a cumprir prestação alternativa fixada em lei pode ser privado de direitos.

C) Não se pode declarar inconstitucional uma lei pelo fato de ela ser manifestamente desarrazoada.

D) O membro do Ministério Público pode decretar a prisão de pessoa submetida à sua investigação criminal, sempre que isso for necessário para proteger testemunhas do caso.

E) Porque a vida privada é inviolável, repugna ao sistema constitucional brasileiro a quebra de sigilo bancário.

09 A respeito da intervenção federal, assinale a opção correta.

A) A União pode requerer a intervenção federal em qualquer outra entidade da Federação brasileira que descumpra decisão do Supremo Tribunal Federal.

B) Qualquer Município brasileiro que, na esfera da sua competência, não esteja protegendo os direitos básicos da pessoa humana, sujeita-se à intervenção federal.

C) Qualquer Estado-membro que suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, sujeita-se à intervenção federal.

D) Antes de decretar a intervenção federal, o Presidente da República deve, em qualquer caso, aguardar provimento do Supremo Tribunal Federal de representação para fins interventivos, proposta pelo Advogado-Geral da União.

E) Nada impede que seja votada e promulgada emenda à Constituição, estando em curso uma intervenção federal.

10 Assinale a opção correta.

A) Das decisões do Tribunal de Contas da União não cabe revisão judicial.

B) O Supremo Tribunal Federal é o foro próprio para o julgamento de mandado de segurança contra ato do Presidente da República.

- C)** O Supremo Tribunal Federal tem competência exclusiva para julgar o Presidente da República nas ações populares propostas contra ele.
D) Somente o Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal.
E) Incumbe ao Tribunal de Contas da União exame prévio da legalidade de todo contrato celebrado no âmbito da Administração Pública Federal.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa D
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 61

- 01** De acordo com o sistema de repartição de competências adotado pela Constituição Federal, aos Municípios
- A)** é vedado, em qualquer hipótese, legislar sobre matérias de competência federal ou estadual.
B) é vedado, em qualquer hipótese, legislar sobre matérias de competência federal, podendo, em alguns casos, legislar sobre matérias de competência estadual.
C) é permitida a delegação de competências legislativas privativas da União Federal, mediante lei complementar.
D) compete exercer, supletivamente, as competências materiais privativas da União e dos Estados-membros.
E) foram atribuídas competências materiais comuns com a União Federal, Estados e Distrito Federal.
- 02** Dentre os requisitos constitucionais para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, encontra-se a exigência de que se dêem
- A)** por lei estadual, que deverá ser levada à aprovação do Senado Federal.
B) por lei estadual, dentro do período determinado previamente por lei complementar estadual.
C) por lei estadual, condicionada à consulta prévia, mediante plebiscito, à população do Estado envolvido.
D) no período determinado por lei complementar federal e somente após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal.
E) no período determinado por resolução do Senado Federal, condicionada à consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- 03** A Constituição Federal assegura ao Município autonomia para dar-se sua lei orgânica, que deverá, no entanto, observar a regra segundo a qual
- A)** os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais devem ser fixados por lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo estadual.
B) o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) da receita do Município.
C) deve ser assegurada a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.
D) os Vereadores não poderão ser processados criminalmente sem prévia licença da respectiva Câmara Municipal.
E) o julgamento do Prefeito deve ser realizado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- 04** Segundo a Constituição Federal, o decreto de intervenção do Estado no Município
- A)** não pode ser editado na vigência de estado de defesa.
B) pode nomear interventor, ainda que a intervenção seja fundada no descumprimento de ordem ou decisão judicial.
C) depende de prévia oitiva da Assembleia Legislativa autorizando a medida.
D) depende, sempre, de requisição do Tribunal de Justiça, a quem compete verificar a presença dos pressupostos constitucionais para a intervenção.
E) não pode ser editado na vigência de estado de sítio.
- 05** A Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, estabeleceu a regra de que as medidas provisórias perderão a eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta

dias, prorrogável uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas dela decorrentes. Quanto às medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação da referida Emenda Constitucional,

- A)** continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional.
- B)** foram automaticamente convertidas em lei por força da mesma Emenda Constitucional.
- C)** perderão a eficácia, desde sua edição, se não forem ou não tiverem sido convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da sua publicação, prorrogável uma vez por igual período.
- D)** perderão a eficácia, desde sua edição, se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da publicação da Emenda Constitucional, prorrogável uma vez por igual período.
- E)** perderão a eficácia se não forem convertidas em lei pelo Congresso Nacional, no prazo de sessenta dias, contados da publicação da Emenda Constitucional, prorrogável uma vez por igual período, mantidas as relações jurídicas havidas no período.

06 Tem legitimidade para ajuizar ação popular

- A)** o estrangeiro residente no Brasil há mais de 15 anos.
- B)** o brasileiro nato, maior de 18 anos, ainda que não esteja no gozo de seus direitos políticos.
- C)** o brasileiro naturalizado que esteja no gozo de seus direitos políticos.
- D)** a pessoa jurídica constituída sob as leis do Brasil há mais de um ano, que tenha como objeto a proteção do patrimônio público.
- E)** a pessoa jurídica constituída sob as leis do Brasil há mais de um ano, independentemente de seu objeto.

07 De acordo com a Constituição Federal, o pagamento decorrente de condenação judicial transitada em julgado imposta à Fazenda Federal, à Fazenda Estadual e à Fazenda Municipal far-se-á na ordem cronológica de apresentação dos precatórios,

- A)** estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de pagamento de obrigações definidas em lei como de pequeno valor.
- B)** estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação em indenização por danos morais.
- C)** estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação imposta aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- D)** estando dispensada a expedição de precatório quando se tratar de condenação decorrente de violação aos direitos fundamentais.
- E)** não havendo previsão de hipótese que autorize a dispensa da expedição de precatório.

08 Suponha que o Presidente da República eleito em 1998 tenha falecido em março de 2001 e que o Vice-Presidente que o sucedeu tenha perdido o cargo por força de condenação em prática de crime de responsabilidade. Nesse caso, tendo o Presidente da Câmara dos Deputados assumido a Presidência da República,

- A)** ele poderá completar o período do mandato iniciado em 1999.
- B)** deverá ser realizada eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República noventa dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- C)** deverá ser realizada eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República trinta dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- D)** deverá ser realizada eleição indireta, pelo Congresso Nacional, para Presidente e Vice-Presidente da República, trinta dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.
- E)** deverá ser realizada eleição indireta, pelo Congresso Nacional, para Presidente e Vice-Presidente da República, noventa dias depois de aberta a última vaga, para que seja completado o período do mandato iniciado em 1999.

09 A inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal pode ser argüida

- A)** em sede de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, quando se tratar de ofensa à Constituição Federal.
- B)** em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade, podendo ser exercido pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito de recurso extraordinário quando se tratar de ofensa à Constituição Federal.
- C)** em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade, podendo ser exercido pelo Superior Tribunal de Justiça no âmbito de recurso especial quando se tratar de ofensa à Constituição do Estado.
- D)** apenas em face da Constituição do Estado, e não em face da Constituição Federal.
- E)** apenas em sede de controle difuso e incidental de constitucionalidade quando se tratar de ofensa à Constituição do Estado.

10 A Constituição Federal veda a cumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, entre outras hipóteses,

- A)** a de um cargo de professor com dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.
- B)** a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- C)** a de um cargo de professor com dois cargos técnicos ou científicos.
- D)** a de um cargo ou emprego privativo de profissionais da saúde com profissão regulamentada com qualquer outro cargo técnico ou científico.
- E)** a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde com profissão regulamentada.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa E
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa D
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 62

01 Com relação ao Poder Executivo na Constituição, analise as seguintes afirmativas:

- I - Se ficarem vagos os cargos de Presidente e de Vice-presidente da República nos dois últimos anos de mandato, a eleição será feita pelo Congresso Nacional para o período restante.
- II - O cargo de Presidente da República é privativo de brasileiro nato com idade mínima de 35 anos.
- III - Em razão do sistema presidencialista de governo, o Presidente da República desempenha as funções de chefe de Estado e de chefe de Governo.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- A)** I e II;
- B)** I e III;
- C)** II e III;
- D)** I, II e III;
- E)** nenhuma.

02 Com relação à atual Constituição brasileira, analise as afirmativas:

- I - A Constituição brasileira é semi-rígida.
 - II - Não será objeto de deliberação a proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir a Forma Federativa de Estado.
 - III - A Constituição Federal não pode ser emendada na vigência de intervenção federal ou estadual.
- A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I;
- B)** II;
- C)** III;
- D)** I e II;
- E)** II e III.

03 O art. 37, §1º da Constituição estabelece que as obras e serviços públicos serão atribuídos aos órgãos e entidades e não aos agentes públicos que determinaram a sua realização. Assinale a alternativa que indica o princípio aplicável para esta hipótese:

- A)** publicidade;
- B)** impessoalidade;
- C)** eficiência;
- D)** razoabilidade;
- E)** motivação.

04 Com relação às normas constitucionais relativas ao Ministério Público, analise as afirmativas a seguir:

- I - A destituição do Procurador Geral da República por iniciativa do Presidente da República depende da autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta.
 - II - A vitaliciedade dos membros do Ministério Público será adquirida após três anos de efetivo exercício.
 - III - O ingresso na carreira do Ministério Público será feito mediante concurso público de provas, sem a participação da O.A.B., que somente é exigida nos concursos para magistratura.
- A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) nenhuma.

05 Com relação aos Tribunais de Contas, analise as seguintes afirmativas:

- I - O Tribunal de Contas da União é órgão de auxílio ao Congresso Nacional na sua atuação fiscalizadora.
- II - As multas aplicadas pelo Tribunal de Contas da União têm a eficácia de título executivo.
- III - O Tribunal de Contas da União pode sustar contratos celebrados pelo Poder Executivo.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) II e III;
- D) I, II e III;
- E) nenhuma.

06 Com relação ao Poder Executivo estadual, analise as afirmativas a seguir:

- I - Nos crimes comuns, o Governador do Estado será julgado pelo Tribunal de Justiça.
- II - O Governador do Estado necessariamente será brasileiro nato com idade mínima de trinta anos.
- III - O Governador do Estado será eleito pelo sistema majoritário, exigindo-se a maioria absoluta.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) nenhuma.

07 Com relação aos Tribunais, e levando-se em consideração as normas constitucionais, analise as afirmativas a seguir:

I - O regimento interno dos tribunais pode dispor sobre a competência e o funcionamento dos órgãos julgadores.

II - Os tribunais podem criar novas varas judiciárias e os respectivos cargos pelo voto da maioria absoluta de seus integrantes.

III - Compete aos Tribunais de Justiça julgar os membros do Ministério Público estadual nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

São verdadeiras somente as afirmativas:

- A) I e II;
- B) I e III;
- C) II e III;
- D) I, II e III;
- E) nenhuma.

08 Assinale a alternativa que NÃO indica um dos órgãos que atualmente integram o Poder Judiciário:

- A) Tribunais Regionais Federais;
- B) Superior Tribunal de Justiça;
- C) Tribunal Federal de Recursos;
- D) Tribunal Superior Eleitoral;
- E) Juízes do Trabalho.

09 Com relação à Câmara dos Deputados, analise as afirmativas a seguir:

I - Os deputados federais serão eleitos pelo sistema proporcional para um mandato de 04 anos.

II - O número mínimo de deputados federais que um Estado pode eleger é de 07 deputados.

III - Compete à Câmara dos Deputados julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A) I;
- B) II;
- C) III;
- D) I e II;
- E) I e III.

10 Com relação ao Senado Federal, analise as afirmativas:

I - Os senadores são os representantes dos Estados e do Distrito Federal, sendo eleitos pelo sistema majoritário.

II - O número de senadores eleitos por cada Estado vai variar em razão da população.

III - O mandato do senador é de 04 anos, não havendo restrição ao número de reeleições.

A(s) afirmativa(s) verdadeira(s) é/são somente:

- A)** I;
- B)** II;
- C)** III;
- D)** I e II;
- E)** I e III.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa E
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa C
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa C
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 63

01 A Constituição da República Federativa do Brasil enumerou no artigo 37, caput, os princípios fundamentais da Administração Pública. Considerando que tal enumeração não é casuística, a seqüência em que esses princípios estão referidos na Carta política é:

- A)** legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- B)** legalidade, eficiência, publicidade, moralidade e impessoalidade;
- C)** impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- D)** moralidade, legalidade, impessoalidade, eficiência e publicidade;
- E)** legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade.

02 No que tange à forma de estado da República Federativa do Brasil, a afirmativa correta é:

- A)** O Distrito Federal está ausente do rol de entes que compõem a República Federativa do Brasil.
- B)** O Estado Federal é caracterizado pela existência de várias ordens jurídicas centrais e parciais.
- C)** São requisitos para a manutenção da Federação: a rigidez constitucional, a existência de controle de constitucionalidade e o estabelecimento de cláusulas pétreas.
- D)** A Federação pode surgir da reunião de estados, como no caso do Brasil, ou da subdivisão de estados como no modelo norte-americano.
- E)** A capacidade para estabelecer normas é o oposto de descentralização política.

03 Relativamente às cláusulas pétreas (Artigo 60, § 4º da Constituição da República), é correto afirmar que:

- A)** podem ser emendadas desde que sejam respeitadas as limitações formais e circunstanciais ao poder de reforma;
- B)** são de eficácia absoluta pois possuem efeito imediato e não podem ser emendadas;
- C)** são de eficácia plena porque possuem efeito imediato e, em tese, podem vir a ser emendadas;
- D)** são de eficácia redutível, ou seja, possuem efeito imediato mas o seu alcance pode vir a ser limitado ou reduzido pela legislação regulamentadora;
- E)** em períodos de legalidade extraordinária podem sofrer alterações.

04 Entende-se por forma de governo:

- A)** a maneira como o governo se relaciona com o povo, ou sistema adotado pelo Estado que determina como se atinge o poder político e quanto tempo nele se permanece;
- B)** modo como os poderes se relacionam entre si, principalmente o Poder Legislativo e o Poder Executivo;
- C)** relacionamento existente e mantido entre o Poder Judiciário e a "mídia" como meio de efetivação da plena cidadania;
- D)** a luta pelo poder, empreendida pelos Partidos Políticos;
- E)** algo sinônimo a Regime Democrático Participativo ou semidireto.

05 É prática caracterizadora da democracia participativa:

- A)** o serviço militar obrigatório;
- B)** o exercício profissional;
- C)** a prática desportiva;

- D) a extradição de estrangeiro;
- E) a iniciativa popular.

06 São exemplos de Remédios Constitucionais:

- A) possibilidade do cumprimento de prestação alternativa ao eximir-se, o indivíduo, de obrigação legal a todos imposta na forma da lei;
- B) a inafiançabilidade e a insuscetibilidade da graça ou anistia nos casos de prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos;
- C) a inafiançabilidade e a imprescritibilidade do crime de racismo;
- D) direito de petição, habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção, habeas data e ação popular;
- E) a pena de morte, a pena de caráter perpétuo, os trabalhos forçados, o banimento e os trabalhos cruéis.

07 A entrada de equipe policial na casa de um indivíduo é possível:

- A) a qualquer hora do dia ou da noite a critério da autoridade policial;
- B) a qualquer hora do dia ou da noite desde que os policiais possuam um mandado da autoridade judicial competente;
- C) em caso de flagrante delito, ou desastre, exceto para prestar socorro, ou durante o dia, por determinação judicial;
- D) com o consentimento do morador, em caso de flagrante delito, ou desastre, ou para prestar socorro, ou durante o dia por determinação judicial;
- E) a inviolabilidade do domicílio é absoluta.

08 Tendo em vista a inviolabilidade das comunicações telefônicas e a lei que regulamentou a parte final do inciso XII, do art.5º, da Constituição da República, assinale a opção INCORRETA:

- A) A ausência da Lei nº 9.296/96 implicou o não reconhecimento da litude de qualquer prova colhida por escuta telefônica, ainda que a mesma fosse precedida de ordem judicial.
- B) A quebra do sigilo dos dados telefônicos pode ser ordenada por uma comissão Parlamentar de inquérito, desde que se observe o princípio da colegialidade.
- C) Segundo a jurisprudência, é admissível a utilização da prova ilícita no processo penal, desde que verídica, para beneficiar o réu, caso em que continuará a ser imprestável para condenar o pretendo autor do crime.
- D) As provas obtidas sem observância dos requisitos constitucionais pertinentes à interceptação telefônica serão, igualmente, inquinadas de nulidade.
- E) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, desde que observados os requisitos constitucionais, a interceptação de comunicação telefônica é meio lícito para captação de provas em qualquer processo judicial ou administrativo.

09 Relativamente à atividade de Segurança Pública, assinale a alternativa correta:

- A) A segurança pública é dever do Estado, cabendo, com exclusividade, ao Poder Público a responsabilidade pela preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- B) Compete privativamente à polícia civil estadual a repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, sem prejuízo da ação fazendária em sua área de competência.
- C) Os princípios constitucionais referentes à segurança pública exigem que, ao abordar qualquer cidadão no cumprimento de suas funções, o servidor policial deverá, em primeiro lugar, identificar-se pelo nome, cargo, posto ou graduação e indicar o órgão onde esteja lotado.
- D) Às polícias civis, dirigidas pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, incumbem as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- E) Às polícias civis cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, bem como a execução de atividades de defesa civil, sendo subordinadas aos Governadores de Estado.

10 Sobre o habeas corpus, é correto afirmar que:

- A) é cabível ação de habeas corpus em relação às punições disciplinares militares em qualquer uma das armas e, ainda, em sede de corporações militares estaduais;
- B) sob o prisma constitucional, a ação de habeas corpus limitar-se-á a tutelar a liberdade ambulatorial do paciente, não admitindo cumulação de pedido de indenização por danos morais ou materiais sofridos em razão do encarceramento indevido;
- C) o direito constitucional brasileiro apenas consagrou o habeas corpus liberatório, excluindo o preventivo;
- D) tanto o paciente quanto o impetrante de um habeas corpus serão, necessariamente, pessoas físicas;
- E) a autoridade coatora na ação de habeas corpus é necessariamente um agente do poder público ou de entidade governamental.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa D
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa E
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 64

01 O princípio da propriedade privada fundamenta-se no direito de alguém possuir alguma coisa, podendo dela dispor de modo pleno. Na atual Constituição Brasileira, tal direito revela-se

- A)** reservado aos nacionais.
- B)** socializado.
- C)** condicionado à sua função social.
- D)** incondicionado.
- E)** condicionado ao interesse do Estado.

02 O mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado

- I. por qualquer cidadão, na forma da lei.
- II. por qualquer partido político.
- III. por entidade de classe, em defesa dos interesses de seus membros.

Está(ão) correta(s)

- A)** apenas I
- B)** apenas II
- C)** apenas III
- D)** apenas II e III
- E)** todas

03 São gratuitas(os)

- I. as ações de mandado de segurança.
- II. as ações de "habeas corpus" e "habeas data".
- III. os atos necessários ao exercício e à preservação da nacionalidade.

Está(ão) correta(s)

- A)** apenas I
- B)** apenas II
- C)** apenas III
- D)** apenas II e III
- E)** todas

04 A extradição de estrangeiro será concedida em razão de crime

- A)** comum e de opinião.
- B)** comum ou político.
- C)** político.
- D)** político ou de opinião.
- E)** comum.

05 A manutenção do princípio da unicidade sindical, obrigatória nos termos da Carta Magna, está condicionada

- I. à organização sindical compulsoriamente fiscalizada pelo Estado.
- II. à existência de sindicatos organizados por categorias, no âmbito de uma área geográfica.
- III. ao pressuposto da autonomia sindical plena.

Está(ão) correta(s)

- A)** apenas I
- B)** apenas II
- C)** apenas II e III
- D)** apenas I e III
- E)** todas

06 A contribuição para custeio do sistema confederativo da representação sindical

- A)** depende da contribuição prevista em lei.
- B)** não poderá ser descontada em folha, mas depende da contribuição prevista em lei.

- C) será descontada em folha, mas depende da contribuição prevista em lei.
- D) independe da contribuição prevista em lei.
- E) depende de autorização por meio de assembléia geral da categoria.

07 O Magistrado, mesmo gozando das garantias da vitaliciedade e da inamovibilidade, pode ser removido,

- A) compulsoriamente por decisão do Conselho Nacional de Magistratura.
- B) posto em disponibilidade ou aposentado por maioria de votos do respectivo Tribunal, se constatado motivo de interesse público.
- C) posto em disponibilidade ou aposentado por motivo de interesse público, mediante decisão por voto de dois terços do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
- D) posto em disponibilidade ou aposentado por motivo de interesse público, mediante decisão por voto da maioria absoluta do respectivo Tribunal, assegurada ampla defesa.
- E) por iniciativa própria, após homologação do pedido pelo Conselho Nacional da Magistratura.

08 O Estatuto da Magistratura tem seus princípios regulados por

- A) lei ordinária especial.
- B) resolução do Supremo Tribunal Federal.
- C) lei de iniciativa dos Tribunais Superiores da União, apoiada em resolução do Supremo Tribunal Federal.
- D) lei de iniciativa conjunta do Poder Judiciário, mediante proposta do Supremo Tribunal Federal.
- E) lei complementar.

09 É da competência originária do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar

- A) o "habeas data" contra atos do Tribunal de Contas da União.
- B) o litígio entre Estado estrangeiro e o Estado-membro, o Distrito Federal e o território.
- C) os conflitos entre a União e os Estados.
- D) os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- E) as causas entre a União e o Distrito Federal.

10 É da competência originária do Supremo Tribunal Federal

- A) processar e julgar o "habeas data" contra atos do Procurador-Geral da República.
- B) processar e julgar, nos crimes comuns, os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- C) julgar os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- D) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei municipal.
- E) processar e julgar os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa E
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 65

01 Sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade, examine as afirmações abaixo:

I - A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia ex nunc, operando, portanto, a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal a defere; excepcionalmente, no entanto, a medida cautelar poderá projetar-se com eficácia ex tunc, com repercussão sobre situações pretéritas.

II - A impossibilidade da intervenção processual de entidade privada, em sede da ação direta de inconstitucionalidade, traduz ofensa à garantia constitucional do contraditório, de vez que o postulado do contraditório, no processo de controle abstrato de constitucionalidade, não se vê inteiramente atendido, de um lado, com a só possibilidade de o órgão estatal defender, objetivamente, o próprio ato que editou, e, de outro, com a intervenção do Advogado-Geral da União, que, em atuação processual plenamente vinculada, deve assumir, na condição de curador da presunção de constitucionalidade, a defesa irrestrita da validade jurídica da norma impugnada.

III - O controle abstrato de constitucionalidade somente pode ter como objeto de impugnação atos normativos emanados do Poder Público. Isso significa, ante a necessária estatalidade dos atos suscetíveis de fiscalização in abstracto, que a ação direta de in-constitucionalidade só pode ser ajuizada em face de órgãos ou instituições de natureza pública. Entidades meramente privadas, porque destituídas de qualquer coeficiente de estatalidade, não podem figurar como litisconsortes passivos necessários em sede de ação direta de inconstitucionalidade.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A)** I, II e III;
- B)** I e II;
- C)** I e III;
- D)** II e III.

02 O tema da interpretação constitucional apresenta diversos desdobramentos interessantes. A respeito do assunto, assinale a alternativa verdadeira.:

- A)** pelo princípio da unidade da Constituição, as normas constitucionais devem ser interpretadas em conjunto, para evitar possíveis contradições com outras normas da própria Constituição;
- B)** o princípio da concordância prática estabelece que a Constituição, para manter-se atualizada, deve ser interpretada no sentido de tornar sempre atual os seus preceptivos, os quais devem acompanhar as condições reais dominantes numa determinada situação;
- C)** o princípio da força normativa da Constituição estabelece que os bens jurídicos, constitucionalmente protegidos, devem ser coordenados com vistas à resolução dos problemas concretos;
- D)** o princípio do critério da correção funcional estabelece que, se a Constituição propõe criar e manter a unidade política, os pontos de vista, incumbidos de interpretar as suas normas, diante dos problemas jurídico-constitucionais, devem promover a manutenção de tal unidade.

03 Sobre o federalismo brasileiro, é correto afirmar:

- A)** É válido o dispositivo constitucional estadual que cria municípios, mediante desmembramento, assim como a lei estadual posterior que dispõe sobre a área e os limites dos municípios criados pelo constituinte estadual.
- B)** É válida norma constitucional estadual que proíbe a dispensa, sem justa causa, de empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista estaduais, por ofensa ao dispositivo constitucional federal que atribui privativamente à União a competência para legislar sobre direito do trabalho.
- C)** Ofende a Constituição Federal de 1988 dispositivo constitucional estadual que, ampliando as hipóteses de competência originária dos Tribunais de Justiça para julgamento de habeas corpus previstas no art. 650, do Código de Processo Penal, confere ao Tribunal de Justiça local competência originária para julgar habeas corpus contra ato de Promotor de Justiça.
- D)** No âmbito da competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho - que abrange as normas de reajuste salarial compulsório - a lei federal incide diretamente sobre as relações contratuais dos servidores dos Estados, dos Municípios e das respectivas autarquias, sem qualquer ofensa às autonomias respectivas.

04 Sobre o sistema tributário nacional, examine as afirmações abaixo:

I - A partilha, entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, das competências para criar impostos (competências impositivas) foi levada a cabo de acordo com um critério material, uma vez que o constituinte descreveu objetivamente fatos, que podem ser colocados, pelos legisladores ordinários federal, estaduais, municipais e distrital, nas hipóteses de incidência dos impostos de suas pessoas políticas.

II - Em matéria de direito tributário, o postulado da igualdade perante a lei só pode ser legitimamente implementado se considerada a capacidade do indivíduo para contribuir com os encargos públicos, sendo estreita a relação entre o princípio da isonomia e o da capacidade contributiva, sendo o segundo consequência do primeiro.

III - Não é qualquer atividade estatal que autoriza a exigência das taxas, senão aquelas especificadas pelo próprio texto constitucional (concernentes a serviços públicos e poder de polícia), cuja competência administrativa, para o respectivo exercício, distribuiu entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, também se utilizando de um critério material de organização e divisão.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A)** I, II e III;
- B)** I e II;
- C)** I e III;
- D)** II e III.

05 Assinale a alternativa verdadeira.:

- A)** A Constituição Federal de 1988 não impede que o legislador ordinário crie um tipo de recall para cassar o mandato do representante infiel às teses programáticas assumidas durante o processo eleitoral.

B) Nos termos da Constituição Federal de 1988, os Estados não dispõem de autonomia para disciplinar o sistema eleitoral a ser adotado para as eleições estaduais e municipais.

C) No atual sistema constitucional brasileiro, a estabilidade do servidor público somente pode ser afastada em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo no qual se lhe assegure ampla defesa.

D) A comissão representativa do Congresso Nacional, em funcionamento no período de recesso, dispõe de todos os poderes típicos do órgão legislativo, podendo deliberar inclusive sobre emenda constitucional e sobre a cassação de deputados ou de senadores.

06 Assinale a alternativa verdadeira.:

A) Quando a Constituição Federal de 1988 estabelece que não há crime sem lei anterior que o defina, a palavra lei é empregada em sentido amplo, abrangendo qualquer ato normativo, como, por exemplo, a medida provisória, o decreto legislativo e a lei delegada.

B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, contribuição social instituída por medida provisória somente poderá ser cobrada noventa dias após a edição da primeira medida, posteriormente reeditada.

C) Invade a competência da União para legislar sobre processo civil e contraria a norma do art. 100, da Constituição Federal de 1988, decreto estadual que dispõe sobre o pagamento, em ordem prioritária, dos créditos de natureza alimentar (diferença de vencimentos, indenizações por acidente do trabalho e responsabilidade civil e outros de mesma espécie).

D) É válida lei estadual que autoriza a menores com 16 anos completos o uso e a condução de embarcações, aeronaves e veículos automotores, dependendo apenas da permissão do Juizado da Infância e da Adolescência.

07 A respeito dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa verdadeira.:

A) O lançamento do nome do réu no rol dos culpados previsto no Código de Processo Penal é compatível com o princípio constitucional da presunção de inocência.

B) O princípio da presunção de inocência não permite a prisão cautelar ou provisória, assim como a denúncia vaga ou genérica no processo penal é plenamente compatível com o princípio constitucional do direito de ampla defesa.

C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a previsão contida na lei dos crimes hediondos consistente em que os autores de determinados crimes cumpram a pena em regime fechado atenta contra o princípio da individualização da pena.

D) É entendimento pacífico na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que o princípio da proporcionalidade tem aplicação no nosso sistema constitucional por força do princípio do devido processo legal.

08 Sobre as garantias processuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, examine as afirmações abaixo:

I - O devido processo legal configura ampla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade e propriedade quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa.

II - Embora no campo administrativo não exista necessidade de tipificação estrita que subsuma rigorosamente a conduta à norma, a capitulação do ilícito administrativo não pode ser tão aberta a ponto de impossibilitar o direito de defesa, pois nenhuma penalidade poderá ser imposta, tanto no campo judicial quanto nos campos administrativos ou disciplinares, sem a necessária amplitude de defesa.

III - O contraditório nos procedimentos penais se aplica aos inquéritos policiais, pois a fase investigatória é preparatória da acusação, existindo, já, acusado, constituindo, pois, em procedimento pré-judicial, de caráter investigatório, destinado a subsidiar a atuação do titular da ação penal, o Ministério Público.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

A) I, II e III;

B) I e II;

C) I e III;

D) II e III.

09 Ainda sobre as garantias processuais estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, examine as afirmações abaixo:

I - A assistência jurídica integral compreende a consulta e a orientação extrajudiciais, representação em juízo e gratuidade do respectivo processo. A assistência judiciária, ou seja, o serviço público organizado, consistente na defesa em juízo do assistido, deve ser oferecida pelo Estado, não podendo ser desempenhada por entidades não estatais, conveniadas ou não com o Poder Público;

II - Para o processo penal, o contraditório tem de ser efetivo, real, substancial, implicando em defesa técnica substancial do réu, ainda que revel, para que se tenha por obedecido o mandamento constitucional. Para isso, a norma é completada pelo dispositivo do Código de Processo Penal, que manda

seja dado defensor ao réu quando o juiz o considerar indefeso.

III - A inovação da Constituição Federal de 1988 em relação ao contraditório foi profunda porque fez com que o princípio alcançasse expressamente os processos civil, penal e administrativo. Na Constituição Federal de 1969, havia previsão expressa da garantia do contraditório somente para o processo penal, inobstante houvesse manifestação da doutrina no sentido de que aquele princípio se aplicava também ao processo civil e ao processo administrativo.

Assinale a alternativa que contém, apenas, afirmações corretas:

- A)** I, II e III;
- B)** I e II;
- C)** I e III;
- D)** II e III.

10 Assinale a única alternativa que contém competência do Supremo Tribunal Federal:

- A)** a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo;
- B)** processar e julgar originariamente os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado;
- C)** julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais de Justiça dos Estados;
- D)** processar e julgar originariamente o conflito positivo de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal Superior Eleitoral.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa C
- Questão 2 alternativa A
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa B
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 66

01 Assinalar a alternativa correta.

- A)** O Supremo Tribunal Federal não tem competência para processar e julgar, originariamente, ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo municipal, frente à Constituição Federal.
- B)** Os Estados podem instituir um sistema próprio de fiscalização e tutela in abstracto do direito objetivo positivado no texto constitucional federal, mediante ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça.
- C)** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal ofensiva de norma constitucional estadual, quando essa reproduz dispositivo da Constituição da República, de observância obrigatória pelos Estados.
- D)** O único controle de constitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, que se admite, seja em face da Constituição da República, seja em face da Constituição Estadual, é o difuso.

02 Assinalar a alternativa correta.

- A)** As entidades beneficentes de assistência educacional não gozam de imunidade quanto à contribuição para a seguridade social porque, mesmo atendendo às exigências legais, não podem ser equiparadas às entidades beneficentes de assistência social.
- B)** Mesmo não se dedicando exclusivamente à filantropia, as entidades beneficentes de assistência social, que atendam às exigências estabelecidas em lei, gozam de imunidade quanto à contribuição para a seguridade social.
- C)** Só a lei complementar pode estabelecer as exigências que condicionam a imunidade das entidades beneficentes de assistência social, quanto à contribuição para a seguridade social.
- D)** As instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei, gozam de imunidade quanto a todos os tributos incidentes sobre o seu patrimônio, renda ou serviços.

03 Assinalar a alternativa correta.

- A)** A medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, reveste-se, ordinariamente, de eficácia ex tunc, produzindo efeitos a partir do momento em que o Supremo Tribunal Federal a defere.
- B)** Excepcionalmente, para que não se frustrem os seus objetivos, a medida cautelar poderá revestir-se de eficácia ex nunc, desde que o Supremo Tribunal Federal expressamente assim o determine.

C) Embora a medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade, revista-se, ordinariamente, de eficácia ex nunc, poderá o Supremo Tribunal Federal, excepcionalmente, em decisão expressa, outorgar-lhe eficácia retroativa, com repercussão sobre situações pretéritas.

D) Tendo em vista as suas repercussões financeiras, a eficácia ex tunc é incompatível com a provisoriedade inerente à medida cautelar, em ação direta de inconstitucionalidade.

04 Assinalar a alternativa correta.

A) A pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho, goza de imunidade quanto aos tributos federais.

B) É vedada a cobrança de imposto de renda sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente, de rendimentos do trabalho.

C) A imunidade conferida à pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, quanto aos impostos federais, estaduais e municipais, não é auto-aplicável, estando a depender de lei que fixará os termos e limites do benefício.

D) Os rendimentos de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, estão sujeitos à incidência do imposto de renda, nos termos da lei.

05 Assinalar a alternativa correta.

A) Mesmo que não haja aumento de despesa, o Poder Legislativo não pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

B) O Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, desde que não importe aumento de despesa, se a emenda guardar estreita pertinência com o objeto do projeto e não invadir matéria que também seja da iniciativa privativa daquela autoridade.

C) Desde que não implique aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, sem nenhuma limitação.

D) Mesmo havendo aumento de despesa, o Poder Legislativo pode emendar projeto de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

06 Assinalar a alternativa correta.

A) Sendo garantia constitucional, o duplo grau de jurisdição assegura recurso para a instância hierarquicamente superior em todos os casos julgados originariamente pelos tribunais, independentemente de expressa previsão legal.

B) Os Estados podem estabelecer, em suas Constituições, a exigência de prévia autorização da Assembléia Legislativa para que o Governador e o Vice-governador se ausentem do país por qualquer tempo, sob pena de perda do cargo.

C) Lei estadual não pode conceder anistia ou perdão para multas de trânsito por ser da União a competência privativa para legislar sobre trânsito e transporte.

D) O sigilo bancário, fiscal e telefônico não se revelam oponíveis às Comissões Parlamentares de Inquérito, cujas deliberações constituem derivação dos poderes de investigação que lhes foram conferidos pela própria Constituição da República e que por isso mesmo não dependem de qualquer fundamentação.

07 Assinalar a alternativa correta.

A) O Presidente da República pode enviar mensagem ao Congresso Nacional retirando medida provisória ainda não votada, mas não pode ab-rogar-lá por meio de nova medida provisória.

B) É lícita a reedição de medida provisória expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional, desde que se faça alguma modificação no seu texto, mesmo sem afetar os aspectos essenciais e intrínsecos daquela repudiada.

C) Se o Congresso Nacional não apreciar a medida provisória no prazo de trinta dias ela fica tacitamente aprovada, pelo decurso do prazo constitucional, com eficácia ex nunc.

D) Os conceitos de relevância e de urgência, como pressupostos para a edição de medidas provisórias, decorrem, em princípio, do juízo discricionário de oportunidade e de valor do Presidente da República, mas admitem o controle judiciário quanto ao excesso do poder de legislar.

08 Assinalar a alternativa correta.

A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que venham a residir no Brasil antes da maioridade e, alcançada esta, optem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.

B) Os chefes do Poder Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal e os seus respectivos vices não precisam se desincompatibilizar para concorrer à reeleição, por uma única vez, no período subsequente, mas devem renunciar aos mandatos até seis meses antes do pleito para concorrer a outros cargos.

- C)** É inelegível a pessoa que vive em regime de união estável com o chefe do Poder Executivo, sem casamento formal, porque o regime jurídico das inelegibilidades é de direito estrito.
- D)** A suspensão dos direitos políticos decorrente de condenação criminal com trânsito em julgado não cessa com o cumprimento da pena, dependendo de reabilitação e de prova da reparação dos danos decorrentes do ilícito.

09 Assinalar a alternativa correta.

- A)** A alteração de limites entre os territórios de dois municípios vizinhos, embora assemelhada ao desmembramento, depende de lei estadual e dispensa a consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas.
- B)** Os Estados têm competência para editar regras legais sobre controle e fiscalização do trânsito, inclusive para conceder anistia sobre multas impostas aos infratores e para autorizar menores a dirigir automóveis, nos limites do seu território.
- C)** Nos crimes comuns, o Prefeito será processado e julgado, originariamente, pelo Tribunal de Justiça do Estado, mas não necessariamente pelo Plenário ou Órgão Especial, podendo o regimento interno da Corte designar um órgão fracionário para proceder ao julgamento.
- D)** Compete à Justiça Estadual, em primeiro grau, julgar Prefeito acusado de desvio de verba federal repassada ao município, mas o recurso cabível será sempre para o Tribunal Regional Federal na área de jurisdição do juiz de primeiro grau.

10 Assinalar a alternativa correta.

- A)** A decisão do Tribunal de Justiça que indefere o encaminhamento de pedido de intervenção federal no Estado, por alegado descumprimento de decisão judicial, está sujeita a recurso extraordinário.
- B)** Partido político tem legitimidade para requerer, perante o Supremo Tribunal Federal, intervenção em Estado, sob o argumento de que esse não adota providências para garantir a ordem e assegurar os direitos humanos, em município do seu território.
- C)** Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar pedido de intervenção federal, destinado a prover a execução de decisão judicial fundada em dispositivo legal infraconstitucional.
- D)** Sendo o credor eventualmente preterido em seu direito de precedência no pagamento de precatório, o remédio cabível é o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito e não, desde logo, a intervenção federal, por descumprimento de decisão judicial.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa B
Questão 6 alternativa C
Questão 7 alternativa D
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 67

01 A obrigatória aprovação, por referendo popular, de uma Constituição elaborada por uma assembléia constituinte, caracteriza o procedimento constituinte chamado de

- A)** essencialmente direto.
- B)** indireto.
- C)** necessariamente federal.
- D)** misto.
- E)** essencialmente representativo.

02 Segundo a concepção positivista, o poder constituinte originário é um poder

- A)** precedente à Constituição e limitado juridicamente.
- B)** de fato e limitado juridicamente.
- C)** de direito, ilimitado jurídica e sociologicamente.
- D)** supraconstitucional e limitado unicamente pelo direito natural.
- E)** de fato ou de direito, dependendo da maneira como se manifesta e limitado apenas pela norma fundamental hipotética.

03 Uma Constituição em que predominam, como seus elementos constitutivos, o princípio da subsidiariedade, o princípio do Estado mínimo e o princípio da não-intervenção ou da neutralidade, caracteriza, segundo a doutrina, a Constituição do Estado

- A) socialista.
- B) social.
- C) liberal.
- D) federal.
- E) unitário.

04 O princípio da separação de Poderes assegurado pela Constituição brasileira tem como cláusula parâmetro a independência entre os Poderes, que significa, inclusive na sua interpretação e aplicação, que

- A) os órgãos do governo atuam de modo inteiramente discricionário.
- B) todos os membros do Poder Judiciário são nomeados pelo próprio Poder, em razão de sua autonomia administrativa.
- C) os Poderes não sofrem qualquer tipo de controle uns pelo outros.
- D) a permanência nos órgãos de um dos Poderes políticos não depende da confiança nem da vontade dos outros.
- E) um Poder não pode atuar sem a concordância, autorização ou colaboração do outro.

05 Os direitos sociais (ou de 2ª geração), assegurados pela Constituição brasileira, podem ser corretamente qualificados de direitos fundamentais

- A) negativos, do cidadão perante o Estado.
- B) de natureza positiva, porquanto exigem prestações positivas do Estado.
- C) de participação, porquanto permitem a participação do cidadão no exercício do poder estatal.
- D) positivos, de natureza exclusivamente econômica.
- E) negativos, de natureza econômica, social e cultural.

06 A Constituição brasileira assegura a todos o acesso à informação, mas resguarda o sigilo da fonte

- A) exclusivamente aos parlamentares.
- B) a todos, em qualquer caso ou processo, como proteção ao princípio da intimidade.
- C) aos parlamentares e aos servidores públicos em geral.
- D) exclusivamente nos processos de natureza penal.
- E) quando necessário ao exercício profissional.

07 Segundo a Constituição brasileira, a pequena propriedade rural, assim definida por lei, desde trabalhada pela família,

- A) é insuscetível de penhora, em qualquer caso.
- B) poderá ser objeto de penhora em todas as hipóteses em que pode ocorrer a aplicação do instituto.
- C) não será objeto de penhora, no caso de pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.
- D) só é suscetível de penhora nas hipóteses em que se resguarda o bem de família.
- E) só é suscetível de penhora para pagamento de pensão alimentícia.

08 A Constituição brasileira

- A) veda, em qualquer caso, a perda ou suspensão de direitos políticos.
- B) admite a cassação de direitos políticos no caso de condenação criminal transitada em julgado.
- C) sempre admite a cassação de direitos políticos nos casos de apenação por improbidade administrativa.
- D) admite a perda ou suspensão de direitos políticos para o objeto de consciência, somente se este se recusar a cumprir tanto obrigação geral, quanto prestação alternativa imposta por lei.
- E) só admite a cassação de direitos fundamentais no caso de cancelamento da naturalização, desde que por sentença judicial transitada em julgado.

09 Para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes estaduais, a intervenção da União no Estado

- A) depende, sempre, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, por força da autonomia constitucional do Estado.
- B) depende de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- C) depende de provimento, pelo Superior Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral da República.
- D) é ato discricionário do Presidente da República e independe de solicitação dos poderes estaduais.
- E) depende de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário.

10 Consoante disposição expressa da Constituição Federal, em matéria de competência legislativa, o Distrito Federal tem competência

- A) privativa, para legislar sobre saúde e assistência pública.

- B)** privativa, para legislar sobre produção e consumo.
- C)** delegada, para legislar sobre registros públicos.
- D)** concorrente, para legislar sobre orçamento e custas dos serviços forenses.
- E)** concorrente, para legislar sobre assuntos de interesse local.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C
Questão 2 alternativa E
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa E
Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 68

01 Sobre a repartição de competência estabelecida no texto constitucional de 1988, pode-se afirmar que:

- A)** A competência legislativa privativa da União não admite delegação aos Estados.
- B)** Aos municípios compete legislar sobre assuntos de interesse local, mas não lhes cabe suplementar a legislação federal e a Estadual, para ajustar sua execução a peculiaridades locais.
- C)** Aos Estados compete legislar concorrentemente com a União sobre direito agrário e desapropriação.
- D)** No âmbito da competência legislativa concorrente, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades, se inexistir lei federal sobre as normas gerais.

02 Assinale o Poder, entidade ou órgão que não encontra previsão no sistema maior instaurado pela Constituição de 1988:

- A)** Os Tribunais e Conselhos de Contas dos municípios, onde houver, sendo vedada a sua criação após a Constituição de 1988.
- B)** A Defensoria Pública estadual.
- C)** Os Territórios federais, sendo admitida a sua divisão em municípios.
- D)** O Poder Judiciário municipal.

03 Marque o princípio que especificamente estabelece que o agente público deve atuar de forma a apresentar o melhor desempenho possível e a Administração Pública deve restar estruturada e disciplinada para obter os melhores resultados na prestação de suas atividades:

- A)** O princípio da impessoalidade.
- B)** O princípio da indisponibilidade do interesse público.
- C)** O princípio da eficiência.
- D)** O princípio da autotutela.

04 Observe as frases que seguem sobre as regras e princípios da Administração Pública e assinale a alternativa correta:

I - O candidato aprovado em concurso público tem direito adquirido à nomeação, segundo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

II - A Constituição Federal veda que se vinculem ou equiparem vencimentos, sendo inconstitucional a lei que vincula a remuneração dos delegados de polícia ao subsídio dos membros do Ministério Público.

III - Admite-se a cumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários, e respeitado o teto salarial do funcionalismo público, entre dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

Tem-se que as frases citadas são, respectivamente:

- A)** F, V e F.
- B)** V, V e V.
- C)** F, V e V.
- D)** V, F e F.

05 Analise as afirmações que seguem sobre a imunidade parlamentar e marque a alternativa correta:

I - A imunidade dos deputados e senadores abrange a inviolabilidade civil e penal, por suas opiniões, palavras e votos.

II - A imunidade parlamentar é renunciável por ato expresso e escrito do parlamentar.

III - Em caso de flagrante delito, a imunidade formal dos deputados e senadores, em relação à prisão,

impede que os mesmos sofram ato de privação de liberdade, salvo a hipótese de o crime ser inafiançável. Tem-se que as frases citadas são, respectivamente:

- A)** V, V e V.
- B)** V, F e V.
- C)** V, V e F.
- D)** F, F e F.

06 Com a redação conferida pela Emenda Constitucional de nº32, o texto constitucional veda a edição de medidas provisórias sobre matéria:

- A)** reservada à lei complementar e relativa ao direito eleitoral;
- B)** relativa ao direito civil, penal e processual civil e penal;
- C)** relativa aos direitos e garantias individuais e aos direitos sociais;
- D)** relativa ao direito administrativo e ao direito comercial.

07 Sobre as espécies normativas previstas na Constituição se pode afirmar que:

- A)** A Constituição não poderá ser emendada na vigência do estado de sítio, mas poderá ser na vigência do estado de defesa ou de intervenção federal.
- B)** A proposta de emenda à Constituição cabe ao Presidente da República, a mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa dos seus membros, e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional.
- C)** O Presidente da República pode vetar, total ou parcialmente, a proposta de emenda à Constituição.
- D)** As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional e a enumeração das suas hipóteses de cabimento é exaustivamente traçada no texto constitucional.

08 Na sistemática da Constituição de 1988, o conflito de competência entre juiz de direito do Estado do Rio Grande do Norte, no exercício de jurisdição estadual, e Tribunal Regional do Trabalho deve ser processado e julgado, originariamente, pelo:

- A)** Superior Tribunal de Justiça.
- B)** Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte.
- C)** Tribunal Superior do Trabalho.
- D)** Supremo Tribunal Federal.

09 Sobre a função e a atividade do Advogado-Geral da União, no controle de constitucionalidade, considere as afirmações que seguem:

I - O Advogado-Geral da União não atua em sede de ação declaratória de constitucionalidade.

II - O Advogado-Geral da União deve, necessariamente, defender a constitucionalidade do ato normativo estadual cuja constitucionalidade é questionada, em processo de ação direta de inconstitucionalidade, proposto em face da Constituição Federal.

- A)** Somente a afirmação I é verdadeira.
- B)** Somente a afirmação II é verdadeira.
- C)** Todas as afirmações são verdadeiras.
- D)** Nenhuma das afirmações é verdadeira.

10 Não pode propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), questionando a constitucionalidade de um ato normativo em face da Constituição Federal:

- A)** a Mesa do Senado Federal.
- B)** prefeito de Município que é Capital de Estado-Membro.
- C)** a Mesa do Congresso Nacional.
- D)** Confederação sindical.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa C
- Questão 4 alternativa C
- Questão 5 alternativa B
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa D
- Questão 8 alternativa A
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 69

01 A Constituição vigente garante o direito de livre entrada e saída do território nacional em tempo de paz:

- A)** a qualquer pessoa, nos termos da lei;
- B)** a qualquer pessoa;
- C)** apenas aos brasileiros;
- D)** aos estrangeiros naturalizados;
- E)** apenas aos cidadãos.

02 De acordo com o texto constitucional em vigor, a propriedade:

- A)** é um direito absoluto;
- B)** pode ser expropriada para atender sua função cultural;
- C)** pode ser desapropriada por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social;
- D)** deverá atender sua função econômica;
- E)** pode ser desapropriada por interesse público.

03 É INCORRETO afirmar que:

- A)** ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente e nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;
- B)** a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu;
- C)** ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;
- D)** é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
- E)** o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado.

04 Assinale verdadeiro ou falso:

I - a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, Municípios e dos Territórios. ()

II - todo poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos nos termos da Constituição. ()

III - são poderes da União, interdependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. ()

IV - é assegurado aos brasileiros o direito de petição aos poderes públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder. ()

Preenchidos os parênteses, é correto afirmar que:

- A)** somente uma proposição é verdadeira;
- B)** duas proposições são verdadeiras;
- C)** três proposições são verdadeiras;
- D)** todas as proposições são verdadeiras;
- E)** todas as proposições são falsas.

05 Os trabalhadores urbanos e rurais NÃO têm direito:

- A)** à proteção em face da automação, na forma da lei;
- B)** à participação nos lucros, ou resultados, desvinculados da remuneração e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- C)** ao adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;
- D)** à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;
- E)** ao piso salarial proporcional ao tempo de serviço.

06 À luz do texto constitucional vigente, é INCORRETO afirmar que:

- A)** é assegurado aos trabalhadores domésticos, dentre outros, o direito à licença paternidade, nos termos fixados em lei;
- B)** é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender;
- C)** o seguro contra acidentes de trabalho, direito dos trabalhadores urbanos e rurais, fica a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;
- D)** nas empresas de mais de duzentos mil empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores;
- E)** a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados são direitos sociais, na forma da Constituição.

07 Caio, nascido no estrangeiro, é filho de pai e mãe brasileiros, que estavam a serviço da República Federativa do Brasil. Logo, Caio:

- A)** é brasileiro naturalizado;

- B) é brasileiro nato;
- C) para optar pela nacionalidade brasileira deverá residir no Brasil;
- D) é estrangeiro;
- E) é português equiparado.

08 A afirmativa correta é:

- A) o voto é obrigatório aos maiores de 18 e menores de 75 anos de idade;
- B) os estrangeiros podem alistar-se como eleitores, desde que residentes no País há mais de dez anos;
- C) o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos;
- D) é condição de elegibilidade para Governador do Estado a idade mínima de 21 anos;
- E) é condição de elegibilidade para a vereança a idade mínima de 18 anos.

09 Depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos a investidura do agente público em:

- A) cargo público ou função pública, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- B) cargo público ou emprego público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;
- C) cargo público de provimento em comissão;
- D) função pública ou emprego público;
- E) emprego público e cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.

10 Assinale como falso ou verdadeiro cada um dos complementos do enunciado: É requisito desnecessário à nomeação de um advogado para o cargo de Juiz de um Tribunal de 2º grau, através do quinto Constitucional:

- I - ter mais de dez anos de atuação profissional ();
- II - constar da lista sêxtupla elaborada pela OAB ();
- III - aprovação em concurso de provas e títulos para o cargo de Juiz ();
- IV - ser possuidor de notório saber jurídico e reputação ilibada ();

Preenchidos os parênteses, é correto afirmar que:

- A) apenas uma opção é verdadeira;
- B) duas opções são verdadeiras;
- C) três opções são verdadeiras;
- D) quatro opções são verdadeiras;
- E) nenhuma opção é verdadeira.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa A
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa A
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa E
- Questão 6 alternativa D
- Questão 7 alternativa B
- Questão 8 alternativa E
- Questão 9 alternativa B
- Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 70

01 Assinale a opção correta.

- A) Uma vantagem funcional incorporada à remuneração do servidor público no regime da Constituição passada deve continuar a ser paga a ele, mesmo que a Constituição nova o proíba, uma vez que a nova Constituição não pode retroagir para afetar situações que foram iniciadas antes do seu advento.
- B) Leis anteriores à Constituição em vigor somente continuam a produzir efeitos na vigência da nova ordem se forem expressamente recepcionadas pelo legislador da nova ordem.
- C) Tratados celebrados pelo Brasil, que estejam em linha colidente com normas constitucionais, embora não revoguem a Constituição, paralisam a eficácia desta nos pontos em que se chocam.
- D) O STF pode declarar a inconstitucionalidade de certos entendimentos de um ato normativo, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, sem, contudo, declarar inválido o próprio ato normativo.
- E) O Judiciário não tem competência para desautorizar decisões tomadas pelo poder constituinte de reforma, que, no exercício da sua função de emendar a Constituição, é soberano.

02 Assinale a opção correta.

- A)** Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Presidente da República, quando este figurar como réu em ação popular.
- B)** O Supremo Tribunal Federal tem competência para julgar conflitos entre a União e os Estados-membros, além de conflitos destes últimos entre si.
- C)** Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar ação popular contra ato jurisdicional praticado por membro da mesma Corte.
- D)** Cabe à Justiça Federal de primeira instância julgar o habeas corpus contra ato do Presidente da República.
- E)** Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

03 Assinale a opção correta.

- A)** As normas constitucionais programáticas, por se destinarem, por sua própria natureza, a uma duração limitada no tempo, estão todas situadas na parte da Constituição relativa às disposições constitucionais transitórias.
- B)** As normas constitucionais programáticas não produzem efeito jurídico algum, a não ser depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- C)** Nenhuma norma da Constituição Federal possui eficácia plena, porque todas elas dependem, em maior ou menor grau, de desenvolvimento do seu conteúdo pelo legislador ordinário.
- D)** A Constituição que não adota normas programáticas é conhecida pela doutrina como Constituição dirigente.
- E)** Um direito previsto numa norma constitucional de eficácia contida pode ser restringido por meio de lei ordinária.

04 Assinale a opção correta.

- A)** É auto-aplicável a norma constitucional que estabelece que a remuneração dos ocupantes de cargos na Administração Pública, incluídas as vantagens pessoais, não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- B)** Servidores inativos, mesmo que aposentados antes da promulgação da Constituição, estão sujeitos ao teto de remuneração nela estabelecido.
- C)** Nada impede que, em dispositivo específico, lei orçamentária fixe nova remuneração para servidores públicos de determinadas carreiras.
- D)** A Constituição de um Estado-membro pode determinar a equiparação remuneratória entre cargos do serviço público estadual.
- E)** O Presidente da República tem a iniciativa privativa de projetos de lei sobre a remuneração e subsídios de servidores públicos e membros dos três poderes da União.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Toda lei emanada do Congresso Nacional, por ser hierarquicamente superior às leis ordinárias estaduais, prevalece sobre essas, quando dispuserem em sentido conflitante.
- B)** A lei ordinária federal válida, por conta do princípio da hierarquia das leis, não pode contrariar o disposto em Constituição Estadual.
- C)** Sendo a matéria da competência legislativa da União, o princípio federativo não obsta que a lei federal ordinária prevaleça sobre as leis complementares dos Estados que versam sobre o mesmo assunto.
- D)** Em face do princípio federativo, toda vez que uma lei ordinária estadual conflitar com o disposto numa lei ordinária federal, aquela deverá prevalecer.
- E)** Em sendo a matéria da competência legislativa comum dos Estados e da União, o legislador estadual somente pode editar lei se a União não o fizer.

06 Assinale a opção correta.

- A)** A lei anterior à Constituição em vigor, que com ela não se compatibiliza materialmente, é considerada revogada por esta.
- B)** Somente o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, pode resolver controvérsia sobre a continuidade da vigência, no atual regime constitucional, de lei ordinária anterior à Constituição de 1988.
- C)** Os Estados-membros podem efetuar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal, por meio de representação de inconstitucionalidade.
- D)** A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, em uma ação direta de inconstitucionalidade, somente produzirá eficácia contra todos depois de suspensa a execução da lei pelo Senado Federal.
- E)** O Advogado-Geral da União tem legitimidade para, em nome do Presidente da República, propor ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

07 Assinale o ato normativo abaixo que não é objeto próprio de ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal:

- A) Medida Provisória
- B) Emenda à Constituição
- C) Decreto regulamentador de lei
- D) Dispositivo de Constituição Estadual
- E) Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

08 Suponha que uma lei que concede aumento a servidores públicos, depois de três meses de vigência, venha a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.

- A) Embora a lei seja declarada inconstitucional, os servidores deverão continuar a receber o aumento que ela concedeu, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, à conta do princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- B) Porque a declaração de inconstitucionalidade é retro-operante, em princípio, poderá ser demandada dos servidores a devolução do que receberam em virtude da lei inconstitucional.
- C) Por causa do princípio da irredutibilidade de vencimentos, os servidores não deverão repor o que receberam antes de a lei ser declarada inconstitucional.
- D) Porque a declaração de inconstitucionalidade, em regra, produz efeitos a partir da decisão do STF, somente os servidores que ingressarem no serviço público depois do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade estarão impedidos de receber a vantagem criada na lei criticada.
- E) A declaração de inconstitucionalidade do STF em ação direta de inconstitucionalidade, porque é abstrata, não produz nenhuma influência sobre a situação dos servidores que vinham recebendo a vantagem.

09 Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado, no mérito, definitivamente improcedente uma ação declaratória de constitucionalidade. A decisão já transitou em julgado. Com estas informações é seguro e certo afirmar que:

- A) A ação declaratória de constitucionalidade não foi proposta pelo Presidente da República.
- B) A lei é federal ou estadual, mas com certeza não é municipal.
- C) A lei não mais poderá ser aplicada por nenhum órgão do Poder Executivo Federal.
- D) Se a lei era estadual, a ação terá sido proposta pelo Governador do Estado.
- E) O resultado da decisão não cria obstáculo a que a lei venha a ser apreciada por outros órgãos do Judiciário, no exercício do controle incidental de constitucionalidade, e que a lei venha a ser declarada quer constitucional quer inconstitucional pelo julgador.

10 Assinale a opção correta.

- A) Entes estaduais não têm competência para apresentar proposta de emenda à Constituição.
- B) A lei pode declarar a inconstitucionalidade de outro ato normativo, sempre que for evidente o vício de legitimidade.
- C) Os projetos encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional podem ter a sua discussão iniciada, indiferentemente, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.
- D) Uma vez aprovado o projeto de lei na Câmara dos Deputados, onde tiveram início as discussões e votação do mesmo, o projeto seguirá para o Senado Federal, que, se o aprovar, mesmo que com emendas, deverá remetê-lo ao Presidente da República para a sanção ou veto.
- E) Uma lei federal, no regime constitucional vigente, pode ser aprovada pelo Congresso Nacional sem a manifestação do Plenário da Câmara dos Deputados ou do Plenário do Senado Federal.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa B
- Questão 3 alternativa E
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 71

01 Assinale a opção em que consta caso de acumulação vedada constitucionalmente. Considere, para a sua resposta, que as profissões de médico, dentista e de fisioterapeuta são profissões regulamentadas por lei.

- A) Dois cargos de professor de ensino médio.
- B) Dois cargos de dentista na Administração Direta Federal.

- C)** Cargo de professor de instituição de ensino superior federal com emprego de professor em instituição privada de ensino.
- D)** Vencimentos de cargo de médico com vencimento de professor de Universidade Federal com proventos de outro cargo de médico.
- E)** Cargo de fisioterapeuta na Administração autárquica federal com outro emprego de fisioterapeuta em uma sociedade de economia mista estadual.

02 Assinale a opção em que consta afirmativa errada sobre a intervenção federal:

- A)** A intervenção federal pode ser decretada para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública em um Estado da Federação.
- B)** Os Municípios situados nos Estados da Federação são insuscetíveis de sofrer intervenção federal.
- C)** A intervenção federal pode ser decretada pelo Procurador-Geral da República para preservar os direitos humanos em Estado da Federação que não o esteja defendendo a contento.
- D)** O Distrito Federal pode sofrer intervenção federal.
- E)** O Estado que descumpra decisão judicial provida da Justiça do Trabalho pode sofrer intervenção federal por requisição do Supremo Tribunal Federal.

03 Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.

- A)** Podem dispor sobre assunto que o constituinte entregou à regulação por lei ordinária ou complementar.
- B)** Medida provisória não pode, no regime constitucional atual, alterar o Código Penal, mesmo que seja para descriminalizar condutas.
- C)** O Presidente da República pode delegar o poder de editar medida provisória a autoridades graduadas da República.
- D)** Havendo urgência e relevância, o Presidente da República pode revogar, por meio de medida provisória, dispositivos da legislação eleitoral vigente.
- E)** O juízo de relevância e urgência para a edição de medida provisória é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.

04 Assinale a opção correta.

- A)** Deve ser estendida ao aposentado a gratificação deferida de forma geral a todos os servidores públicos da mesma carreira do inativo, mesmo que a lei seja silente sobre essa extensão.
- B)** A lei pode estipular teto máximo do valor da aposentadoria de todos os servidores públicos, diferente do teto fixado para os servidores em atividade.
- C)** O pensionista do servidor público somente faz jus aos reajustes gerais dos servidores públicos, não lhe podendo ser pagas vantagens e gratificações criadas para os integrantes da carreira do instituidor da pensão depois da morte deste.
- D)** Como regra geral, uma vez provada a similitude de atribuições entre duas carreiras distintas do serviço público, o Judiciário pode estender vantagem pecuniária criada por lei para os servidores de uma delas aos servidores da outra carreira não contemplada pelo legislador com a benesse.
- E)** O vencimento básico do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo e deve ser complementado até atingir esse patamar, mesmo que a sua remuneração total, obtida pela soma do vencimento básico com outras vantagens de natureza permanente, supere o valor do salário-mínimo.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Harmoniza-se com a Constituição o advento de uma lei que determine a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço prestado pelo servidor estatutário em localidades de difícil acesso, desde que seja premente a necessidade de preenchimento de quadros de pessoal nessas localidades.
- B)** O efetivo exercício do direito de greve por servidores públicos estatutários na órbita da União e no âmbito do Estado-membro, depende da edição de lei complementar federal e de lei complementar estadual, respectivamente.
- C)** Somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado o servidor público estável pode perder o seu cargo.
- D)** Não há previsão constitucional para qualquer aposentadoria do servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- E)** O Poder Executivo está constitucionalmente obrigado a tomar medidas que assegurem aos servidores públicos a revisão geral anual de suas remunerações.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Pessoa jurídica não pode pleitear danos morais em ação de responsabilidade civil do Estado.
- B)** Em caso algum admite-se a responsabilidade civil do Estado por ato praticado por membro do Poder Judiciário.
- C)** Não cabe ação de indenização por responsabilidade civil do Estado, por danos físicos em paciente, decorrentes de cirurgia em hospital do Estado, se não provado que houve erro médico.

- D)** O Estado deve ser considerado responsável, objetivamente, por todo crime que resulta em dano material para a vítima, pressupondo-se a sua omissão no dever de prestar segurança.
- E)** Não apenas as hipóteses de ofensa à reputação, dignidade e imagem da pessoa podem ensejar indenização a título de responsabilidade civil do Estado. Também a dor pela morte, em circunstâncias que atraem a responsabilidade do poder público, pode ser objeto de indenização.

07 Assinale a opção correta.

- A)** O Ministério Público tem legitimidade para defender judicialmente interesses das populações indígenas.
- B)** Ao estabelecer que o Ministério Público é o titular da ação penal pública, a Constituição implicitamente proíbe, entre nós, a ação penal privada.
- C)** Em função do princípio da unidade do Ministério Público, atos próprios de membro do Ministério Público Federal podem ser praticados por membro do Ministério Público estadual, no impedimento daquele.
- D)** Ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais; é-lhe vedada, porém, a defesa de interesses individuais quaisquer.
- E)** Nos termos da jurisprudência pacificada, o Ministério Público pode, prescindindo de ordem judicial, determinar a quebra do sigilo bancário de pessoa sob a sua investigação.

08 Assinale a opção correta.

- A)** Todas as deliberações do Congresso Nacional estão sujeitas a veto do Presidente da República.
- B)** Dá-se o chamado veto tácito quando o Presidente da República permanece inerte durante o prazo de que dispõe para vetar ou sancionar o projeto de lei.
- C)** Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal sancionar projetos de lei do interesse da magistratura federal.
- D)** O Presidente da República pode vetar um parágrafo de um artigo de um projeto de lei, sem vetar todo o artigo.
- E)** O Congresso Nacional pode rejeitar o veto do Presidente da República a um projeto de lei, desde que assim o delibere até o final da sessão legislativa em que o veto ocorreu.

09 Assinale a opção correta.

- A)** O Legislativo não pode dispor sobre matéria da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo sem a provocação deste, nem pode fixar prazo para que o Chefe do Executivo apresente projeto de lei sobre tema da iniciativa privativa deste.
- B)** O projeto de lei da iniciativa privativa do Presidente da República pode sofrer qualquer emenda no Congresso Nacional, desde que a inovação não aumente o total das despesas da União, previsto na lei orçamentária anual.
- C)** Pacificou-se o entendimento de que não sofre de inconstitucionalidade a lei resultante de projeto de lei apresentado por parlamentar, versando matéria da iniciativa privativa do Chefe do Executivo, desde que tenha sido sancionada pelo Presidente da República.
- D)** A medida provisória pode ser editada com relação a matéria que se inclui no âmbito da iniciativa legislativa reservada ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.
- E)** A Constituição Federal não pode ser emendada por proposta de membros do Congresso Nacional em matéria que, no plano legal, se situa no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Durante a vigência do seu mandato, o Senador ou o Deputado Federal está livre de qualquer espécie de prisão.
- B)** Somente depois de obtida licença da Câmara dos Deputados, o membro dessa Casa do Congresso Nacional pode ser processado por crime comum.
- C)** Nos crimes comuns, o Deputado Federal e o Senador são processados pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- D)** A proteção resultante da garantia da imunidade em sentido material dos Deputados Federais e Senadores por suas palavras e opiniões limita-se aos casos em que expendidas no exercício do mandato ou em razão deste.
- E)** Iniciado o processo criminal contra o Senador ou o Deputado Federal, o processo não poderá ser suscitado pela Casa Legislativa a que pertence o réu.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa E

Questão 6 alternativa E
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 72

01 Assinale a opção correta.

- A)** A característica da raça da pessoa não pode ser tomada pela lei como fator de tratamento diferenciado entre brasileiros.
- B)** Fere o princípio da isonomia que a lei estabeleça limites mínimos de altura para candidatos em concurso público, qualquer que seja o cargo a ser provido.
- C)** Uma vez verificado que o legislador não estendeu certa vantagem financeira a uma categoria funcional análoga à que foi contemplada expressamente pela lei com a benesse, ao Judiciário compete, em princípio, corrigir o vício da quebra da isonomia, realizando a extensão da vantagem omitida pela lei.
- D)** O legislador pode fixar limites etários máximos para a admissão de pessoal no serviço público em atenção à natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.
- E)** Fere o princípio da isonomia que a Administração Pública recuse a um particular o mesmo tratamento que vinha sendo dispensado aos administrados ao longo do tempo, mesmo que passe a entender que aquele tratamento é ilegal.

02 Sobre o sigilo bancário e fiscal, assinale a opção correta.

- A)** Trata-se de garantia fundamental absoluta.
- B)** Como nem o sigilo bancário nem o sigilo fiscal estão previstos expressamente na Constituição como direitos fundamentais, não podem ser assim tratados pelos tribunais.
- C)** Não constitui quebra do sigilo fiscal que o órgão fazendário divulgue na imprensa o nome dos maiores contribuintes investigados por inadimplência das obrigações tributárias.
- D)** Apenas o Poder Judiciário pode determinar a quebra dos sigilos fiscal e bancário de alguém.
- E)** É possível a quebra do sigilo bancário e fiscal de um cidadão, mesmo antes de ele ser formalmente acusado de fato definido como crime.

03 Assinale a opção correta.

- A)** Normas de direitos fundamentais podem criar deveres e obrigações não somente para o Estado como também para o particular.
- B)** Todas as normas de direitos fundamentais são aptas, por si mesmas, para gerar pretensões exigíveis em juízo.
- C)** Os direitos sociais previstos na Constituição em vigor não podem ser considerados direitos fundamentais.
- D)** Somente podem ser considerados titulares de direito fundamental os brasileiros ou os estrangeiros aqui residentes que tenham atingido a maioridade.
- E)** Os direitos fundamentais são irrenunciáveis, o que significa dizer que é inadmissível a auto-limitação, mesmo que temporária e para finalidades específicas, do exercício de um direito fundamental.

04 Assinale a opção correta.

- A)** Não se admite hipótese de lei retroativa no sistema constitucional em vigor.
- B)** Uma lei desarrazoada pode ser considerada ofensiva à garantia constitucional do devido processo legal.
- C)** Como regra geral, pode-se invocar a garantia constitucional do direito adquirido, para se escapar da incidência de uma norma editada pelo poder constituinte originário.
- D)** Porque o confisco de bens é proibido entre nós, o legislador não pode instituir pena de perda de bens.
- E)** No conflito entre o direito constitucional de liberdade de expressão e o direito constitucional à intimidade, este último deve invariavelmente prevalecer.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Tanto o brasileiro, nato ou naturalizado, como o estrangeiro residente no Brasil podem propor ação popular, na defesa do patrimônio público contra atos administrativos contrários à moralidade administrativa.
- B)** Somente por fato definido como crime alguém pode ser preso, no atual regime constitucional.
- C)** Somente por ordem de autoridade judiciária alguém pode ser preso, no atual regime constitucional.
- D)** Somente por decisão judicial uma associação pode ser compulsoriamente dissolvida.
- E)** Toda desapropriação deve ser precedida de justa indenização.

06 A respeito da associação profissional ou sindical, é correto afirmar:

- A)** é obrigatória a autorização estatal para a fundação de sindicato.
- B)** não é possível haver mais de uma organização sindical representativa de uma mesma categoria profissional numa mesma base territorial.
- C)** os sindicatos podem defender em juízo apenas os direitos coletivos da categoria que representam, não podendo defender direitos individuais dos sindicalizados.
- D)** é compulsória a filiação do trabalhador ao sindicato da categoria a que pertence.
- E)** o aposentado não tem direito de participar de sindicato profissional.

07 Assinale a opção correta.

- A)** Se o brasileiro adquiriu a nacionalidade de um Estado estrangeiro porque as normas deste condicionam a permanência no seu território à aquisição da sua nacionalidade, não perderá a nacionalidade brasileira.
- B)** Os portugueses em passagem pelo Território Nacional gozam de todos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado.
- C)** O brasileiro nato ou naturalizado perde a nacionalidade brasileira, se for condenado, em juízo, por atividade nociva ao interesse nacional.
- D)** A Constituição Federal não admite hipótese de dupla nacionalidade originária de brasileiro.
- E)** O legislador é livre para, a seu critério, estabelecer os cargos da Administração Pública que devem ser preenchidos exclusivamente por brasileiros natos.

08 Considere a situação dos seguintes personagens:

- I. X nasceu em Brasília, quando os seus pais, argentinos, estavam lotados na nossa Capital, na condição de agentes diplomáticos da República Argentina.
 - II. Y é português, tendo vindo morar no Brasil há mais de quinze anos, aqui residindo ininterruptamente. Nunca sofreu condenação penal.
 - III. Z nasceu na República Argentina. É filho de pai argentino e de mãe brasileira, que fora morar no país vizinho por motivos particulares. Z, há um ano, mora no Brasil, mas nunca optou pela nacionalidade brasileira.
 - IV. W, que era nacional da República Argentina, naturalizou-se brasileiro há dois anos.
- Desses quatro personagens, quantos podem ser oficiais do Exército brasileiro?

- A)** um
- B)** dois
- C)** três
- D)** todos
- E)** nenhum deles

09 Suponha que, num Estado da Federação, tenha sido editada uma lei, estabelecendo que os supermercados são responsáveis civilmente - ou seja, devem indenizar os prejudicados - pelos furtos e roubos de veículos estacionados em vagas próximas ao estabelecimento comercial. À vista disso, assinale a opção correta.

- A)** A lei é inconstitucional, porque disciplina matéria que se inclui na competência legislativa privativa da União.
- B)** A lei é inconstitucional, porque o tema é tipicamente municipal, devendo ser regulado pelo legislador do Município.
- C)** A lei foi editada por entidade competente para tanto, uma vez que, sendo o assunto de direito civil, tanto o Estado como a União podem legislar sobre ele.
- D)** O Estado é competente para legislar sobre o tema, uma vez que, sendo de direito civil, inclui-se na lista das matérias da competência residual dos Estados-membros.
- E)** A lei somente poderá ser tida como constitucional, se houver sido aprovada pela Assembleia Legislativa como lei complementar.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Em virtude da autonomia de que goza, um Estado-membro pode, por decisão que compete exclusivamente à sua Assembleia Legislativa, desmembrar-se para formar outros Estados-membros.
- B)** O legislador federal não tem competência para influir no processo de criação ou desmembramento de Municípios.
- C)** No âmbito da competência legislativa concorrente, o Estado-membro pode legislar sobre normas gerais, se a União não o houver feito, ou, se o houver feito, em caráter suplementar.
- D)** A Constituição veda toda a colaboração da União, Estados e Municípios com igrejas e cultos religiosos.
- E)** Incumbe à União, com exclusividade, o combate às causas da pobreza e os fatores de marginalização e a promoção da integração social dos setores desfavorecidos.

Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa E
Questão 3 alternativa A
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa E
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 73

01 As normas constitucionais que regulam a estrutura do Estado, a organização de seus órgãos e os direitos e garantias fundamentais, inseridas ou não num documento escrito, são classificadas como Constituição:

- A)** flexível;
- B)** formal;
- C)** semi-rígida;
- D)** dogmática;
- E)** material.

02 No caso de o Chefe Executivo discordar de parte de um projeto de lei aprovado, por entender contrário ao interesse público, poderá:

- A)** vetá-lo integralmente, porque não se admite veto parcial;
- B)** vetar a palavra que torne o sentido do texto contrário ao interesse público;
- C)** vetar o artigo inteiro, em que haja a palavra que torne o sentido do texto contrário ao interesse público;
- D)** vetá-lo integralmente, porque a razão de sua discordância é o interesse público;
- E)** vetar integral ou parcialmente, porque ato vinculado.

03 Uma proposta de emenda à Constituição, destinada a restringir direitos trabalhistas:

- A)** precisa ser aprovada por metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- B)** pode ser apresentada por metade, no mínimo, dos membros da Assembléia Legislativa de um dos Estados;
- C)** deve ser discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos;
- D)** pode ser apresentada pelo Presidente da República;
- E)** não pode ser objeto de deliberação, porque a matéria é cláusula pétrea.

04 Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar:

- A)** as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados;
- B)** os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal;
- C)** nas infrações penais comuns, o Procurador-Geral da República;
- D)** o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União;
- E)** o mandado de segurança contra ato dos Tribunais Regionais Federais.

05 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta será exercida mediante o controle externo:

- A)** do Ministério Público Federal;
- B)** do Tribunal de Contas da União;
- C)** do Congresso Nacional;
- D)** do Senado Federal;
- E)** da Câmara dos Deputados.

06 Os cargos, empregos e funções públicas somente podem ser exercidos:

- A)** por brasileiros e estrangeiros, na forma da lei;
- B)** por brasileiros natos e naturalizados, excluídos os estrangeiros;
- C)** mediante aprovação em concurso público;
- D)** mediante remuneração;
- E)** cumulativamente, sem restrições, havendo compatibilidade de horário.

07 Acerca da supremacia da Constituição, é correto afirmar que:

- A)** o princípio da supremacia não tem relação com a rigidez constitucional;

- B)** não há distinção essencial entre supremacia material e supremacia formal;
- C)** a doutrina reconhece a supremacia material até nas constituições costumeiras;
- D)** na Constituição brasileira de 1988 não vigora o princípio da supremacia;
- E)** o princípio da supremacia impede a alteração do texto constitucional.

08 São vedações constitucionais comuns aos magistrados e aos membros do Ministério Público:

- A)** exercer atividade político partidária, na forma da lei;
- B)** exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- C)** receber honorários, percentuais ou custas processuais, salvo em casos previstos em lei;
- D)** residir na respectiva comarca;
- E)** integrar os Tribunais através do "quinto constitucional".

09 A legitimação do Ministério Público para a propositura da ação civil pública é:

- A)** subsidiária;
- B)** privativa;
- C)** exclusiva;
- D)** concorrente;
- E)** excepcional.

10 O servidor público que praticar ato de improbidade administrativa NÃO ficará sujeito a:

- A)** perda da função pública;
- B)** indisponibilidade dos bens;
- C)** ressarcir o erário;
- D)** suspensão dos direitos políticos;
- E)** prisão administrativa provisória.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa E
- Questão 2 alternativa C
- Questão 3 alternativa D
- Questão 4 alternativa A
- Questão 5 alternativa C
- Questão 6 alternativa A
- Questão 7 alternativa C
- Questão 8 alternativa B
- Questão 9 alternativa D
- Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 74

01 Assinale a opção correta:

- A)** Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o controle incidental perante os Tribunais exige que, toda vez que renovado pedido de declaração de inconstitucionalidade em relação à mesma lei, deve o órgão fracionário submeter a controvérsia ao plenário ou, se for o caso, ao órgão especial da Corte.
- B)** O direito pré-constitucional pode ser objeto de controle incidental ou abstrato de normas.
- C)** Declarada incidentalmente a inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, pode o órgão fracionário de Tribunal de Justiça deixar de aplicar o referido diploma sem observância da chamada "reserva de plenário".
- D)** O Senado Federal, após a suspensão da execução da lei inconstitucional, não está impedido de revogar ou modificar o referido ato de suspensão.
- E)** Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ação civil pública não é instrumento idôneo para se obter, em qualquer hipótese, a declaração de inconstitucionalidade de uma lei.

02 Assinale a opção correta:

- A)** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal enfatiza que as disposições protegidas pelas cláusulas pétreas não podem sofrer qualquer alteração.
- B)** Segundo orientação dominante no Supremo Tribunal Federal, os direitos assegurados em tratado internacional firmado pelo Brasil têm hierarquia constitucional e estão ipso jure protegidos por cláusula pétrea.
- C)** Os direitos e garantias individuais protegidos por cláusula pétrea são somente aqueles elencados no catálogo de direitos individuais.
- D)** Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, a introdução de um sistema parlamentar de governo ou do regime monárquico pode ser realizada por simples Emenda Constitucional.

E) Segundo o entendimento dominante no Supremo Tribunal Federal, normas constitucionais originárias não podem ser objeto de controle de constitucionalidade.

03 Assinale a opção correta:

A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a declaração de inconstitucionalidade pode ter efeito ex nunc ou ex tunc.

B) A liminar concedida em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia ex tunc.

C) O Supremo Tribunal Federal costuma declarar, freqüentemente, a inconstitucionalidade de lei sem a pronúncia da nulidade.

D) Os tratados internacionais não podem ser objeto de impugnação em sede de controle abstrato de normas.

E) A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade, no que se refere ao direito federal, são instrumentos de caráter dúplice ou ambivalente.

04 Assinale a opção correta:

A) Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o princípio da proporcionalidade tem sua sede material na disposição constitucional que determina a observância do devido processo legal.

B) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode cogitar, em qualquer hipótese, de renúncia de direito fundamental no ordenamento constitucional brasileiro.

C) No caso de colisão entre direitos fundamentais, deve o intérprete identificar o direito ou a garantia hierarquicamente superior a fim de solver o conflito.

D) Não há limite constitucional expresso ou implícito para as chamadas "reservas legais simples".

E) Segundo entendimento dominante na doutrina e na jurisprudência, os direitos fundamentais não têm aplicação às relações privadas.

05 Assinale a opção correta:

A) No direito constitucional brasileiro, o princípio do direito adquirido protege contra mudança das situações estatutárias ou dos regimes jurídicos.

B) As leis de ordem pública aplicam-se de imediato, independentemente da proteção ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido.

C) A aplicação da lei que amplia os prazos de prescrição aquisitiva ou extintiva às situações em curso viola o princípio do ato jurídico perfeito.

D) A tentativa de alteração, mediante lei, de situação jurídica submetida a termo ou a condição insuscetível de ser modificada a arbítrio de outrem atenta contra o princípio constitucional do direito adquirido.

E) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, o princípio do direito adquirido afirma-se inclusive em face de alteração introduzida mediante Emenda Constitucional.

06 Assinale a opção correta:

A) Na fase do inquérito policial, a confissão do acusado na ausência de advogado deve ser considerada prova ilícita para todos os fins.

B) A denúncia genérica no processo penal configura lesão ao princípio da ampla defesa e do contraditório.

C) A lei penal mais benéfica, para fins estabelecidos na Constituição Federal, há de ser considerada tão-somente a lei que define ou suprime crime e estabelece ou reduz pena.

D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a gravação de conversa telefônica por um dos interlocutores, sem o conhecimento dos demais, constitui prova ilícita se utilizada em qualquer processo judicial ou administrativo.

E) A disposição do Código de Processo Penal brasileiro segundo a qual o silêncio do acusado pode ser interpretado em seu desfavor foi recebida pela ordem constitucional de 1988.

07 Assinale a opção correta:

A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o valor da prévia e justa indenização na desapropriação há de ser assegurado já por ocasião da imissão provisória na posse.

B) Segundo a jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal, a retrocessão, no caso de tredestinação ou adestinação do bem expropriado, configura simples direito pessoal que se resolve em perdas e danos.

C) A indenização da propriedade, no caso de desapropriação para fins de reforma agrária, não há de ser necessariamente prévia, uma vez que o pagamento do imóvel há de se fazer mediante entrega de títulos da dívida agrária.

D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as condições de uso, gozo e fruição da propriedade material ou imaterial não podem ser objeto de alteração mediante decisão legislativa superveniente.

E) A Constituição Federal autoriza a desapropriação pelo município de terrenos urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados, com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

08 Assinale a opção correta:

A) A liberdade sindical constitucionalmente assegurada não permite a criação de mais de um sindicato, representativo de uma mesma categoria profissional ou econômica, por base territorial.

B) A contribuição fixada pela assembleia geral para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva é obrigatória para filiados ou não-filiados.

C) A participação dos sindicatos nas negociações coletivas pode ser dispensada se os trabalhadores designarem diretamente os seus próprios representantes.

D) As normas que integram o capítulo referente aos direitos sociais são normas constitucionais programáticas.

E) A Constituição Federal assegura um direito de greve absoluto ou irrestrito.

09 Assinale a opção correta:

A) Os Estados-membros podem adotar, no âmbito do seu poder de conformação, o regime parlamentar de governo.

B) A não-aplicação pelo Estado-membro do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais configura violação a princípio constitucional sensível, podendo dar ensejo a representação para fins de intervenção federal.

C) Os Estados-membros podem dispor sobre o sistema eleitoral, sendo-lhes possível adotar, por exemplo, o sistema distrital misto nas eleições parlamentares estaduais e municipais.

D) A Câmara do Distrito Federal pode dispor sobre a organização do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, cabendo-lhe, se for o caso, definir a estrutura do controle direto de inconstitucionalidade no âmbito daquela Corte.

E) A competência legislativa concorrente disciplinada na Constituição Federal impõe que o Estado-membro somente atue supletivamente.

10 Assinale a opção correta:

A) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, matéria objeto de medida provisória rejeitada expressamente pelo Congresso Nacional pode ser objeto de nova medida provisória na mesma sessão legislativa.

B) A reedição de medida provisória não produz qualquer efeito jurídico relevante, uma vez que, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a fórmula adotada não evita uma solução de continuidade normativa.

C) Contribuição social instituída mediante medida provisória, sucessivamente reeditada, poderá ser exigida 90 (noventa) dias após publicação do ato normativo inaugural, independentemente de sua conversão em lei.

D) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a cláusula de convalidação ou de ratificação de medida provisória, na hipótese de reedição.

E) A Constituição Federal proíbe a utilização de medida provisória pelo Estado-membro.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa E

Questão 3 alternativa E

Questão 4 alternativa A

Questão 5 alternativa D

Questão 6 alternativa B

Questão 7 alternativa C

Questão 8 alternativa A

Questão 9 alternativa B

Questão 10 alternativa C

Direito Constitucional 75

01 Considere as afirmativas a seguir:

I - Sendo a Constituição Federal a lei suprema, ela é a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade.

II - Todas as leis se subordinam à Constituição Federal, não podendo contra ela dispor.

III - À medida que a Constituição fixa as regras principais, por serem estas completas e claras, não é permitida a existência de leis ordinárias e matéria constitucional.

Assinale:

A) Se I, II e III (todas) forem verdadeiras.

B) Se apenas I e III forem verdadeiras.

- C) Se apenas II e III forem verdadeiras.
- D) Se apenas I e II forem verdadeiras.

02 Com referência à decisão de inconstitucionalidade, assinale a alternativa incorreta.

- A) O controle incidental tem efeito apenas para as partes litigantes. A decisão que afasta o ato inconstitucional não beneficia a quem não for parte na demanda em que se reconhecer a inconstitucionalidade. É o chamado "efeito particular", ou inter partes.
- B) Já o controle principal tem efeito geral, erga omnes, eliminando para o futuro e de vez qualquer possibilidade de aplicação do ato reconhecido como inconstitucional.
- C) Para a doutrina kelseniana, a decisão de inconstitucionalidade tem caráter "desconstitutivo".
- D) A doutrina clássica considera a decisão de inconstitucionalidade como tendo caráter "anulatório direto".

03 O Senado Federal é integrante do Legislativo, não podendo aprovar-se lei sem que tenha oportunamente se manifestado sobre o projeto, possuindo ainda algumas competências privativas como, por exemplo:

- A) Deliberar sobre a instauração de processo contra o Presidente da República.
- B) Fiscalizar os Estados e os Municípios no que tange aos empréstimos externos que eles desejem contrair.
- C) Indicar o candidato a Vice-Presidente da República.
- D) Nomear os Ministros da área econômica.

04 A Constituição brasileira mantém o instituto do veto, permitindo que o Presidente da República recuse sanção a projeto de lei já aprovado pelo Congresso, dessa forma impedindo sua transformação em lei. Porém são aceitos como fundamentos do veto:

- A) A dificuldade para sua execução e o risco de sua fiscalização.
- B) A inconstitucionalidade (motivo estritamente jurídico) e a inconveniência.
- C) A inconveniência (um motivo estritamente político) e a falta de tempo para análise do projeto de lei.
- D) A sua não-apreciação pelo Senado e a inconstitucionalidade (motivo jurídico e político).

05 Assinale a alternativa correta.

- A) O Direito brasileiro reconhece a todos os tribunais o poder de eleger seus presidentes e demais titulares de sua direção, garantindo assim sua independência.
- B) A vitaliciedade consiste em não poder perder o magistrado o cargo senão por força de decisão do Senado Federal.
- C) Podem os tribunais elaborar seus regimentos internos, mas, no tocante à sua sanção, cumpre ao Presidente da República.
- D) O juiz pode exercer, se desejar, atividade político-partidária.

06 Considere as seguintes afirmativas:

- I - Cada cidadão tem o direito de trabalhar no ofício que lhe agrada, para o qual tiver aptidão.
- II - Nossa Constituição garante a liberdade de ensino, que é uma dentre as várias formas de liberdade de expressão do pensamento.
- III - A Constituição assegura a liberdade de associação para fins lícitos e ainda paramilitares.
- IV - Na classificação dos direitos, o direito de associação e o de greve são direitos implícitos.

São verdadeiras:

- A) II e III apenas.
- B) IV e I apenas.
- C) I e II apenas.
- D) III e IV apenas.

07 Sobre o Mandado de Segurança é incorreto afirmar que:

- A) Foi criado pela Constituição de 1988.
- B) É uma criação brasileira, incluindo-se entre suas fontes, os vários writs do Direito anglo-americano e o "amparo" mexicano.
- C) É remédio específico contra a violação pelo poder público, de direito líquido e certo.
- D) Pode ser coletivo, tendo legitimidade ativa para impetrá-lo os partidos políticos, os sindicatos, as entidades de classe e as associações.

08 "Inovação na Constituição de 1988, servindo para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registro ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público." Esta descrição refere-se ao:

- A) Mandado de injunção.
- B) Habeas corpus.
- C) Habeas data.

D) Ação civil pública.

09 Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que não diz respeito ao estado de sítio.

A) É meio de defesa da ordem preferido nos países de direito escrito, tem sua origem no Direito francês.

B) Com ele ocorre a suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais.

C) Com o fundamento de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, não pode ser decretado por mais de vinte dias.

D) A Constituição Federal que atribui ao Presidente da República, ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República, o poder de declarar o estado de sítio, sujeito, contudo, à autorização prévia do Congresso Nacional.

10 Considere as afirmativas:

I - A decretação do estado de defesa se fará após o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional e será submetida, em 24 horas, à apreciação do Congresso Nacional.

II - O prazo de duração do estado de defesa é de trinta dias, permitida uma única prorrogação por igual prazo.

III - Cessado o estado de defesa cessam seus efeitos, não subsistindo nem mesmo a responsabilidade dos seus executores pelos ilícitos que cometerem.

São verdadeiras:

A) I somente.

B) I e II somente.

C) II e III somente.

D) III somente.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa D

Questão 2 alternativa D

Questão 3 alternativa B

Questão 4 alternativa B

Questão 5 alternativa A

Questão 6 alternativa C

Questão 7 alternativa A

Questão 8 alternativa C

Questão 9 alternativa C

Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 76

01 Assinale a opção correta.

A) Uma vantagem funcional incorporada à remuneração do servidor público no regime da Constituição passada deve continuar a ser paga a ele, mesmo que a Constituição nova o proíba, uma vez que a nova Constituição não pode retroagir para afetar situações que foram iniciadas antes do seu advento.

B) Leis anteriores à Constituição em vigor somente continuam a produzir efeitos na vigência da nova ordem se forem expressamente recepcionadas pelo legislador da nova ordem.

C) Tratados celebrados pelo Brasil, que estejam em linha colidente com normas constitucionais, embora não revoguem a Constituição, paralisam a eficácia desta nos pontos em que se chocam.

D) O STF pode declarar a inconstitucionalidade de certos entendimentos de um ato normativo, objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade, sem, contudo, declarar inválido o próprio ato normativo.

E) O Judiciário não tem competência para desautorizar decisões tomadas pelo poder constituinte de reforma, que, no exercício da sua função de emendar a Constituição, é soberano.

02 Assinale a opção correta.

A) Cabe ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar o Presidente da República, quando este figurar como réu em ação popular.

B) O Supremo Tribunal Federal tem competência para julgar conflitos entre a União e os Estados-membros, além de conflitos destes últimos entre si.

C) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar ação popular contra ato jurisdicional praticado por membro da mesma Corte.

D) Cabe à Justiça Federal de primeira instância julgar o habeas corpus contra ato do Presidente da República.

E) Cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

03 Assinale a opção correta.

- A)** As normas constitucionais programáticas, por se destinarem, por sua própria natureza, a uma duração limitada no tempo, estão todas situadas na parte da Constituição relativa às disposições constitucionais transitórias.
- B)** As normas constitucionais programáticas não produzem efeito jurídico algum, a não ser depois de desenvolvidas pelo legislador ordinário.
- C)** Nenhuma norma da Constituição Federal possui eficácia plena, porque todas elas dependem, em maior ou menor grau, de desenvolvimento do seu conteúdo pelo legislador ordinário.
- D)** A Constituição que não adota normas programáticas é conhecida pela doutrina como Constituição dirigente.
- E)** Um direito previsto numa norma constitucional de eficácia contida pode ser restringido por meio de lei ordinária.

04 Assinale a opção correta.

- A)** É auto-aplicável a norma constitucional que estabelece que a remuneração dos ocupantes de cargos na Administração Pública, incluídas as vantagens pessoais, não pode exceder o subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- B)** Servidores inativos, mesmo que aposentados antes da promulgação da Constituição, estão sujeitos ao teto de remuneração nela estabelecido.
- C)** Nada impede que, em dispositivo específico, lei orçamentária fixe nova remuneração para servidores públicos de determinadas carreiras.
- D)** A Constituição de um Estado-membro pode determinar a equiparação remuneratória entre cargos do serviço público estadual.
- E)** O Presidente da República tem a iniciativa privativa de projetos de lei sobre a remuneração e subsídios de servidores públicos e membros dos três poderes da União.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Toda lei emanada do Congresso Nacional, por ser hierarquicamente superior às leis ordinárias estaduais, prevalece sobre essas, quando dispuserem em sentido conflitante.
- B)** A lei ordinária federal válida, por conta do princípio da hierarquia das leis, não pode contrariar o disposto em Constituição Estadual.
- C)** Sendo a matéria da competência legislativa da União, o princípio federativo não obsta que a lei federal ordinária prevaleça sobre as leis complementares dos Estados que versam sobre o mesmo assunto.
- D)** Em face do princípio federativo, toda vez que uma lei ordinária estadual conflitar com o disposto numa lei ordinária federal, aquela deverá prevalecer.
- E)** Em sendo a matéria da competência legislativa comum dos Estados e da União, o legislador estadual somente pode editar lei se a União não o fizer.

06 Assinale a opção correta.

- A)** A lei anterior à Constituição em vigor, que com ela não se compatibiliza materialmente, é considerada revogada por esta.
- B)** Somente o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade, pode resolver controvérsia sobre a continuidade da vigência, no atual regime constitucional, de lei ordinária anterior à Constituição de 1988.
- C)** Os Estados-membros podem efetuar o controle abstrato de leis estaduais e municipais em face da Constituição Federal, por meio de representação de inconstitucionalidade.
- D)** A declaração de inconstitucionalidade de uma lei pelo Supremo Tribunal Federal, em uma ação direta de inconstitucionalidade, somente produzirá eficácia contra todos depois de suspensa a execução da lei pelo Senado Federal.
- E)** O Advogado-Geral da União tem legitimidade para, em nome do Presidente da República, propor ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

07 Assinale o ato normativo abaixo que não é objeto próprio de ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal:

- A)** Medida Provisória
- B)** Emenda à Constituição
- C)** Decreto regulamentador de lei
- D)** Dispositivo de Constituição Estadual
- E)** Emenda ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal

08 Suponha que uma lei que concede aumento a servidores públicos, depois de três meses de vigência, venha a ser declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.

- A)** Embora a lei seja declarada inconstitucional, os servidores deverão continuar a receber o aumento que ela concedeu, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, à conta do princípio da irredutibilidade de vencimentos.
- B)** Porque a declaração de inconstitucionalidade é retrooperante, em princípio, poderá ser demandada dos servidores a devolução do que receberam em virtude da lei inconstitucional.
- C)** Por causa do princípio da irredutibilidade de vencimentos, os servidores não deverão repor o que receberam antes de a lei ser declarada inconstitucional.
- D)** Porque a declaração de inconstitucionalidade, em regra, produz efeitos a partir da decisão do STF, somente os servidores que ingressarem no serviço público depois do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade estarão impedidos de receber a vantagem criada na lei criticada.
- E)** A declaração de inconstitucionalidade do STF em ação direta de inconstitucionalidade, porque é abstrata, não produz nenhuma influência sobre a situação dos servidores que vinham recebendo a vantagem.

09 Suponha que o Supremo Tribunal Federal tenha julgado, no mérito, definitivamente improcedente uma ação declaratória de constitucionalidade. A decisão já transitou em julgado. Com estas informações é seguro e certo afirmar que:

- A)** A ação declaratória de constitucionalidade não foi proposta pelo Presidente da República.
- B)** A lei é federal ou estadual, mas com certeza não é municipal.
- C)** A lei não mais poderá ser aplicada por nenhum órgão do Poder Executivo Federal.
- D)** Se a lei era estadual, a ação terá sido proposta pelo Governador do Estado.
- E)** O resultado da decisão não cria obstáculo a que a lei venha a ser apreciada por outros órgãos do Judiciário, no exercício do controle incidental de constitucionalidade, e que a lei venha a ser declarada quer constitucional quer inconstitucional pelo julgador.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Entes estaduais não têm competência para apresentar proposta de emenda à Constituição.
- B)** A lei pode declarar a inconstitucionalidade de outro ato normativo, sempre que for evidente o vício de legitimidade.
- C)** Os projetos encaminhados pelo Presidente da República ao Congresso Nacional podem ter a sua discussão iniciada, indiferentemente, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados.
- D)** Uma vez aprovado o projeto de lei na Câmara dos Deputados, onde tiveram início as discussões e votação do mesmo, o projeto seguirá para o Senado Federal, que, se o aprovar, mesmo que com emendas, deverá remetê-lo ao Presidente da República para a sanção ou veto.
- E)** Uma lei federal, no regime constitucional vigente, pode ser aprovada pelo Congresso Nacional sem a manifestação do Plenário da Câmara dos Deputados ou do Plenário do Senado Federal.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa B
Questão 3 alternativa E
Questão 4 alternativa B
Questão 5 alternativa C
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa C
Questão 8 alternativa B
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa E

Direito Constitucional 77

01 Assinale a opção em que consta caso de acumulação vedada constitucionalmente. Considere, para a sua resposta, que as profissões de médico, dentista e de fisioterapeuta são profissões regulamentadas por lei.

- A)** Dois cargos de professor de ensino médio.
- B)** Dois cargos de dentista na Administração Direta Federal.
- C)** Cargo de professor de instituição de ensino superior federal com emprego de professor em instituição privada de ensino.
- D)** Vencimentos de cargo de médico com vencimento de professor de Universidade Federal com proventos de outro cargo de médico.
- E)** Cargo de fisioterapeuta na Administração autárquica federal com outro emprego de fisioterapeuta em uma sociedade de economia mista estadual.

02 Assinale a opção em que consta afirmativa errada sobre a intervenção federal:

- A)** A intervenção federal pode ser decretada para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública em um Estado da Federação.
- B)** Os Municípios situados nos Estados da Federação são insuscetíveis de sofrer intervenção federal.
- C)** A intervenção federal pode ser decretada pelo Procurador-Geral da República para preservar os direitos humanos em Estado da Federação que não o esteja defendendo a contento.
- D)** O Distrito Federal pode sofrer intervenção federal.
- E)** O Estado que descumpra decisão judicial provida da Justiça do Trabalho pode sofrer intervenção federal por requisição do Supremo Tribunal Federal.

03 Sobre as medidas provisórias, assinale a opção correta.

- A)** Podem dispor sobre assunto que o constituinte entregou à regulação por lei ordinária ou complementar.
- B)** Medida provisória não pode, no regime constitucional atual, alterar o Código Penal, mesmo que seja para descriminalizar condutas.
- C)** O Presidente da República pode delegar o poder de editar medida provisória a autoridades graduadas da República.
- D)** Havendo urgência e relevância, o Presidente da República pode revogar, por meio de medida provisória, dispositivos da legislação eleitoral vigente.
- E)** O juízo de relevância e urgência para a edição de medida provisória é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.

04 Assinale a opção correta.

- A)** Deve ser estendida ao aposentado a gratificação deferida de forma geral a todos os servidores públicos da mesma carreira do inativo, mesmo que a lei seja silente sobre essa extensão.
- B)** A lei pode estipular teto máximo do valor da aposentadoria de todos os servidores públicos, diferente do teto fixado para os servidores em atividade.
- C)** O pensionista do servidor público somente faz jus aos reajustes gerais dos servidores públicos, não lhe podendo ser pagas vantagens e gratificações criadas para os integrantes da carreira do instituidor da pensão depois da morte deste.
- D)** Como regra geral, uma vez provada a similitude de atribuições entre duas carreiras distintas do serviço público, o Judiciário pode estender vantagem pecuniária criada por lei para os servidores de uma delas aos servidores da outra carreira não contemplada pelo legislador com a benesse.
- E)** O vencimento básico do servidor público não pode ser inferior ao salário-mínimo e deve ser complementado até atingir esse patamar, mesmo que a sua remuneração total, obtida pela soma do vencimento básico com outras vantagens de natureza permanente, supere o valor do salário-mínimo.

05 Assinale a opção correta.

- A)** Harmoniza-se com a Constituição o advento de uma lei que determine a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, do tempo de serviço prestado pelo servidor estatutário em localidades de difícil acesso, desde que seja premente a necessidade de preenchimento de quadros de pessoal nessas localidades.
- B)** O efetivo exercício do direito de greve por servidores públicos estatutários na órbita da União e no âmbito do Estado-membro, depende da edição de lei complementar federal e de lei complementar estadual, respectivamente.
- C)** Somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado o servidor público estável pode perder o seu cargo.
- D)** Não há previsão constitucional para qualquer aposentadoria do servidor público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- E)** O Poder Executivo está constitucionalmente obrigado a tomar medidas que assegurem aos servidores públicos a revisão geral anual de suas remunerações.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Pessoa jurídica não pode pleitear danos morais em ação de responsabilidade civil do Estado.
- B)** Em caso algum admite-se a responsabilidade civil do Estado por ato praticado por membro do Poder Judiciário.
- C)** Não cabe ação de indenização por responsabilidade civil do Estado, por danos físicos em paciente, decorrentes de cirurgia em hospital do Estado, se não provado que houve erro médico.
- D)** O Estado deve ser considerado responsável, objetivamente, por todo crime que resulta em dano material para a vítima, pressupondo-se a sua omissão no dever de prestar segurança.
- E)** Não apenas as hipóteses de ofensa à reputação, dignidade e imagem da pessoa podem ensejar indenização a título de responsabilidade civil do Estado. Também a dor pela morte, em circunstâncias que atraem a responsabilidade do poder público, pode ser objeto de indenização.

07 Assinale a opção correta.

- A)** O Ministério Público tem legitimidade para defender judicialmente interesses das populações indígenas.
- B)** Ao estabelecer que o Ministério Público é o titular da ação penal pública, a Constituição implicitamente proíbe, entre nós, a ação penal privada.
- C)** Em função do princípio da unidade do Ministério Público, atos próprios de membro do Ministério Público Federal podem ser praticados por membro do Ministério Público estadual, no impedimento daquele.
- D)** Ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais; é-lhe vedada, porém, a defesa de interesses individuais quaisquer.
- E)** Nos termos da jurisprudência pacificada, o Ministério Público pode, prescindindo de ordem judicial, determinar a quebra do sigilo bancário de pessoa sob a sua investigação.

08 Assinale a opção correta.

- A)** Todas as deliberações do Congresso Nacional estão sujeitas a veto do Presidente da República.
- B)** Dá-se o chamado veto tácito quando o Presidente da República permanece inerte durante o prazo de que dispõe para vetar ou sancionar o projeto de lei.
- C)** Cabe ao Presidente do Supremo Tribunal Federal sancionar projetos de lei do interesse da magistratura federal.
- D)** O Presidente da República pode vetar um parágrafo de um artigo de um projeto de lei, sem vetar todo o artigo.
- E)** O Congresso Nacional pode rejeitar o veto do Presidente da República a um projeto de lei, desde que assim o delibere até o final da sessão legislativa em que o veto ocorreu.

09 Assinale a opção correta.

- A)** O Legislativo não pode dispor sobre matéria da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo sem a provocação deste, nem pode fixar prazo para que o Chefe do Executivo apresente projeto de lei sobre tema da iniciativa privativa deste.
- B)** O projeto de lei da iniciativa privativa do Presidente da República pode sofrer qualquer emenda no Congresso Nacional, desde que a inovação não aumente o total das despesas da União, previsto na lei orçamentária anual.
- C)** Pacificou-se o entendimento de que não sofre de inconstitucionalidade a lei resultante de projeto de lei apresentado por parlamentar, versando matéria da iniciativa privativa do Chefe do Executivo, desde que tenha sido sancionada pelo Presidente da República.
- D)** A medida provisória pode ser editada com relação a matéria que se inclui no âmbito da iniciativa legislativa reservada ao Poder Legislativo ou ao Poder Judiciário.
- E)** A Constituição Federal não pode ser emendada por proposta de membros do Congresso Nacional em matéria que, no plano legal, se situa no âmbito da iniciativa legislativa privativa do Chefe do Executivo.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Durante a vigência do seu mandato, o Senador ou o Deputado Federal está livre de qualquer espécie de prisão.
- B)** Somente depois de obtida licença da Câmara dos Deputados, o membro dessa Casa do Congresso Nacional pode ser processado por crime comum.
- C)** Nos crimes comuns, o Deputado Federal e o Senador são processados pelo Superior Tribunal de Justiça, nos crimes de responsabilidade, pelo Supremo Tribunal Federal.
- D)** A proteção resultante da garantia da imunidade em sentido material dos Deputados Federais e Senadores por suas palavras e opiniões limita-se aos casos em que expendidas no exercício do mandato ou em razão deste.
- E)** Iniciado o processo criminal contra o Senador ou o Deputado Federal, o processo não poderá ser suscitado pela Casa Legislativa a que pertence o réu.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
Questão 2 alternativa C
Questão 3 alternativa B
Questão 4 alternativa A
Questão 5 alternativa E
Questão 6 alternativa E
Questão 7 alternativa A
Questão 8 alternativa D
Questão 9 alternativa A
Questão 10 alternativa D

01 Considere as afirmativas a seguir:

I - Sendo a Constituição Federal a lei suprema, ela é a base da ordem jurídica e a fonte de sua validade.

II - Todas as leis se subordinam à Constituição Federal, não podendo contra ela dispor.

III - À medida que a Constituição fixa as regras principais, por serem estas completas e claras, não é permitida a existência de leis ordinárias e matéria constitucional.

Assinale:

A) Se I, II e III (todas) forem verdadeiras.

B) Se apenas I e III forem verdadeiras.

C) Se apenas II e III forem verdadeiras.

D) Se apenas I e II forem verdadeiras.

02 Com referência à decisão de inconstitucionalidade, assinale a alternativa incorreta.

A) O controle incidental tem efeito apenas para as partes litigantes. A decisão que afasta o ato inconstitucional não beneficia a quem não for parte na demanda em que se reconhecer a inconstitucionalidade. É o chamado "efeito particular", ou inter partes.

B) Já o controle principal tem efeito geral, erga omnes, eliminando para o futuro e de vez qualquer possibilidade de aplicação do ato reconhecido como inconstitucional.

C) Para a doutrina kelseniana, a decisão de inconstitucionalidade tem caráter "desconstitutivo".

D) A doutrina clássica considera a decisão de inconstitucionalidade como tendo caráter "anulatório direto".

03 O Senado Federal é integrante do Legislativo, não podendo aprovar-se lei sem que tenha oportunamente se manifestado sobre o projeto, possuindo ainda algumas competências privativas como, por exemplo:

A) Deliberar sobre a instauração de processo contra o Presidente da República.

B) Fiscalizar os Estados e os Municípios no que tange aos empréstimos externos que eles desejem contrair.

C) Indicar o candidato a Vice-Presidente da República.

D) Nomear os Ministros da área econômica.

04 A Constituição brasileira mantém o instituto do veto, permitindo que o Presidente da República recuse sanção a projeto de lei já aprovado pelo Congresso, dessa forma impedindo sua transformação em lei. Porém são aceitos como fundamentos do veto:

A) A dificuldade para sua execução e o risco de sua fiscalização.

B) A inconstitucionalidade (motivo estritamente jurídico) e a inconveniência.

C) A inconveniência (um motivo estritamente político) e a falta de tempo para análise do projeto de lei.

D) A sua não-apreciação pelo Senado e a inconstitucionalidade (motivo jurídico e político).

05 Assinale a alternativa correta.

A) O Direito brasileiro reconhece a todos os tribunais o poder de eleger seus presidentes e demais titulares de sua direção, garantindo assim sua independência.

B) A vitaliciedade consiste em não poder perder o magistrado o cargo senão por força de decisão do Senado Federal.

C) Podem os tribunais elaborar seus regimentos internos, mas, no tocante à sua sanção, cumpre ao Presidente da República.

D) O juiz pode exercer, se desejar, atividade político-partidária.

06 Considere as seguintes afirmativas:

I - Cada cidadão tem o direito de trabalhar no ofício que lhe agrada, para o qual tiver aptidão.

II - Nossa Constituição garante a liberdade de ensino, que é uma dentre as várias formas de liberdade de expressão do pensamento.

III - A Constituição assegura a liberdade de associação para fins lícitos e ainda paramilitares.

IV - Na classificação dos direitos, o direito de associação e o de greve são direitos implícitos.

São verdadeiras:

A) II e III apenas.

B) IV e I apenas.

C) I e II apenas.

D) III e IV apenas.

07 Sobre o Mandado de Segurança é incorreto afirmar que:

A) Foi criado pela Constituição de 1988.

B) É uma criação brasileira, incluindo-se entre suas fontes, os vários writs do Direito anglo-americano e o "amparo" mexicano.

C) É remédio específico contra a violação pelo poder público, de direito líquido e certo.

D) Pode ser coletivo, tendo legitimidade ativa para impetrá-lo os partidos políticos, os sindicatos, as entidades de classe e as associações.

08 "Inovação na Constituição de 1988, servindo para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante constantes de registro ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público." Esta descrição refere-se ao:

- A)** Mandado de injunção.
- B)** Habeas corpus.
- C)** Habeas data.
- D)** Ação civil pública.

09 Assinale, dentre as alternativas seguintes, aquela que não diz respeito ao estado de sítio.

- A)** É meio de defesa da ordem preferido nos países de direito escrito, tem sua origem no Direito francês.
- B)** Com ele ocorre a suspensão temporária e localizada de garantias constitucionais.
- C)** Com o fundamento de comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa, não pode ser decretado por mais de vinte dias.
- D)** A Constituição Federal que atribui ao Presidente da República, ouvidos o Conselho de Defesa Nacional e o Conselho da República, o poder de declarar o estado de sítio, sujeito, contudo, à autorização prévia do Congresso Nacional.

10 Considere as afirmativas:

I - A decretação do estado de defesa se fará após o pronunciamento do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional e será submetida, em 24 horas, à apreciação do Congresso Nacional.

II - O prazo de duração do estado de defesa é de trinta dias, permitida uma única prorrogação por igual prazo.

III - Cessado o estado de defesa cessam seus efeitos, não subsistindo nem mesmo a responsabilidade dos seus executores pelos ilícitos que cometerem.

São verdadeiras:

- A)** I somente.
- B)** I e II somente.
- C)** II e III somente.
- D)** III somente.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa D
- Questão 2 alternativa D
- Questão 3 alternativa B
- Questão 4 alternativa B
- Questão 5 alternativa A
- Questão 6 alternativa C
- Questão 7 alternativa A
- Questão 8 alternativa C
- Questão 9 alternativa C
- Questão 10 alternativa B

Direito Constitucional 79

01 Assinale a opção correta.

A) O servidor que comete ato de improbidade administrativa está sujeito à pena de perda dos direitos políticos.

B) A condenação do servidor público nas penas previstas para atos de improbidade não prejudica uma eventual ação criminal pelos mesmos fatos.

C) Junto com a prescrição do ilícito cometido pelo servidor público, prescreve, também, a ação de ressarcimento pelo prejuízo ao erário advindo do ilícito.

D) A Administração pode cobrar do servidor aquilo que teve que pagar a terceiro a título de indenização por responsabilidade civil do Estado, mas esse direito de regresso depende de prova de que o servidor agiu com dolo no evento danoso, não sendo suficiente a comprovação da mera culpa.

E) Para que se caracterize a responsabilidade civil do Estado por prejuízo sofrido por particular, é necessário que se comprove que o dano sofrido por este guarda nexos de causalidade com alguma ação, pelo menos culposa, de um agente público.

02 Assinale a opção correta.

A) A invalidez permanente do servidor público, por qualquer causa, assegura-lhe aposentadoria com proventos integrais.

- B)** Não é possível que um servidor público receba mais de uma aposentadoria por tempo de contribuição.
- C)** Na aposentadoria compulsória, o servidor receberá proventos integrais, independentemente do tempo de contribuição.
- D)** As vantagens pecuniárias que beneficiam, em caráter geral, todos os integrantes de uma categoria de servidores públicos devem ser pagas também aos servidores dessa categoria já aposentados.
- E)** Uma vez que o sistema previdenciário do servidor público federal não se confunde com o sistema previdenciário do servidor público estadual, o tempo de contribuição estadual não se conta para fins de aposentadoria em cargo público federal.

03 Assinale a opção correta.

- A)** Nos termos expressos da Constituição Federal, todos os servidores públicos federais estão sujeitos a julgamento por crime de responsabilidade, perante Juiz Federal, Tribunal Regional Federal, Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal, conforme a hierarquia do cargo ocupado.
- B)** Como regra geral, o provimento de cargos públicos na Administração direta e autárquica depende de prévia aprovação em concurso público; por outro lado, como regra geral, a investidura em empregos em sociedades de economia mista e em empresas públicas prescinde de concurso público.
- C)** A Constituição Federal expressamente assegura aos servidores públicos que, anualmente, se faça a revisão geral das suas remunerações, sendo que a falta de lei que defina esse reajuste constitui omissão inconstitucional.
- D)** Enquanto não regulado por lei ordinária, o direito de greve por servidores públicos somente pode ser exercido por servidores filiados a alguma associação sindical.
- E)** É legítimo que, durante a apreciação de projeto de lei do Executivo, sobre reestruturação de serviço do INSS, os congressistas aprovem emenda parlamentar estipulando aumento de vencimentos para os servidores incumbidos das novas tarefas criadas pela lei.

04 Sobre as comissões parlamentares de inquérito, é correto afirmar:

- A)** Elas têm competência para editar leis novas, quando verificarem a inadequação da legislação em vigor.
- B)** Dependem de autorização judicial para determinar a quebra do sigilo bancário de investigados.
- C)** Não têm prazo determinado para encerrar os seus trabalhos, valendo o princípio de que, enquanto houver o que investigar, permanece em funcionamento a comissão instaurada.
- D)** Dependem de autorização judicial para quebrar o sigilo fiscal e telefônico do investigado.
- E)** Não podem exigir de testemunha que responda a pergunta que não tenha pertinência com o objeto da CPI ou que envolva assunto protegido pelo sigilo profissional.

05 Assinale a opção correta a respeito da medida provisória.

- A)** medida provisória rejeitada pode ser reeditada na sessão legislativa seguinte àquela em que a rejeição se deu.
- B)** enquanto não for votada no Congresso Nacional, a medida provisória pode ser sucessivamente reeditada, sempre que passados 60 dias da sua publicação anterior, até que o Congresso a aprecie.
- C)** embora não caiba medida provisória em matéria relativa a direito penal, nada impede que o Código de Processo Penal seja alterado por esse instrumento normativo.
- D)** a medida provisória pode ser editada sobre assunto próprio de lei complementar.
- E)** no sistema constitucional em vigor, não se admite hipótese de majoração de imposto por meio de medida provisória.

06 Assinale a opção correta.

- A)** Toda vez que a Constituição determina que um direito ou uma competência seja regulado em lei, essa lei terá nome e o tratamento de lei complementar.
- B)** Lei ordinária que dispõe sobre assunto próprio de lei complementar é inconstitucional.
- C)** A lei complementar se define por ser aprovada pelo Congresso Nacional mediante o mesmo procedimento de elaboração de emenda à Constituição.
- D)** O legislador é livre para escolher as matérias que pretende regular sob a forma de lei complementar, conforme lhes queira emprestar maior ou menor estabilidade.
- E)** Leis complementares, como as emendas à Constituição, não se sujeitam à sanção ou ao veto do Presidente da República.

07 Suponha que um Deputado Federal suba à tribuna da Câmara a que pertence e, num discurso em que enumera os males da Administração Pública, ataque ferozmente você, que já é, então, servidor público. Suponha, ainda, que esses ataques sejam injustos, caluniosos, atribuindo a você crimes contra a Administração que você de modo algum cometeu. Nessas circunstâncias, assinale a opção correta.

- A)** Pelo fato, o Deputado poderá ser processado por crime de responsabilidade no Superior Tribunal de Justiça, em ação a ser proposta pelo Procurador-Geral da República.

- B)** O Supremo Tribunal Federal poderá julgar o Deputado por crime comum, e deverá condená-lo, se demonstrado que você não cometeu os crimes que o discurso disse que foram perpetrados.
- C)** O Supremo Tribunal Federal poderá processar criminalmente o Deputado, dependendo, porém, de prévia licença da Câmara dos Deputados.
- D)** Demonstrado que o discurso é calunioso, o Deputado haverá de ser condenado criminalmente perante Juízo Federal de primeira instância, que também será competente para condená-lo a reparar danos morais.
- E)** Pelo fato, o Deputado não poderá ser processado criminalmente, nem mesmo no STF; além disso, não estará sujeito à responsabilidade civil pelo discurso que proferiu.

08 Assinale a opção correta.

- A)** Mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, a matéria de projeto de lei rejeitado pode ser objeto de novo projeto de lei na mesma sessão legislativa.
- B)** A medida provisória não convertida em lei perde toda a sua eficácia e, em nenhuma circunstância, um ato praticado com base na medida provisória, enquanto ela esteve em vigor, poderá ser considerado válido.
- C)** Se um projeto de lei teve início na Câmara dos Deputados, poderá o Senado, em seguida, rejeitá-lo, hipótese em que será arquivado, ou poderá aprová-lo integralmente ou com emendas, sendo que, nessas duas últimas hipóteses, o projeto seguirá, de imediato, para a sanção ou veto do Presidente da República.
- D)** O Presidente da República, mesmo depois de comunicado ao Presidente do Senado os motivos pelos quais vetou o projeto de lei, pode revogar o veto e ter o projeto de lei como sancionado.
- E)** Se o Presidente da República se convencer de que apenas um trecho do caput de um artigo do projeto de lei é inconstitucional, poderá vetá-lo apenas em tal passagem, por tal motivo.

09 Sobre os limites constitucionais à ação da Administração Pública num processo administrativo, assinale a opção correta.

- A)** A Administração não pode, sob pena de desrespeito ao princípio da ampla defesa, negar-se a realizar prova pedida por investigado num processo disciplinar, mesmo que não haja proveito útil algum na prova requerida.
- B)** A Administração não pode deixar de fornecer advogado dativo a todo investigado em processo administrativo, sempre que o investigado não possua ou não queira indicar advogado próprio, sob pena de desrespeito ao princípio da ampla defesa.
- C)** Mesmo que sejam convincentes para o agente público as suspeitas de fraude na concessão de benefício previdenciário a um certo segurado, a autarquia previdenciária deverá, antes de cassar o benefício, ouvir o segurado, sob pena de desrespeito ao princípio do devido processo legal.
- D)** Nada impede que a Administração aplique sanção a investigado em processo administrativo, com base apenas em dados sigilosos pertencentes ao investigado, que tenham sido enviados à Administração por pessoa que os furtou.
- E)** É contrário ao princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório que um processo administrativo contra um investigado corra sem que o mesmo seja ouvido, mesmo que ele, intimado a tanto, se recuse, imotivadamente, a comparecer à audiência marcada.

10 Assinale a opção correta.

- A)** Benefícios assistenciais são pagos a quem deles necessitar, desde que a pessoa beneficiada desempenhe atividade que a torne filiada obrigatória da Previdência Social.
- B)** Nos termos literais da Constituição Federal, a Previdência Social está compelida a assegurar proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário ou involuntário.
- C)** Nos termos da Constituição Federal, a pensão por morte de segurado da Previdência Social somente é devida à mulher. O homem, viúvo de segurada, não faz jus ao benefício.
- D)** Pessoa que participa de regime próprio de previdência não pode filiar-se, como segurado facultativo, ao regime geral da previdência.
- E)** A interpretação correta da Constituição Federal conduz à conclusão de que todos os benefícios previdenciários, para manterem o seu valor real, devem ser atualizados nos mesmos índices e na mesma data em que reajustado o salário mínimo.

RESPOSTAS

- Questão 1 alternativa B
Questão 2 alternativa D
Questão 3 alternativa C
Questão 4 alternativa E
Questão 5 alternativa A
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa E

Questão 8 alternativa A
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa D

Direito Constitucional 80

01 Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição Federal, cabendo-lhe:

- A)** processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei estadual.
- B)** julgar os crimes de responsabilidade do Procurador Geral da República.
- C)** Processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei estadual.
- D)** nos crimes comuns, processar e julgar, originariamente, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal.
- E)** julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, de outro, Município brasileiro.

02 Segundo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o artigo 192, § 3º, da Constituição Federal, que determina as taxas de juros reais no limite de doze por cento ao ano, é uma norma constitucional:

- A)** de eficácia limitada, uma vez que apresenta aplicabilidade indireta, mediata e reduzida, porque somente incide sobre a fixação dos juros reais, após uma normatividade ulterior que lhe desenvolva a aplicabilidade.
- B)** de eficácia plena, pois produz, ou tem possibilidade de produzir, todos os efeitos essenciais, para a fixação dos juros reais que quis regular.
- C)** de eficácia contida, pois o legislador constituinte regulou suficientemente a fixação dos juros reais, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer.
- D)** sem eficácia jurídica, porque não reflete a realidade financeira do país.
- E)** de eficácia plena, nos termos do princípio "da máxima efetividade constitucional".

03 Quando da promulgação de nova Constituição, diz-se que a legislação ordinária compatível perde o suporte de validade da Constituição anteriormente vigente, mas continua válida pela teoria:

- A)** repristinação.
- B)** da desconstitucionalização.
- C)** da recepção.
- D)** da derrogação.
- E)** da poder constituinte derivado.

04 Assinale a alternativa correta:

- A)** As hipóteses de aquisição originária da nacionalidade prevista no artigo 12, inciso I, da Constituição Federal, são exemplificativas, podendo o legislador ordinário criar outras hipóteses de aquisição da nacionalidade.
- B)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, adquirem a nacionalidade brasileira se, em qualquer tempo, vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- C)** Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, adquirem a nacionalidade brasileira se, antes da maioridade, forem registrados em repartição brasileira competente ou vierem a residir na República Federativa do Brasil.
- D)** A lei pode estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, nos casos previstos na Constituição Federal. Com relação aos cargos privativos, são exclusivos de brasileiro nato os seguintes cargos: Presidente e Vice-Presidente da República; Presidente da Câmara dos Deputados; Presidente do Senado Federal; Ministro do Supremo Tribunal Federal; carreira diplomática; oficial das Forças Armadas Ministro de Estado da Defesa.
- E)** Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor dos brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro nato, salvo os casos previstos na Constituição brasileira.

05 Assinale a alternativa errada:

- A)** As palavras sufrágio e voto são empregadas comumente como sinônimos. A Constituição Federal, no entanto, dá-lhes sentidos diferentes: sufrágio é direito público subjetivo de natureza política, que tem o cidadão de eleger, ser eleito e de participar da organização e da atividade do poder estatal; o voto é o instrumento de exercício do direito de sufrágio.
- B)** O plebiscito é consulta posterior sobre determinado ato governamental para ratificá-lo, ou no sentido de conceder-lhe eficácia; o referendo é consulta prévia que se faz aos cidadãos no gozo de seus direitos políticos, sobre determinada matéria a ser, posteriormente, discutida pelo Congresso Nacional.
- C)** A inelegibilidade absoluta abrange os estrangeiros, os conscritos e os analfabetos.
- D)** Para candidatar-se à reeleição o Chefe do Poder Executivo não precisa desincompatibilizar-se do mesmo cargo.

E) O primado da idéia republicana - cujo fundamento ético-político repousa no exercício do regime democrático e no postulado da igualdade - rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos. Por este motivo são inelegíveis, no território de circunscrição do titular dos cargos de Chefe do Poder Executivo, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção.

06 Com relação à medida provisória estadual, o Supremo Tribunal Federal entende que:

- A)** nada impede a criação da medida provisória estadual nas Constituições Estaduais, devendo-se apenas obedecer aos limites previstos na Constituição Federal, que sempre será o modelo básico a ser seguido pelas Constituições Estaduais.
- B)** não pode ser criada a medida provisória estadual porque é exceção ao princípio segundo o qual cabe ao Poder Legislativo legislar; sendo exceção, a sua interpretação deve ser restritiva, nunca ampliativa.
- C)** é possível, mediante criação do poder constituinte derivado, sem limites previstos na Constituição Federal.
- D)** não pode ser criada, por determinação expressa do texto constitucional federal.
- E)** a criação de medida provisória estadual depende de emenda à Constituição Federal que permita esta inovação estadual, sob pena de ferir o princípio federativo.

07 Assinale a alternativa errada:

A Constituição Federal assegura expressamente, em seu artigo 5º:

- A)** a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.
- B)** a certidão de óbito, aos reconhecidamente pobres.
- C)** a assistência jurídica integral, mediante comprovação da insuficiência de recursos.
- D)** a gratuidade do habeas data.
- E)** a impenhorabilidade do bem de família.

08 Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- A)** construir uma sociedade livre, garantir o desenvolvimento nacional e reduzir as desigualdades sociais.
- B)** o pluralismo político, preservar os valores sociais do trabalho e livre iniciativa e solução pacífica dos conflitos.
- C)** a igualdade entre os Estados, garantir o desenvolvimento nacional e erradicar a pobreza.
- D)** promover o bem de todos, sem qualquer discriminação, repudiar o terrorismo e o racismo e preservar a independência nacional.
- E)** dignificar a pessoa humana, valorizar o trabalho e a livre iniciativa.

09 Não é possível aos Estados:

- A)** legislar sobre assuntos de interesse concorrente, se a União não o fez.
- B)** legislar sobre assuntos de competência privativa da União, mediante autorização específica de lei complementar federal.
- C)** legislar em matéria tributária, com competência remanescente.
- D)** legislar sobre transporte intermunicipal.
- E)** legislar com competência remanescente, no âmbito federativo, sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.

10 A intervenção do Estado no Município ocorrerá:

- A)** na forma que a Constituição Estadual dispor, devendo o ato interventivo do Governador ser apreciado, obrigatoriamente, pela Assembléia Legislativa, em obediência ao princípio da representação popular.
- B)** para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
- C)** por decreto interventivo do Governador, submetido ao Senado Federal que, como órgão representativo dos Estados, declarará a legalidade ou ilegalidade do decreto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- D)** para exigir a aplicação da receita municipal na manutenção e desenvolvimento de projetos de habitação popular.
- E)** por decreto interventivo do Governador, obedecidas as exigências formais de especificar sua amplitude, o prazo e as condições de execução, sem interferências dos outros Poderes para garantir o princípio da independência dos Poderes.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa A

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa C

Questão 4 alternativa D
Questão 5 alternativa B
Questão 6 alternativa A
Questão 7 alternativa E
Questão 8 alternativa A
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa A

Direito Constitucional 81

01 Determinado projeto de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal é primeiramente discutido, votado e aprovado sem emendas no Senado Federal, seguindo para a Câmara dos Deputados, onde também é discutido, votado e aprovado sem emendas, sendo então enviado ao presidente da República, para sancioná-lo ou vetá-lo no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento. Todavia, o Presidente da República resta silente, sendo, pois, o projeto considerado vetado. Considerando exclusivamente os aspectos mencionados, nessa situação foram

- A)** desrespeitadas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas, quanto ao prazo para sanção ou veto e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- B)** respeitadas as regras constitucionais quanto ao processo legislativo.
- C)** desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- D)** desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto ao prazo para sanção ou veto e quanto aos efeitos do silêncio do Presidente da República.
- E)** desrespeitadas apenas as regras constitucionais quanto à ordem de votação entre as casas legislativas.

02 O Presidente da República é acusado da prática de crime de responsabilidade. Um de seus Ministros de Estado é também acusado da prática de crime de responsabilidade, conexo com o do Presidente da República. Nessa situação, de um lado, a autorização para que seja instaurado processo contra o Presidente e contra o Ministro e, de outro lado, o processamento e julgamento ocorrerão, respectivamente, perante

- A)** a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para o Presidente e para o Ministro.
- B)** a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para o Presidente; e a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, para o Ministro.
- C)** o Supremo Tribunal Federal e o Congresso Nacional, para o Presidente e para o Ministro.
- D)** o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, para o Presidente; e o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, para o Ministro.
- E)** a Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal, para p presidente e para o Ministro.

03 A porcentagem mínima da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, tal como especificada pela Constituição Federal, que deverá ser aplicada anualmente na manutenção e desenvolvimento do ensino, pela União, pelos Estados e pelos Municípios é, respectivamente, de

- A)** 25%, 30% e 30%.
- B)** 20%, 30% e 35%.
- C)** 20%, 25% e 30%.
- D)** 18%, 25% e 25%.
- E)** 18%, 20% e 25%.

04 É medida incompatível com o estado de sítio

- A)** restrição à violência da correspondência.
- B)** obrigação de permanência em localidade determinada.
- C)** aplicação da pena de banimento.
- D)** suspensão da liberdade de reunião.
- E)** intervenção nas empresas de serviços públicos.

05 Tal como previsto pela Constituição Federal, o imposto de transmissão causa mortis de quaisquer bens ou direitos

- A)** não incidirá se o de cujus teve seu inventário processado no exterior.
- B)** compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal, relativamente a bens móveis, títulos e créditos.
- C)** compete ao Estado onde se processar o inventário, ou ao Distrito Federal, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos.
- D)** terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- E)** não incidirá se o de cujus era domiciliado no exterior.

06 Nos termos do art. 182 da Constituição Federal, é facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento. Caso essa obrigação não seja cumprida, uma das sanções que pode incidir é a

- A)** venda compulsória da área ao poder Público municipal, a título de direito preempção.
- B)** desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até 10 anos.
- C)** cobrança de IPTU progressivo em função do valor venal do imóvel.
- D)** transferência da propriedade ao poder Público municipal a título de usucapião.
- E)** cobrança de imposto sobre grandes fortunas.

07 Pode-se afirmar que há responsabilidade civil objetiva

- A)** do patrão em caso de acidente do trabalho.
- B)** no contrato de transporte de coisas, por via terrestre, estando a cláusula de segurança implícita na obrigação de custódia.
- C)** pessoal dos profissionais liberais na prestação de serviço considerado defeituoso, quando o contrato for regido pelo Código de Defesa do Consumidor.
- D)** do curador pelos atos de seus curatelados dementes, em qualquer circunstância.
- E)** sempre que se verificar o dano moral, independentemente do dano material.

08 José e Maria, casados sob o regime da comunhão universal de bens e cujo patrimônio era estimado em R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), em 16/07/2002, instituíram como bem de família um imóvel no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com base no caput do artigo 70 do Código Civil em vigor que estabelece: "É permitido aos chefes de família destinar um prédio para domicílio desta, com a cláusula de ficar isento de execução por dívidas, salvo as que provierem de impostos relativos ao mesmo prédio". O novo Código Civil (Lei nº 10.406, de 10/01/2002) publicado em 11/01/2002, para entrar em vigor 01 (um) ano após a sua publicação, entretanto, prescreve, no artigo 1.711: "Podem os cônjuges, ou a entidade familiar, mediante escritura pública ou testamento, destinar parte de seu patrimônio para instituir bem de família, desde que não ultrapasse um terço do patrimônio líquido existente ao tempo da instituição, mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial estabelecida em lei especial".

Tendo em conta o disposto na Lei de Introdução ao Código Civil, a instituição do bem de família por José e Maria, com a entrada em vigor no novo Código Civil, é considerada

- A)** inexistente, porque ocorreu violação de norma de ordem pública inserida em lei já publicada, embora ainda não vigente.
- B)** nula, por consubstanciar fraude à lei, pois o novo Código Civil já havia sido publicado quando da instituição do bem de família.
- C)** anulável, se José e Maria vierem a contrair dívidas superiores a seu patrimônio depois de instituído o bem de família.
- D)** ineficaz em relação a quaisquer credores futuros, porque, depois da instituição do bem de família, não poderiam contrair dívidas voluntariamente.
- E)** válida, porque a lei nova não pode retroagir para prejudicar o ato jurídico perfeito.

09 NÃO se admite usucapião de

- A)** imóveis pertencentes e devidamente registrados em nome de pessoas absoluta ou relativamente incapazes.
- B)** coisas móveis.
- C)** servidões não aparentes.
- D)** bens imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade.
- E)** domínio útil do imóvel objeto de enfiteuse.

10 Desaparecendo uma pessoa em naufrágio, inundação ou incêndio, provando-se sua presença no local de desastre e não sendo encontrado o cadáver para exame,

- A)** poderão os juízes togados admitir justificativa para o assento de óbito.
- B)** somente poderá ser lavrado o assento de óbito cinco anos após o fato.
- C)** apenas será lavrado o assento de óbito depois de a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade.
- D)** será aberta a sucessão definitiva e lavrado o assento de óbito, dez anos após o fato ou se a pessoa desaparecida contar oitenta anos de idade e se nos últimos cinco anos nenhuma notícia houver.
- E)** será aberta a sucessão provisória e lavrado o assento de óbito também, um ano após o fato.

RESPOSTAS

Questão 1 alternativa C

Questão 2 alternativa A

Questão 3 alternativa D
Questão 4 alternativa C
Questão 5 alternativa D
Questão 6 alternativa B
Questão 7 alternativa B
Questão 8 alternativa E
Questão 9 alternativa C
Questão 10 alternativa A